



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Luiza Almeida Baptista de Souza

**José do Patrocínio no pós-abolição: um estudo sobre a sua  
atuação na República do século XIX (1888-1895)**

Rio de Janeiro

2021

Luiza Almeida Baptista de Souza

**José do Patrocínio no pós-abolição: um estudo sobre a sua atuação  
na República do século XIX (1888-1895)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.  
Área de concentração: História Política.



Orientador: Prof. Dr. André Nunes de Azevedo

Coorientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Renata Figueiredo Moraes

Rio de Janeiro

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

P314 Souza, Luiza Almeida Baptista de.  
José do Patrocínio no pós-abolição: Um estudo sobre a sua atuação na República do século XIX (1888-1895) / Luiza Almeida Baptista de Souza. – 2021.  
104 f.

Orientador: André Nunes de Azevedo.  
Coorientadora: Renata Figueiredo Moraes.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Patrocínio, José do, 1853-1905 – Teses. 2. Brasil – História – Abolição da escravidão, 1888 – Teses. 3. Brasil – História – 1888-1895 – Teses. I. Azevedo, André Nunes de. II. Moraes, Renata Figueiredo. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.

CDU 92:981

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Luiza Almeida Baptista de Souza

**José do Patrocínio no pós-abolição: Um estudo sobre a sua atuação na  
República do século XIX (1888-1895)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Aprovada em 19 de outubro de 2021.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. André Nunes de Azevedo (Orientador)  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Renata Figueiredo Moraes (Coorientadora)  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Carolina Vianna Dantas  
Fundação Oswaldo Cruz

---

Prof. Dr. Washington Santos Nascimento  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

Rio de Janeiro

2021

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus avós, Zuma e Luiz, por todo amor e acolhimento.

Aos meus pais, Jeane e Henrique, e às minhas irmãs, Juliana e Ana Júlia, por sempre me incentivarem a estudar.

À minha sobrinha, Luzia, que nasceu para alegrar a nossa família.

Ao meu parceiro de vida, Bruno, por todo o carinho, amor e cuidado.

Aos meus amigos de anos, Marcela, Stephanie, Larissa, Marcelle, Thaís, Caio e Pedro, por todo afeto.

Às minhas amigas, que também são professoras de história, Isadora Costa, Paula Castellano e Gabriela Fraga, por todo companheirismo.

Ao meu orientador, André Nunes de Azevedo, e à minha co-orientadora, Renata Figueiredo Moraes, por todo auxílio, ensinamentos, conselhos e correções.

Aos meus alunos do 6º, 7º, 8º e 9º ano do Ensino Fundamental II e do 2º e 3º ano do Ensino Médio que davam sentido às minhas pesquisas.

À Universidade do Estado do Rio de Janeiro, por todos os anos de aprendizado.

## RESUMO

SOUZA, Luiza Almeida Baptista. **José do Patrocínio no pós-abolição**: um estudo sobre a sua atuação na República do século XIX (1888-1895). 2021. 104 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

O presente trabalho analisa a atuação do abolicionista José Carlos do Patrocínio no momento posterior a data da Abolição da escravidão no Brasil, 13 de maio de 1888, até o ano da sua última candidatura ao cargo de deputado federal, em 1895. José do Patrocínio foi considerado um dos maiores líderes do movimento nacional pela abolição da escravidão e lembrado nas comemorações do evento. A conjuntura de crise do Império trouxe questões que marcaram a sua atuação no pós-abolição, como a indenização aos ex proprietários de escravos, os principais atores da Abolição e a possibilidade mais evidente de uma República. A investigação da trajetória de Patrocínio teve como fontes históricas principais as biografias e os jornais. Apesar de oscilar seu posicionamento político no momento de rearranjo das forças políticas, a exemplo dos “republicanos do 14 de maio”, Patrocínio era republicano e lutou para participar ativamente da nova fase da história política do país, a República.

Palavras-chave: José do Patrocínio. Abolição. República.

## ABSTRACT

SOUZA, Luiza Almeida Baptista. **José do Patrocínio in the post-abolition period: a study on his role in the nineteenth century Republic (1888-1895)**. 2021. 104 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

The present study analyzes the actions of abolitionist José Carlos do Patrocínio following the slavery Abolition date in Brazil, May 13, 1888, until the year of his last candidacy for the position of federal deputy, in 1895. José do Patrocínio was considered one of the greatest leaders of the national slavery abolition movement and remembered in this event's celebrations. The Monarchy crisis brought issues that marked his performance in the post-abolition period, such as compensation to former slave owners, the main Abolition actors and the most evident possibility of a Republic. The main historical sources for the investigation of Patrocínio's trajectory are biographies and newspapers. Despite oscillating his political position at the time of the rearrangement of political forces, such as the "republicans of 14<sup>th</sup> of May", Patrocínio was a republican and struggled to actively participate in the new phase of the country's political history, the Republic.

Keywords: José do Patrocínio. Abolition. Republic.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – José do Patrocínio (1853-1905).....	10
Figura 2 – Criança sendo ensinada a agradecer a Princesa Isabel.....	36
Figura 3 – Indígena representando o Brasil segurando as mãos da República.....	59
Figura 4 – José do Patrocínio comemora a Proclamação da República.....	65

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1 JOSÉ DO PATROCÍNIO NA CAMPANHA ABOLICIONISTA: DISPUTAS POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS PARA O FIM DA ESCRAVIDÃO .....	11
1.1 A inserção de José do Patrocínio na Imprensa: de editor à proprietário do jornal <i>Gazeta da Tarde</i> (1881-1887).....	12
1.2 A Revolta do Vintém (1879 – 1880) e suas relações com o movimento abolicionista.....	15
1.3 A expansão das estratégias para o fim da escravidão .....	19
1.4 A escravidão e as deliberações no Parlamento (1884-1888) .....	25
2 JOSÉ DO PATROCÍNIO ENTRE A ABOLIÇÃO E A REPÚBLICA.....	32
2.1 Monarquistas versus republicanos: a luta de representações na imprensa.....	33
2.2 José do Patrocínio contra os neorepublicanos .....	38
2.3 Guarda Negra e outras formas de associativismo negro no Rio de Janeiro ....	43
2.4 As consequências do apoio de Patrocínio à Regente .....	49
2.5 A figura da República substituiu a da Redentora .....	55
2.6 José do Patrocínio é o proclamador civil da República .....	61
3 JOSÉ DO PATROCÍNIO NA REPÚBLICA DO SÉCULO XIX.....	69
3.1 A defesa da República.....	72
3.2 A Constituição republicana e a renúncia de Deodoro.....	80
3.3 José do Patrocínio no desterro .....	85
3.4 As candidaturas de Patrocínio nas eleições de 1893 e 1895 .....	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
REFERÊNCIAS.....	101

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa enfatiza a conjuntura do Pós-Abolição, período posterior a promulgação da Lei de 13 de maio de 1888 que instituiu o fim da escravidão no Brasil. O termo Pós-Abolição tem sido muito utilizado por historiadores que estudam a sociedade brasileira pós-escravista e suas novas e antigas dinâmicas a partir desse momento histórico. A forma como a sociedade brasileira deveria ser reestruturada após o término da escravidão era um debate já travado desde a década de 1870 com o avanço da discussão sobre a questão servil. O Treze de Maio não inaugurou tais questões. Entretanto, essa data se torna um grande marco uma vez que sua representatividade simbólica passa a ser disputada por sujeitos que associavam a Abolição com as lutas futuras por cidadania e liberdade no Brasil.

O tema desta dissertação foi construído a partir da compreensão do abolicionismo como um movimento social nacional que operou para além da atuação da Princesa Isabel e do Parlamento, se efetuando também no espaço público a partir de numerosas estratégias conforme a conjuntura política, tal como propõe Angela Alonso em seu livro *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*, publicado em 2015. A imprensa do final do século XIX foi um espaço privilegiado para a disseminação das ideias abolicionistas e as discussões de como a Abolição deveria ser feita.

Logo surgiu o interesse em analisar para onde foram os líderes de um movimento bem articulado e estruturado após a promulgação da lei. Abolicionistas com defesa monárquica irredutível como André Rebouças e Joaquim Nabuco se afastaram de questões políticas a partir da Proclamação da República. José do Patrocínio, por outro lado, foi em busca de cargos políticos e alianças para conquistar seus novos objetivos. Ele se utilizou de sua legenda abolicionista para reafirmar o quanto seu posicionamento precisava ser ouvido com relação às novas questões nacionais.

O itinerário rumo à Abolição é construído a partir da trajetória de José do Patrocínio. O movimento pelo fim da escravidão foi a sua primeira luta e nos mostra as suas singularidades enquanto militante, orador, jornalista e representante da população negra. Patrocínio era um homem negro que não conheceu a experiência de ser escravizado no Brasil. Não podemos afirmar que o mesmo aconteceu com sua mãe, Dona Justina, escravizada desde muito jovem. Para Patrocínio, o fim desse regime era necessário e urgente. A lei 13 de maio de 1888 sem indenização aos escravocratas foi uma vitória que merecia ser celebrada por todos. Entretanto, no final do Império e nos anos iniciais da República ainda havia o risco da indenização aos ex proprietários ser aprovada, aspiração política que não fazia parte dos

objetivos de Patrocínio. Dessa forma, ao perceber a importância de continuar garantindo o seu programa abolicionista mesmo após a legislação de 13 de maio, a pesquisa se voltou para acompanhar a atuação de Patrocínio na imprensa para compreender melhor este debate, além de outras causas as quais ele se envolveu. Patrocínio foi intransigente na questão da indenização e implacável na sua defesa de que não teriam nenhum direito os homens que um dia escravizaram outros, como sua mãe.

O presente trabalho tem como tema a atuação de José do Patrocínio com vistas a lançar luz sobre o período do final do século XIX. Acompanhar a sua atividade na imprensa nos permitiu o contato com importantes debates travados nas décadas de 1880 e 1890: a luta antiescravista, a questão da indenização, a imagem de Isabel como redentora dos escravos, a luta de representações entre monarquistas e republicanos no final do Império, as diferentes narrativas sobre a Proclamação da República e as reações de políticos e jornalistas aos excessos dos governos de Deodoro e Floriano.

A pesquisa optou por realizar um estudo sobre a atuação de José do Patrocínio até o fim do governo de Floriano Peixoto e não até o final de sua vida, como fazem as biografias. A redução do recorte temporal confere o benefício de analisar com profundidade os embates em torno das lutas políticas, carregadas de símbolos e representações manipuladas.

O Primeiro capítulo tem como pano de fundo a campanha pela abolição da escravidão e os próximos passos segundo as expectativas de Patrocínio. O jornalista José do Patrocínio vislumbrava a imprensa como um espaço privilegiado para convocar os cidadãos a pleitear sobre a violação ou ampliação dos seus direitos. A participação na revolta do vintém e os debates que travou na imprensa sobre a lei eleitoral de 1881 são alguns exemplos. O período abordado neste capítulo será a década final da campanha abolicionista. O ano da compra de seu primeiro jornal, *Gazeta da Tarde*, em 1881, até a data da Lei da Abolição, em 1888.

O segundo capítulo discute temáticas importantes que se inseriram no período entre a data da Abolição e a Proclamação da República. Nesse momento, o trabalho se direciona ao que chamamos de Pós-Abolição. A duração de 1 ano e meio coincide com a crise do Império e com o aumento da popularidade de José do Patrocínio. Os embates entre monarquistas e republicanos se intensificam e investiga-se a forma de governo a qual Patrocínio defendia naquele momento. A questão de seu rompimento com seus próprios aliados e companheiros de trabalho em razão do “isabelismo” também é abordada neste capítulo, assim como sua relação com a Guarda-Negra e, por fim, Patrocínio considerado como o Proclamador Civil da República.

No Terceiro capítulo da dissertação o nosso personagem principal vive na República da Espada e todas as suas modificações e permanências. Republicano convicto, Patrocínio se candidatou três vezes e foi derrotado. Não participou da elaboração da Constituição porque não foi um dos deputados eleitos. O período foi marcado por eleições fraudulentas, o país estava mergulhado em uma crise econômica e as revoltas da Armada e do Rio Grande do Sul manifestavam a instabilidade do regime recém instaurado. A resposta do governo foi a perseguição aos opositores e principalmente àqueles que publicavam suas ideias na imprensa. José do Patrocínio também se configurou como um homem conectado a história política da República quando foi perseguido e preso no governo de Floriano Peixoto. Discute-se também se a ideia de ostracismo e declínio do nosso personagem na República é adequada.

A pesquisa utilizou como fonte principal os jornais do Rio de Janeiro nas décadas de 1880 e 1890. A partir da imprensa, José do Patrocínio publicou uma série de artigos que nos permitiram o contato com a sua narrativa sobre a Abolição da escravidão no Brasil. Patrocínio foi um dos líderes do movimento abolicionista nos espaços públicos e vereador na Câmara (1887-1889). A história da Abolição pode ter inúmeras leituras e a escolhida para esta análise foi a narrativa que considerou Patrocínio como um herói abolicionista. Além disso, a continuidade de suas publicações no pós-abolição selecionando temáticas sociais e políticas nos possibilitaram traçar um caminho para a compreensão da sociedade pós-escravista a partir da perspectiva de um homem negro. O jornal *Cidade do Rio (1887-1902)*, dirigido por Patrocínio, foi o jornal privilegiado na pesquisa, em paralelo com outros periódicos de grande circulação no período estudado.

Figura 1 - José do Patrocínio (1853-1905)



## 1 JOSÉ DO PATROCÍNIO NA CAMPANHA ABOLICIONISTA: DISPUTAS POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS PARA O FIM DA ESCRAVIDÃO

José Carlos do Patrocínio nasceu em 9 de outubro de 1853, em Campos dos Goitacazes. Justina Maria do Espírito Santo, sua mãe, era uma jovem negra escravizada que tinha 12 ou 13 anos quando engravidou de seu pai, o vigário João Carlos Monteiro, que tinha 54 anos. Patrocínio foi inicialmente registrado como filho de pais desconhecidos e cresceu na condição de pessoa livre.<sup>1</sup> O reconhecimento de um filho ilegítimo poderia causar sérias restrições às funções do clérigo João Monteiro.

Além disso, conforme demonstram a historiografia e as obras memorialísticas, há mais informações detalhadas sobre seu pai, que chegou a ser cônego e teve sua memória celebrada com o nome de uma via urbana central da sua cidade. Em São Salvador de Campos dos Goitacazes, Carlos Monteiro, nas palavras de Raimundo Magalhães, “era a principal figura do clero”. Ele tinha posse de escravos e era proprietário de uma fazenda<sup>2</sup>, costume comum entre os clérigos desde o final do século XVIII. Também alcançou um cargo na política, como vereador da Câmara Municipal. O pai de Patrocínio era bacharel formado em Teologia pela Universidade de Coimbra e configurava-se como uma minoria do clero brasileiro que tinha acesso a tal formação<sup>3</sup>. Por outro lado, Justina Maria, viveu como escravizada e, após conquistar sua liberdade formal, passou a trabalhar como Quitandeira em Campos, aos 27 anos.

Estes e outros detalhes do início da vida de José Patrocínio são limitados e as narrativas feitas por biógrafos tiveram como referência as memórias de Ernesto Senna (1853-1913), seu cunhado, que foram publicadas em artigo na *Revista Kosmos*, em 1905<sup>4</sup>. Parte desse texto derivava das notas autobiográficas que José do Patrocínio, em 29 de maio de 1884, publicou na *Gazeta da Tarde*. O motivo da saída de Patrocínio de Campos para o Rio

<sup>1</sup> Segundo a historiadora Ana Pinto, uma anotação feita no canto esquerdo da certidão de batismo de Patrocínio que confirmaria que era filho de Justina. PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Escritos de liberdade**. Literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018.

<sup>2</sup> Fazenda do Imbé.

<sup>3</sup> CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem**: a elite política imperial Teatro de sombras: a política imperial. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008. p. 182.

<sup>4</sup> Posteriormente a obra foi transformada em Livro: SENNA, Ernesto. Rascunhos e perfis (nota de um Repórter). Rio de Janeiro, 1909. Utilizaram essa fonte: Raimundo Magalhães Júnior. A vida Turbulenta de José do Patrocínio: Rio de Janeiro, INL, 1972. Orico, Osvaldo. O Tigre da Abolição, Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1977. Humberto Fernandes Machado. Palavras e Brados: José do Patrocínio e a Imprensa Abolicionista do Rio de Janeiro. Niterói: Editora da UFF, 2014; Ana Flávia Magalhães Pinto, José do Patrocínio: embates sobre raça, abolição e ciência. In: Escritos de liberdade: Literatos Negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista. Campinas: Editora da UNICAMP, 2018. A obra de Senna como fonte história foi amplamente discutida por Ana Carolina Feracin da Silva. De “papa-pecúlios” à Tigre da Abolição: A trajetória de José do Patrocínio nas últimas décadas do século XIX. Tese (Doutorado). Campinas: UNICAMP, 2006.

de Janeiro, em 1868, foi apontado por Ernesto Senna e tem relação direta com o conflito entre o seu pai e a sua mãe. Segundo o seu relato, foi uma briga doméstica envolvendo uma das amantes de Monteiro que tornou insustentável a continuidade de Patrocínio na região. Entretanto, conforme apontou Ana Flávia Pinto, outros detalhes são fundamentais. O distanciamento entre seus progenitores foi sempre acompanhado pelo convívio de Patrocínio com pessoas negras, escravizadas ou não, o que provavelmente exerceu forte influência na formação de sua identidade<sup>5</sup>. Foi na Corte que Patrocínio ingressou no curso de Farmácia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Começou também a atuar em jornais estudantis e fazer sua fama como abolicionista, começando suas atividades pelo fim da escravidão.

Este capítulo propõe apresentar a inserção de José do Patrocínio nas redações de dois jornais, *A Gazeta da Tarde (1881-1887)*<sup>6</sup> e *Cidade do Rio (1887-1902)*, no desenrolar do movimento abolicionista. Neste último jornal, desde a sua criação, ele possuía uma posição de prestígio como diretor-proprietário. Dessa forma, o limite temporal será a queda da Monarquia pois compreende-se nesse trabalho que a República inaugura novas questões para o abolicionista, que permanece em atividade na imprensa carioca até o início do século seguinte.

Outras fontes utilizadas nesse capítulo são duas obras biográficas escritas sobre José do Patrocínio, de autoria Raymundo Magalhães Jr. e Osvaldo Orico. Esses autores contribuíram principalmente para verificar momentos decisivos da vida do abolicionista José do Patrocínio e o contato com outros documentos que foram utilizados por eles. Ambos consideraram o jornalista negro um herói da abolição da escravidão no país.

### **1.1 A inserção de José do Patrocínio na Imprensa: de editor à proprietário do jornal *Gazeta da Tarde (1881-1887)***

A primeira oportunidade de trabalho que conseguiu o jovem Patrocínio no Rio de Janeiro foi na Santa Casa de Misericórdia, como aprendiz de farmácia. Não recebia remuneração, apenas experiência profissional e fazia funções extras como a limpeza do espaço. Dormia e se alimentava na Instituição até a mudança organizacional do Hospital que transferiu os seus serviços às irmãs de caridade. Posteriormente, foi morar com amigos numa

<sup>5</sup> PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Escritos de liberdade**. Literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018. p. 117.

<sup>6</sup> Com exceção dos primeiros escritos de José do Patrocínio na *Gazeta da Tarde*, os artigos dessa folha que foram utilizados nessa pesquisa estão presentes na coleção *A campanha abolicionista – coletânea de artigos*. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1996.

república estudantil, local onde não pagava pelo domicílio. Quando já tinha ingressado como aluno de Farmácia, Patrocínio conseguiu morada às custas de seu amigo Sebastião Catão Calado por três anos. Por essa época, ele também lecionava para estudantes de primeiras letras. As relações entre José do Patrocínio e a escrita em jornais começaram na década de 1870. No período em que ainda era estudante de farmácia, em seu último ano do curso, Patrocínio escreveu para o jornal estudantil *O Lábaro Acadêmico*<sup>7</sup>.

No final do século XIX e no início do século seguinte, o jornalismo foi a área de atuação de indivíduos letrados que, em sua maioria, eram oriundos das faculdades de Direito, principal instância de formação intelectual do período. O lugar ocupado pelo jornalista representava prestígio e possibilidade de construção de relações para ser incorporado ao centro de poder. Dessa forma, eram jornalistas aqueles que ainda não tinham cargos políticos e não atuavam em profissões liberais ou que desejavam a respeitabilidade pública e o poder dessa profissão. O trabalho nos jornais significava não só a possibilidade de estabilidade financeira, como um intermédio para ascender a um cargo público ou se incorporar na política e na diplomacia.<sup>8</sup>

As biografias de José do Patrocínio nos mostram que antes da sua primeira candidatura a um cargo político, em 1884, ele já estava inserido no meio jornalístico. Assim sendo, Patrocínio foi um homem que se inseriu no costume da época que associava o *ser jornalista* à possibilidade futura de obter um cargo político. Antes disso, é necessário compreender os caminhos traçados por ele no início da década, que contribuíram para popularizar seu nome no Rio de Janeiro, depois no Brasil e por último, na Europa.

Os escritos nos jornais de Patrocínio foram analisados por Humberto Fernandes Machado em sua tese de doutorado “Palavras e Brados. José do Patrocínio e a Imprensa Abolicionista do Rio de Janeiro”, defendida em 1991, e recentemente atualizada<sup>9</sup>. Demonstra o autor que um dos momentos decisivos da carreira jornalística de Patrocínio ocorreu quando se tornou proprietário da *Gazeta da Tarde*, em 1881. Este capítulo dará maior ênfase e terá como ponto de partida esta fase. Entretanto, algumas considerações sobre suas experiências no período anterior são necessárias.

Como observou Machado, Patrocínio já defendia a causa abolicionista na imprensa em outro jornal, uma vez que era editor da folha *Gazeta de Notícias*, desde 1877. Este periódico

<sup>7</sup> MAGALHÃES JR., Raimundo. **A vida turbulenta de José do Patrocínio**: Rio de Janeiro, INL, 1972. p. 6-14.

<sup>8</sup> BARBOSA, Marialva. Imprensa, poder e público: os diários do Rio de Janeiro (1880-1920). Revista Brasileira de Comunicação., São Paulo, n. 2, p. 87-102, jul. / dez. 1997.

<sup>9</sup> MACHADO, Humberto Fernandes. **Palavras e Brados**: José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro. Niterói: Editora da UFF, 2014.

fora fundado um ano antes e seu proprietário era Ferreira de Araújo. Estava entre os noticiários pioneiros que mais se sobressaíram na luta contra a escravidão, ao lado do *Abolicionismo*, criado em 1880, pela Sociedade Brasileira contra a Escravidão, coordenada por Joaquim Nabuco. Como editor na *Gazeta de Notícias*, Patrocínio responsabilizava o Estado pelo não cumprimento da Lei de 1831 que proibia o tráfico negreiro. A escravidão ilegal de homens livres, lucrativa para os senhores, na visão do abolicionista, era culpa do Estado<sup>10</sup>.

Destaca-se que, embora a *Gazeta de Notícias* fosse antiescravista, a prática de anunciar aluguel e venda de escravos ou de divulgar a recompensa que teriam aqueles que ajudassem senhores a encontrar seus escravos fugidos permanecia. Isso era comum aos demais órgãos da imprensa porque as folhas dependiam desses anúncios para circularem. Todavia, na década de 1880, esse tipo de atitude, que acabava favorecendo os senhores, posteriormente passou a ser motivo de crítica de outros jornais abolicionistas<sup>11</sup>.

Estaria nessa prática o motivo para José do Patrocínio deixar a *Gazeta de Notícias* ou ele teria sido demitido? Como mencionado, grande parte das explicações sobre momentos decisivos na vida de Patrocínio foram narrados por ele mesmo, em 1884, na *Gazeta da Tarde*, quando já era dono desta folha. Nesse texto, Patrocínio dividiu sua vida em três fases: a primeira quando chega ao Rio de Janeiro; a segunda quando conhece sua futura esposa, Maria Henrique Senna, filha do Capitão Emiliano Rosa Senna<sup>12</sup>; e a terceira quando comprou a *Gazeta da Tarde*, em 1881.

A narrativa autobiográfica tinha cunho defensivo porque estaria ele sendo “caluniado” por seus antagonistas em razão de sua ida à Europa. A motivação para as “mentiras inventadas” seria a oposição ao seu papel dentro da campanha abolicionista. Respondia Patrocínio que estava viajando não para se divertir, mas para “tratar” de sua saúde. O que nos interessa é a última fase que ele categorizou:

Em 1881 deixei este jornal. Por quê? O momento não é oportuno, mas esta história será publicada, com os documentos necessários. Eu já era casado e meu sogro, o capitão Emiliano Rosa de Senna, proprietário da face edificada da rua Imperial Quinta, em S. Cristóvão, proprietário de prédios e terrenos na praia Formosa, pôs a minha disposição a quantia de 15:000\$ para comprar a *gazeta da Tarde*, que acaba de perder um dos seus proprietário, Ferreira de Menezes<sup>13</sup>.

<sup>10</sup> Idem, Op. Cit. p. 131 e 147.

<sup>11</sup> MACHADO, Op. cit. p. 132.

<sup>12</sup> O casamento de José do Patrocínio com uma mulher branca foi motivo de repercussões negativas na imprensa uma vez que noticiava o evento de maneira a acusar Patrocínio de oportunista. Ver PINTO, Op. Cit. p. 120-6.

<sup>13</sup> Uma Explicação. *Gazeta da Tarde*. 29 de maio de 1884.

Podemos perceber que ele prefere não mencionar o motivo de sua saída do jornal *Gazeta de Notícias*. Ele garante que nunca recebeu “advertências” dos seus antigos patrões. Evaristo de Moraes, que utiliza a fonte acima, encontra o motivo da saída em sua “intransigência abolicionista, impossível de ser, por muito tempo, tolerada em um jornal que, embora simpático à causa, tinha outros interesses a zelar”<sup>14</sup>. Seus escritos estavam causando desavenças para o diretor chefe da folha?

No dia 17 de agosto de 1881, no entanto, a primeira sessão da edição 226 da *Gazeta de Notícias* vinha acompanhada de agradecimentos a Jose do Patrocínio pelos “serviços prestados”:

O nosso colega, ao separar-se dos seus antigos companheiros, leva, pois, a certeza de quanto eles o estimavam e apreciavam as qualidades do seu brilhantismo talento, a que por certo teremos ainda muitas ocasiões de admirar e aplaudir<sup>15</sup>.

Ao exaltar o talento de Patrocínio e relatar que escrevia naquela folha “com a mais completa liberdade”, a edição da *Gazeta de Notícias* descartou a possibilidade anteriormente levantada aqui de que Patrocínio teria sido demitido. A saída de Patrocínio causava uma “verdadeira mágoa” para a *Gazeta de notícias*, que continuaria a desejar prosperidade ao talentoso jornalista e o apoiaria em seu novo espaço de escrita. Dessa forma, é mais plausível concluir que José do Patrocínio decidiu seguir um novo caminho e se não citou na autobiografia as razões de saída foi por não achar necessário, já que a estrutura narrativa daquele artigo tinha como objetivo primordial explicar as razões de estar indo à Europa. Tendo sido demitido ou não, o fato é que José do Patrocínio ascendeu de editor a proprietário de jornal.

## 1.2 A Revolta do Vintém (1879 – 1880) e suas relações com o movimento abolicionista

Na cidade do Rio de Janeiro a década de 1880 começou movimentada. Em janeiro, os atos de protestos populares contra a taxa sobre o transporte urbano marcavam a vida na cidade. O conjunto de ações que envolveu comícios, passeatas, reuniões públicas e confronto armado em protesto contra o imposto sobre as passagens dos bondes urbanos ficou conhecido como Revolta do Vintém (1879-1880). Sandra Graham argumenta que tais acontecimentos

---

<sup>14</sup> MORAES, Evaristo de. **A campanha abolicionista (1879-1888)**. p. 365 Disponível em: <https://ufdc.ufl.edu/AA00012014/00001> acesso 22/09/2021.

<sup>15</sup> *Gazeta de Notícias*. 17 de agosto de 1881.

despertaram uma nova cultura política na cidade. O governo agiu com violência para reprimir a revolta e os “liberais do encontro do carmo”, composto por 8 senadores e deputados liberais<sup>16</sup>, criticaram essa forma de resposta às manifestações. Nas palavras de Graham esse grupo agiu “tanto por ambição política, quanto por desprezo pela violência policial e militar”.

Outro grupo que se organizou para fazer frente ao modo como o governo respondia às revoltas foram advogados, médicos e ex funcionários do governo, reunidos na chamada “Comissão da Paz”, para tratar dos feridos e defender as intimações de prisão. José do Patrocínio foi identificado como um dos organizadores das reuniões de protestos, mas graças aos advogados, conseguiu rapidamente a aceitação do pedido de habeas corpus pelo chefe de polícia<sup>17</sup>.

No momento em que o imposto foi regulamentado e aprovado no Parlamento, o grupo dos liberais não se manifestou contra a legislação sobre a taxa do transporte urbano. Foi a partir da agressividade do governo em lidar com as agitações populares que o grupo se posicionou em defesa da causa popular. Dessa forma, os membros parlamentares reagiram de forma diferente à tradição política oitocentista e olharam para os eventos do Motim do Vintém com um novo significado. Para eles, as agitações populares não representavam uma ameaça social. A Revolta do Vintém foi um divisor de águas também porque a política deixou de pertencer apenas às elites para incluir o grande público que se manifestava, sem vínculos partidários, enquanto “participante ativo” e não mais como espectador<sup>18</sup>.

A nova forma de engajamento em uma ação política na capital do Império, consequência da Revolta do Vintém, ecoou no movimento abolicionista. Segundo Graham:

os abolicionistas adotariam uma nova orientação para o movimento, ao levar justamente em conta o ambiente político que se criara, e ao saber utilizá-lo em favor de sua causa, recorrendo a uma plateia mais ampla. A Sociedade Brasileira Contra a Escravidão foi formada logo após o Motim, em julho de 1880, por iniciativa de Liberais dissidentes, sob a liderança de Nabuco, e dentre seus dezesseis membros fundadores contavam-se seis ativistas da revolta<sup>19</sup>.

Sendo assim, o debate no parlamento sobre o fim da escravidão foi se ampliando para a arena pública. A década de 1880 revelava uma outra dimensão da política e os abolicionistas

---

<sup>16</sup> Segundo Graham, o grupo dos 8 liberais eram: Silveira da Motta, Francisco Otávio de Almeida Rosa, Antonio Marcellino Nunes Gonçalves, Carlos Leôncio de Carvalho, José da Costa Azevedo, Joaquim Baptista Pereira, Joaquim Nabuco e Joaquim Saldanha Marinho. GRAHAM, Sandra Lauderdale. O Motim do Vintém e a Cultura Política do Rio de Janeiro 1880. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 10, n. 20. p. 211-232.

<sup>17</sup> GRAHAM, Op. Cit., p. 225.

<sup>18</sup> Idem, p. 231.

<sup>19</sup> Idem, p. 230.

souberam se aproveitar disso. Era o momento em que a propaganda pela abolição da escravidão no Brasil se intensificava.

O estudo de Angela Alonso sobre o movimento abolicionista destacou dados sobre esse novo tipo de política, voltada à mobilização de massas urbanas e a formação de associações. A campanha abolicionista ao invés de ficar restrita às discussões parlamentares, ganhava o espaço público. No dia 25 de Julho de 1880, acontecia a primeira Conferência Emancipadora, promovida por estudantes da Escola Normal, no Teatro São Luís. No mês seguinte, foi criada a Associação Central Emancipadora (ACE) com sessões em horário fixo aos domingos nesse mesmo teatro. Os oradores mais assíduos eram José do Patrocínio, Vicente de Souza e Lopes Trovão. Além disso, André Rebouças descrevia, no dia seguinte, as sessões no jornal que José do Patrocínio compraria um ano mais tarde. Entre os anos 1880 e 1881, a autora contabilizou 44 sessões e Patrocínio falou em 18 delas. Entre as principais pautas abordava-se a abolição sem indenização<sup>20</sup>.

As “conferências-concerto” combinavam a cultura e a política, e ampliavam essa forma de propaganda para além da capital do Império. Fora do limite da cidade do Rio de Janeiro o novo tipo de engajamento foi percebido também em 18 províncias até o ano de 1884. Só ficavam de fora Piauí e Mato Grosso. Além disso, muitos eventos artísticos também foram realizados. Eram peças de teatro, óperas e concertos. Alonso contabilizou 63 eventos artísticos apenas na primeira metade da década. A autora destaca que:

A campanha abolicionista se alastrou nesse circuito. Às conferências acorriam funcionários públicos, profissionais liberais – advogados engenheiros, cientistas, farmacêuticos, dentistas, jornalistas, escritores -, professores de escola pública, músicos, pequenos comerciantes, como Clapp, dono de loja, os iniciantes nas carreiras da Marinha e do Exército, mais raramente homens de negócios<sup>21</sup>.

Desse modo, o público-alvo não procedia de apenas uma camada social. A propaganda nesses espaços tinha o objetivo de persuadir e convencer sobre a importância da causa. Quem liderava e organizava esses eventos eram principalmente João Clapp, Vicente de Souza, André Rebouças e José do Patrocínio<sup>22</sup>.

Com relação a sua atuação no jornal *Gazeta da Tarde*, José do Patrocínio iniciava suas atividades desfrutando da nova cultura política na capital do Império. Retornando à fonte de narrativa autobiográfica, Patrocínio declara dificuldades financeiras para a compra da *Gazeta*

---

<sup>20</sup> ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas**. O movimento abolicionista brasileiro (1868-1888). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

<sup>21</sup> Idem, p. 145.

<sup>22</sup> Idem, p. 149.

da Tarde. Ele escreveu que “o meu desastre parecia infalível e seria, se meu sogro não viesse em auxílio da minha coragem”. O Capitão Emiliano Rosa Senna amparou o jornalista em dois momentos: com a quantia de 15:000\$ para a compra do periódico e quando contraiu dívidas no segundo dia de trabalho no jornal. Além disso, em agradecimento, ele lista o nome de cada amigo que o ajudou. Configura entre os nomes o de Rebouças, que já realizava a propaganda abolicionista nesse jornal<sup>23</sup>.

André Rebouças (1838-1898), baiano e negro, também se destacou na campanha abolicionista. Como o pai era deputado, teve uma educação diferenciada que lhe permitiu cursar Engenharia na Escola Militar. Em uma de suas viagens, perdeu a bolsa de estudos e compreendeu que foi em razão de sua cor. Entretanto, graças à origem familiar, conseguiu estudar no exterior. De volta ao Brasil, o meio da patronagem política, do qual dependia pelo seu ofício de Engenheiro, começou a incomodá-lo: era negro num país de escravos. Em 1860, elaborou um projeto de emancipação dos escravos que previa a organização de uma associação para conceder assistência aos libertos. Diferentemente de José Patrocínio, Rebouças era monarquista<sup>24</sup>.

José do Patrocínio e André Rebouças apostaram na mobilização popular para pressionar o Parlamento pelo fim da escravidão. De acordo com Angela Alonso:

O uso do espaço público do teatro para propaganda também teve a ver com as reformas do gabinete Rio Branco, que, ao adensar atividades urbanas, energizaram a sociabilidade cidadina. Os teatros ganharam das igrejas o posto de centro da vida social. Divas, intérpretes, peças eram um assunto cotidiano dos jornais nos anos 1870 e 1880. Cada capital provincial tinha o seu teatro, de Porto Alegre a Manaus, como o Lírico e o Polytheama, na Cortem o Santa Isabel, no Recife, com programação semanal intensa (ALONSO, p. 130).

Portanto, as reformas do gabinete Rio Branco contribuíram para fortalecer a sociabilidade nas cidades. É importante notar que o movimento abolicionista a partir da oratória era necessário, uma vez que segundo o último recenseamento do Império (1872), apenas 15% da população era alfabetizada. Dessa forma, os espaços dos Teatros e as reuniões semanais das associações criadas a partir de 1878 contribuíram para a popularização do movimento<sup>25</sup>.

---

<sup>23</sup> Gazeta da Tarde. 29 de Maio de 1884.

<sup>24</sup> COSTA, Emília. **A Abolição**. 8. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2008. p. 98-9.

<sup>25</sup> ALONSO, 2015.

### 1.3 A expansão das estratégias para o fim da escravidão

As primeiras linhas escritas por Patrocínio com o status de proprietário da *Gazeta da Tarde* estão presentes na edição 194, em 22 de Agosto de 1881, no folhetim nomeado “Semana Política”. Publicava sempre às segundas-feiras. Não utilizava seu nome e assinava como *Proudhomme*. Este pseudônimo indicava a influência de Pierre-Joseph Proudhon, filósofo político francês que afirmava que a propriedade era um roubo. Patrocínio popularizou uma frase semelhante: A escravidão é um roubo. Sendo assim, este pseudônimo e o nome do folhetim já haviam sido usados por ele quando era editor da *Gazeta de Notícias*. O nome escolhido estava diretamente associado à sua defesa pela abolição da escravidão no Brasil<sup>26</sup>.

Outros jornalistas da imprensa abolicionista também assinavam com pseudônimos. Joaquim Nabuco rubricava como *Garrison* e além dele, Gusmão Lobo, Rui Barbosa e Rodolfo Dantas não utilizavam seus nomes próprios. A explicação para essa prática não está na existência de uma rigorosa censura. É possível, entretanto, que José do Patrocínio quisesse desviar-se de problemas com a lei uma vez que era o início de sua carreira, momento no qual não possuía as relações de amizade que posteriormente o ajudariam<sup>27</sup>.

Os primeiros artigos de Patrocínio, entre os meses de agosto e outubro de 1881, abordavam temas diversos. O que mais se fez presente foi a crítica à lei eleitoral, aprovada no dia 9 de Janeiro de 1881, também conhecida como “Lei Saraiva”. A lei instituiu o título de eleitor. Como aponta José Murilo de Carvalho, não haveria mais “votantes” e sim “eleitores” já que, a partir dessa legislação, a eleição passou a ser direta para todos os cargos eletivos do Império. O voto tornou-se facultativo, a renda exigida e comprovada era 200mil-réis, permanecendo a exclusão das mulheres e proibindo os analfabetos de serem eleitores. Essa última medida fez decrescer o número de participantes, uma vez que somente 20% da população masculina era alfabetizada. Dentre os poucos deputados que protestaram contra a mudança estavam Joaquim Nabuco, Saldanha Marinho e José Bonifácio, o moço<sup>28</sup>.

Na imprensa, José do Patrocínio lamentava a existência da “lei eleitoral tirânica”. Para ele, a única parcela da população brasileira que ganhou com a nova dinâmica eleitoral era a privilegiada, que “pelos títulos científicos e honoríficos, pelo capital e pelo emprego” nada sofreria com ela. Sem o direito ao voto, “quem não pode protestar no Parlamento por meio de representantes adquire por isso mesmo o direito de protestar na praça pública”. Patrocínio

<sup>26</sup> MACHADO, Op. Cit. p. 27.

<sup>27</sup> Idem, Op. Cit. P. 146.

<sup>28</sup> CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 38.

convidava as camadas excluídas a se manifestarem. “Nenhum brasileiro que não tem o direito de voto tem o dever de alistar-se” porque o grupo que o governo privilegia, que fazem e desfazem a lei, “são as únicas obrigadas ao serviço”<sup>29</sup>.

Essa declaração nos revela a preocupação de José do Patrocínio com a ampliação dos direitos políticos. O mesmo defendeu que os brasileiros que não possuíam direito de votar não deveriam cumprir também o dever de alistamento obrigatório. A melhor forma de responder em protesto contra a lei eleitoral imposta era “não ceder ao alistamento”. Isso caberia então às classes “que têm nas mãos, exclusivamente, os direitos do país”. Ou seja, a minoria que tinha direitos políticos:

Não é nas baixas camadas populares, nesse oceano de venalidade e baixeza, indigno de eleger um representante; não é nesse lamaçal que o governo deveria recrutar soldados.

Como entregar-lhes a bandeira da pátria se os miseráveis não agasalham no coração o sentimento o mais vivaz do homem – o do patriotismo.

Esses homens, que vendem o voto por qualquer vintém, aos candidatos, não poderão vender o tesouro, a Caixa de Amortização, as tesourarias das províncias?

O governo deve perceber que é inconveniente vesti-los com as fardas de militar; não a merecem. Os que devem vesti-la são os frequentadores do chá eleitoral do Sr. Leoncio, os enviados particulares dos ministros tímidos<sup>30</sup>.

Se o governo não confiava à população o direito de votar, não deveria confiá-la também o alistamento. Recorrendo a frases irônicas, ele mostrava aos seus leitores o que deveriam pensar os políticos do segundo reinado que excluía a população do voto. Eram além de “miseráveis”, homens que venderiam seu voto caso tivessem esse direito. Portanto, segundo o pensamento de Patrocínio, a promulgação da lei eleitoral de 1881 criava o “direito à revolução” porque fechava-se as urnas, impedia a participação política institucional.

Também nas primeiras edições como proprietário da *Gazeta*, em 1881, a primeira página do jornal definiu qual forma de governo estava de acordo com os seus juízos: a República. Não a República do manifesto de 1870, mas a República originária da “primeira manifestação sistemática das ideias republicanas no Brasil: a Revolução de 17, que proclamou a abolição da escravidão como uma consequência da proclamação da república”. Com esta declaração, a nova fase do jornal que tinha Patrocínio como dirigente, definia a República e Abolição como dois objetivos. Deixava claro o seu distanciamento dos ideais do Partido Republicano que pregava a República como a primeira mudança, sendo seguida pela

<sup>29</sup> GAZETA DA TARDE. 29 de agosto de 1881. Edição 200.

<sup>30</sup> GAZETA DA TARDE. 29 de agosto de 1881. Edição 200.

Abolição. Ele declarou em artigos seguintes, “a abolição é o caminho mais rápido para a República”. Certamente, ele almejava com essa frase a plena adesão do Partido Republicano à causa da Abolição<sup>31</sup>. Portanto, apesar de evidenciar a diferença de convicções, o momento não era de rompimento, mas de alianças políticas com esse partido. O primordial era garantir a abolição da escravidão.

Em 9 de outubro de 1882, José do Patrocínio indicou que Tristão de Alencar Araripe Junior ficaria responsável pelos artigos do jornal, por conta de uma viagem que faria às “províncias do norte” no vapor Ceará, dando início a sua temporada como orador em conferências, difundindo assim a campanha abolicionista fora da capital do Império. Essa viagem seria importante para “ampliar as relações e firmar a popularidade da *Gazeta*”. A partir de então, a folha republicava os artigos sobre a atuação de Patrocínio nas províncias do norte até fevereiro do ano seguinte quando “depois de quatro meses de ausência regressa ao seio de seus amigos da família o proprietário desta folha José do Patrocínio”<sup>32</sup>. Esteve em Salvador, Maceió, Recife e em Fortaleza. No Ceará, a Sociedade Libertadora Cearense (SLC), fez de Patrocínio um de seus “sócios beneméritos”<sup>33</sup>.

Em maio de 1883, quando Patrocínio já estava de volta à Corte, reuniram-se na sala de redação da *Gazeta* diretorias de pelo menos 11 sociedades abolicionistas. O objetivo era organizar um centro abolicionista. Faziam parte da comissão que ficava responsável pela comunicação entre as associações: José do Patrocínio, Aristides Lobo, Gomes de Mattos e João Clapp. Por sugestão do proprietário da folha esse núcleo, que prezava pela cooperação, passou a ser chamado de Confederação Abolicionista (CA). A temporada de Patrocínio nas “províncias do norte” proporcionou ao movimento o que ele esperava: ampliou as relações. A adesão da *Sociedade Abolicionista Cearense* e da *Libertadora Pernambucana da Escola Militar* à Confederação Abolicionista recém fundada simbolizam esse êxito. A maioria das sociedades eram do Ceará e o do Rio de Janeiro<sup>34</sup>.

Em outra reunião, uma nova comissão foi formada para apresentarem um Manifesto Abolicionista para ser divulgado nas duas casas do Parlamento. Esta seria composta por José do Patrocínio, Rebouças e Aristides Lobo<sup>35</sup>. Este último, entretanto, ficou de fora e o Manifesto foi aprovado e publicado em agosto do mesmo ano, sendo de autoria de Rebouças e Patrocínio. O texto defendia a abolição sem indenização, o que implicava agravo econômico

<sup>31</sup> Idem. 4 de outubro de 1881; GAZETA DA TARDE. 10 de outubro de 1881.

<sup>32</sup> Idem, Edição 232. 10 de Outubro de 1882.

<sup>33</sup> MAGALHÃES JR, 1972, 121.

<sup>34</sup> GAZETA DA TARDE. 10 de maio 1883. Edição 106.

<sup>35</sup> Idem. 14 de maio 1883. Edição 109.

aos proprietários de escravos, e exigia a aplicação legítima das leis de 1831 e 1871. Era um plano de ação que ensejava a expansão do movimento. Na cidade do Rio o Manifesto foi distribuído 18 mil vezes<sup>36</sup>.

Além disso, o ano de 1883 foi marcante para a campanha contra a escravidão porque outra organização disposta a realizar estratégias foi criada: a Comissão Central Emancipadora (CCE). As novas táticas incluíram boicote na imprensa para banir anúncios de compra, venda ou fuga de escravos; também foi criada a sessão “cenas de escravidão” para denunciar senhores que hostilizavam seus escravos; criaram um Livro de Ouro, que ao mesmo tempo que era utilizado para receber as doações, também aparecia semanalmente na *Gazeta da Tarde* quem fazia essas doações; criaram, em contraposição a esses notáveis doadores, o Livro dos mesquinhos e maus senhores: O Livro Negro. Seus nomes e endereços eram publicados na folha. Sendo assim, as técnicas passaram a ir além das conferências-concerto, dos teatros e meetings. Decidiram também criar uma zona geográfica sem escravidão para refúgio de escravos fugitivos. Essa tática já havia sido feita nos Estados Unidos e era chamada de *underground railroad*. Os escravos tinham como apoio asilos pelo extenso caminho até o destino planejado, que poderia ser o Norte do país ou o Canadá, onde a escravidão era ilegal. No Brasil, essa estratégia ficou conhecida como campanha de libertação de territórios e funcionava de maneira diferente. Os abolicionistas caminhavam quarteirão por quarteirão clamando aos pequenos comerciantes, professores, artistas, jornalistas e funcionários públicos pela concessão voluntária de liberdade aos escravos. Este grupo social tinha poucos escravos em suas casas ou estabelecimentos comerciais. Estas ações orientadas pelos abolicionistas foram feitas em sequência espacial para libertar por quarteirões, ruas, bairros, municípios e províncias<sup>37</sup>.

No Teatro Recreio Dramático a Sociedade Cearense Abolicionista realizou uma “festa de liberdade” em 11 de Março de 1883. Patrocínio discursou por mais de uma hora, reafirmou que a escravidão era um roubo e entregou a carta de liberdade à escravizada Francisca Pacatuba. A presença do líder ali era fundamental para a sessão, já que o *Livro de Ouro* pertencia à *Abolicionista cearense*, que pediu para o consagrado José do Patrocínio fazer as honras daquele ato da cerimônia. Nessa semana, a *Gazeta* publicava sessões sobre diversas regiões do país e seus trabalhos de “gestação emancipadora”: Paraíba do Norte e Recife<sup>38</sup>. A cada vez que a folha recebia o comunicado de fundação de alguma associação abolicionista ao

---

<sup>36</sup> ALONSO, 2015, p. 203.

<sup>37</sup> Idem, Op. Cit., p. 191-195.

<sup>38</sup> GAZETA DA TARDE. 11 e 12 de Março de 1883. Edições 55 e 56.

redor do país, ela tornava pública essa informação, dando destaque ao crescimento do movimento: “A onda cresce... O povo paraibano não pode ser mais taxado de escravagista. Está fundada a Emancipadora Paraibana”.<sup>39</sup>

Depois da campanha no Ceará, o proprietário da *Gazeta* viajou à Europa pela primeira vez. No dia 13 de novembro ele elenca três razões para estar se ausentando em meio a campanha abolicionista:

A necessidade de ver Lisboa e consultar alguns documentos, cujo conhecimento me é indispensável para o romance Pedro II espanhol, romance que tenho entre mãos e deve ser publicado nas colunas desta folha no próximo ano, o estado precário de minha saúde e a urgência de algumas reformas, que pretendo realizar na *Gazeta da Tarde*, resolveram-me a partir para a Europa<sup>40</sup>.

Essas justificativas bem elaboradas, conforme observou Raymundo Magalhães, revelam “um vivo empenho em não parecer frívolo, omissos ou comodistas” diante da causa que se empenhava até ali em seu país. Também indicava quem ficaria em seu lugar e quais eram os principais nomes daquele momento que escreveriam na sua folha.

O gerente e responsável a partir dali era João Ferreira Serpa Júnior. Na redação ficaram Luís de Andrade, com função de chefe, Júlio Lemos, Gonzaga Duque Estrada. Esse setor contava ainda com a colaboração de André Rebouças, Enes de Souza, M. E. Campos Porto, Dias da Cruz e Leite Ribeiro, F.C. Vasques e João Clapp. Nesse momento de despedida, lembrar de abolicionistas conhecidos como André Rebouças e João Clapp<sup>41</sup>, presidente da Confederação Abolicionista, era também uma forma de reafirmar que não seria sua ausência que iria retirar o compromisso que a sua folha tinha com a causa da abolição. Reiterava assim que todo o seu funcionamento, trabalho e esforço eram direcionados a essa ideia basilar.

Conforme o jornalista enviava cartas ao Brasil, sua folha publicava informações sobre o seu estado de saúde e outros esclarecimentos. Em razão dos cuidados de um “distinto médico” de Paris e um “tratamento rigoroso”, Patrocínio estava “quase de todo restabelecido”<sup>42</sup>. Quando retornou da Europa, Patrocínio publicou pela primeira vez a “Semana Parlamentar”, dessa vez num sábado, assinando ainda como Proudhon. Cumpriu o

<sup>39</sup> Idem. 15 de Março de 1883. Edição 59.

<sup>40</sup> GAZETA DA TARDE. 13 de Novembro de 1883.

<sup>41</sup> João Clapp era filho de imigrantes estadunidenses. A aliança com Patrocínio aconteceu após os dois se conhecerem nas reuniões do Partido Republicano, em São Cristóvão. Alonso, Op. Cit. p. 135.

<sup>42</sup> GAZETA DA TARDE. Edição 120. 24 de Maio de 1884.

que havia dito como uma das causas de sua viagem à Europa e publicou Pedro Espanhol em maio na *Gazeta da Tarde*.

Segundo a edição 119, José do Patrocínio retornou ao Rio de Janeiro em 23 de Maio de 1884. O “combatente heroico” foi saudado pelo jornal, que terminou a sessão lembrando que o abolicionista brasileiro “cumprimentou dois grandes vultos: Victor Hugo e Schoelcher” quando esteve em Paris. Naquela viagem, Patrocínio foi a Lisboa, Espanha e França.

Voltando à capital do Império, Patrocínio retornou com suas atividades na Assembleia anual da Confederação Abolicionista no dia 26 de Maio. Dezesesseis representantes de sociedades confederadas marcaram presença e discursaram sobre “diversos assuntos”. Dentre eles, estavam João Clapp, Campos da Paz, Dr. José Agostinho dos Reis, Gomes dos Santos, Dr. Barros Barreto e o Capitão Senna<sup>43</sup>. O retorno aos seus escritos na folha ocorreu mais tarde, no dia 29.

Enquanto estava na Europa, Patrocínio perdeu as grandes festas devido ao grande triunfo abolicionista: a libertação do Ceará em 25 de Março de 1884. A imprensa de Paris, cidade onde estava Patrocínio, deu grande repercussão a esse evento com vários números de artigos e notícias<sup>44</sup>. As palavras de Patrocínio não deixaram de aparecer na *Gazeta da Tarde* e foram publicadas na Edição 110, do dia 12 de Maio, no artigo “O que pensamos”. Entretanto, não eram apenas palavras de comemorações que estavam incorporadas em seu texto. Segundo o jornalista, os que hoje tomam “emprestado aos nossos sacrifícios e as nossas ideias o prestígio de que precisam” são os mesmo que quatro anos antes riram quando ele e seus companheiros começavam o combate a escravidão. Portanto, ele marca o ano do início da campanha a qual tem feito parte: 1880.

Os resultados extraordinários, que já vertiginam os vencedores de batalhas vencidas, são obras da propaganda ativa, que sabe abençoar e anatematizar, comover e apavorar.

Foi ela quem faz baixar o preço da mercadoria-homem; foi ela quem penetrou nas consciências acordando os sentimentos bons do povo brasileiro, e aparou, com as dezenas de milhar de cartas espontâneas de liberdade, os botes da inveja e da calúnia.

Repetimos, não queremos esmolas: queremos direito.

Além disso, Patrocínio anunciava-se incomodado com o grande movimento de “simpatias”. Seriam elas sinceras ou calculadas para desnortear a opinião? A “estrondosa vitória” no Ceará era muito, mas não era tudo. Isso porque o líder abolicionista reconhecia

<sup>43</sup> GAZETA DA TARDE. Edição 122. 27 de Maio de 1884.

<sup>44</sup> MAGALHÃES JR. Op. Cit. p. 141.

que toda essa glória teria uma resposta da oposição. Em suas palavras “a resistência se organizará com tanto mais desespero, quanto mais perto estiver o perigo”<sup>45</sup>. Apesar de não ter mencionado nomes ou de quais grupos estava falando, suas críticas se dirigiam aos políticos escravistas contrários ao fim da escravidão no Brasil.

A *Gazeta da Tarde*, com essa diversidade de estratégias que eram publicadas nas suas páginas, ganhou um papel decisivo dentro do movimento abolicionista em ascensão. José do Patrocínio, seu proprietário, viajou pelo Brasil, fez campanha nas “províncias no Norte”, deu projeção internacional a campanha abolicionista brasileira quando participou de festividades na Europa e fez este periódico vender mais exemplares e se tornar uma referência na batalha pelo fim da escravidão. O jornal era o porta-voz do movimento na imprensa. A segunda metade da década de 1880 seria marcada por novos desafios e transportar a campanha dos espaços públicos para as instituições do Império era o principal deles.

#### 1.4 A escravidão e as deliberações no Parlamento (1884-1888)

Se por um lado a década de 1880 apresentava a expansão do movimento abolicionista, por outro, aqueles que precisavam garantir seus interesses escravistas também reagiram com suas próprias técnicas. Como foi demonstrado, Patrocínio estava atento a isso. É necessário ainda destacar que não eram somente os abolicionistas que se utilizavam dos espaços públicos. Angela Alonso utilizou o conceito “escravismo político” para dar nome ao conjunto de práticas adotadas para fazer oposição a crescente campanha que defendia as ideias abolicionistas. Essas práticas não começaram no contexto da década de 1880 e sim anteriormente, quando se deliberava pela Lei do Ventre Livre, em 1871, que esse grupo queria combater. O Escravismo político era uma forma de ativismo que incluiu petições, discursos, artigos de imprensa, reuniões, obstáculos nas instituições políticas e a formação dos chamados ‘Clubes de Lavoura’<sup>46</sup>. Estas organizações em Clubes surgiam em “ondas”, conforme a conjuntura. Como explica a autora:

A primeira surgiu no momento do ventre livre; a segunda, na ascensão dos Liberais ao governo, em 1878, com os congressos agrícolas do Rio de Janeiro e do Recife. A ascendente abolicionista de 1883 gerou a terceira maior onda de escravismo, com novo congresso agrícola no Recife e a criação de associações em quase todos os municípios da Zona da Mata de Pernambuco<sup>47</sup>.

<sup>45</sup> GAZETA DA TARDE. Edição 110. 12 de Maio de 1884.

<sup>46</sup> ALONSO, 2015. p. 66.

<sup>47</sup> Idem, 2015, 252.

Assim sendo, os protagonistas organizadores dessa resistência na primeira onda eram os políticos conservadores: Paulino e Martinho de Campos. Mais tarde, O Barão de Cotegipe e Andrade Figueira adquiriram grande importância nessa dinâmica. Em 1884, 49 Clubes de Lavoura foram criados. Em julho do mesmo ano, os clubes escravistas se coligaram no Congresso da Lavoura, de caráter nacional<sup>48</sup>.

Não faltaram petições de fazendeiros, ataques aos professores da Escola politécnica, perseguição aos abolicionistas e depredações nas sedes dos jornais. Na perspectiva dos escravistas, como o deputado Andrade Figueira, os professores dessa instituição ao invés de ensinar aos alunos, incitava-lhes a “desordem” e a “anarquia”. As petições enviadas ao Parlamento, em 1884, destacavam que os abolicionistas não estavam pensando nas péssimas consequências que a abolição imediata iria trazer ao país<sup>49</sup>.

Para se contrapor a abolição plena da escravidão, os políticos escravistas resgatavam a Lei do Ventre Livre, de 1871. Segundo o grupo de Andrade Figueira, essa lei já garantia a extinção da escravidão de forma gradual, sendo por isso, suficiente. O fim da escravidão acabaria acontecendo sem desrespeitar a lavoura, os proprietários de escravos e nem a economia do país. Não era preciso a criação de novas legislações porque fazer isso significaria desrespeitar a lei de 1871. Entretanto, como observou Emília Viotti da Costa, a maioria dos que nesse momento lembravam da lei do Ventre Livre e a colocavam como solução nacional, não votaram a favor da aprovação dela no passado recente<sup>50</sup>.

José do Patrocínio tentou se candidatar a cargos políticos 5 vezes durante a sua vida. A primeira delas foi justamente em 1884, ao cargo legislativo da Câmara dos Deputados, no período do Ministério chefiado por Manuel Dantas. O ministério de Manoel de Souza Dantas iniciava em meio ao clima de acirramento da questão da abolição. Ao mesmo tempo, o momento era de entusiasmo com a possibilidade de avanço que o gabinete Dantas prometera e Patrocínio se candidatou para apoiar e aprovar o projeto dos sexagenários. As províncias do Amazonas e do Ceará já não tinham mais escravos. A Confederação Abolicionista lançou José do Patrocínio como seu candidato a deputado pelo 3º distrito da capital do Império. Segundo o estudo de Rita Vasconcelos, autora que analisou as candidaturas de Patrocínio, seu primeiro programa político era ambicioso:

Suas propostas iam a sentido inverso das ações empreendidas pelos partidos conservador e liberal. A defesa da ampliação do eleitorado em um momento que se

---

<sup>48</sup> ALONSO, Op. Cit p. 252-3.

<sup>49</sup> COSTA, Op. Cit., p. 80-1.

<sup>50</sup> Idem, p. 81-3.

buscava a sua restrição é uma clara evidência. E mais, Patrocínio combatia dois pilares do sistema monárquico – a grande propriedade e a escravidão. Estabelecer uma agricultura com pequena propriedade e caráter industrial era no mínimo utópico<sup>51</sup>.

O eleitorado que Patrocínio almejava conquistar eram pequenos e médios fazendeiros, funcionários públicos e professores. Ficou em 4º lugar com 154 votos. O primeiro colocado, com 486 votos, foi o médico liberal Adolfo Bezerra de Menezes, um político mais experiente. Este ainda teve que disputar no 2º escrutínio, mas foi novamente vitorioso. Vasconcelos destaca que sendo a sua primeira candidatura, Patrocínio teve bom retorno de votos de seu eleitorado. Primeiro porque ele tinha um programa político reformista e ambicioso. Segundo em razão dele não ter se alinhado nem ao partido liberal nem ao partido conservador. E por fim, porque as suas chapas oponentes eram compostas por políticos profissionais e com carreiras de prestígio como a medicina e a advocacia<sup>52</sup>.

Sendo assim, Patrocínio na sua primeira candidatura colocava na sua agenda política não apenas o combate a escravidão, como também propunha uma ruptura com o modelo econômico da grande propriedade exportadora. Como já foi mencionado neste trabalho, seu companheiro André Rebouças também defendia um projeto de reforma rural, que não foi colocado em discussão. Patrocínio finalmente poderia colocar em prática o que já estava sendo discutido num evento do Teatro Polyteama, em 1884, em diálogo com a Sociedade Central de Imigração: um programa no qual se exige do Estado a adoção de um imposto territorial com objetivo de democratizar o acesso à terra<sup>53</sup>. Contudo, foi derrotado.

Em junho de 1884, o gabinete apresentou o projeto de reforma que avançaria o processo abolicionista pela via legislativa. O projeto era popular e foi muito apoiado pelos abolicionistas. Patrocínio escrevia na *Gazeta* que o gabinete 6 de Junho “pode ser vencido parlamentarmente; historicamente é ele o vencedor, porque nasceu da propaganda abolicionista, invencível como o Direito”<sup>54</sup>. Patrocínio e seus aliados reconheciam a importância do ministério Dantas para o avanço do debate. Também aproveitava para publicar os discursos no Senado que eram favoráveis ao projeto na sessão do dia 20 de março de 1885.

<sup>51</sup> VASCONCELOS, Rita. **República sim, escravidão não:** o Republicanismo de José do Patrocínio e sua vivência na República. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói, 2011. p. 94-5

<sup>52</sup> Idem Op. Cit. p. 96-7.

<sup>53</sup> SANTOS, Cláudia Regina dos. Abolicionismo e visões de liberdade. **Revista IHGB**, Rio de Janeiro: out/dez 2007. p. 328.

<sup>54</sup> GAZETA DA TARDE. 20 de Dezembro de 1884.

O fato inegável é esse: hoje não há ponto nenhum do Império onde não se pense e não se discuta a questão da emancipação; onde essa ideia não fomente alegrias, ou desperte receios<sup>55</sup>.

Apesar de apoiar a indenização aos proprietários, que Patrocínio questionava, e ser criticado por isso nos parágrafos seguintes, as palavras do Senador Afonso Celso foram citadas para reafirmar que a questão pela emancipação se impôs e a oposição precisava se conformar. Patrocínio continuou escrevendo e marcou o prazo final para a Abolição da escravidão:

Contra a vontade dos Governos e do parlamento, da magistratura e da política, realizamos a grande odisseia da consciência nacional; contra eles e apesar deles havemos de chegar ao termo das nossas aspirações, o que mais tardar no prazo fatal que marcamos: 1889.

O Direito não precisa de outra força além do consenso universal<sup>56</sup>.

Entretanto, o projeto foi rejeitado pela maioria da Câmara dos Deputados. Os motivos que mais geraram discórdias foram a ausência de indenização aos proprietários que libertavam os sexagenários e de uma taxa sobre os escravizados que também não foi prevista. O gabinete solicitou uma nova eleição, mas novamente o projeto foi derrotado<sup>57</sup>.

O ministério foi então substituído e a chefia de gabinete passou a ficar a cargo do Liberal José Antônio Saraiva. O projeto original de Dantas foi profundamente modificado e sofreu forte contestação da ala abolicionista liberal. Com o ministério enfraquecido, Saraiva renunciou. A formação de um novo gabinete chefiado pelo político conservador João Maurício Wanderley, o Barão de Cotegipe, que concluiu a discussão do projeto e, finalmente, obteve a aprovação. O direito à propriedade estava garantido, uma vez que a indenização dos proprietários para a libertação dos sexagenários estava incorporada no texto e ainda exigia três anos de prestação de serviço<sup>58</sup>.

Entretanto, ocorreu uma fragmentação entre os cafeicultores. O grupo de Andrade Figueira ainda defendia a permanência da escravidão nos moldes da lei de 1871. Porém, um outro grupo, que incluía Antônio Prado, se convenceu que o trabalho livre imigrante oferecia vantagens. A questão da falta de mão-de-obra que o fim da escravidão provocaria seria resolvida com a introdução de imigrantes em larga escala<sup>59</sup>.

<sup>55</sup> Idem. 21 de Março de 1885.

<sup>56</sup> GAZETA DA TARDE. 21 de Março de 1885.

<sup>57</sup> VAINFAS, Ronaldo. (org.). **Dicionário do Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 473.

<sup>58</sup> Idem, Op. cit., p. 473.

<sup>59</sup> COSTA, Op. Cit.. p. 90.

Enquanto isso, José do Patrocínio tentou a sua segunda candidatura, em 1886, ao cargo de Vereador. Foi apoiado primeiro por Joaquim Nabuco. Depois, o Partido Republicano escolheu três nomes para direcionarem seus votos: Ubaldino do Amaral Fontoura, Antonio Justiniano Esteves Junior e o José Carlos do Patrocínio. Os jornais *Gazeta de Notícias* e *O Paiz* também apoiaram sua candidatura. Eleito, José do Patrocínio tomou posse como membro da Câmara Legislativa do Município Neutro em 7 de Janeiro do ano seguinte. O ano de 1887 coincidia com a função do periódico carioca *Cidade do Rio* (Rio de Janeiro; 1887-1902) por José do Patrocínio. Portanto, nessa fase de sua vida, ele acumulava funções de proprietário e redator chefe do jornal, além de sua carreira política de vereador<sup>60</sup>. A pesquisa de Vasconcelos revelou ainda quais foram as principais pautas das sessões nos Boletins da Câmara Municipal dos anos 1887, 1888 e 1889. As temáticas como a urbanização e prestação de serviços sempre estavam presentes:

Muitas das intervenções do jornalista passavam pela exposição de problemas vivenciados pela população do centro do Rio de Janeiro no que tange a calçamento, saneamento, higiene pública, qualidade dos alimentos, além da preocupação com a instrução pública e o sistema tributário<sup>61</sup>.

A questão da abolição da escravidão não foi marcante na trajetória de José do Patrocínio enquanto vereador. Ele chegou a denunciar a violência que a polícia impõe aos escravos, “amarrando-os e espancando-os”, mas só discursou sobre o que os abolicionistas queriam ouvir, a libertação total, quando outro vereador, Sr. Torquato Couto, solicitou uma sessão solene. Neste dia, Patrocínio afirmou que a Câmara não era contra a abolição. O grande empecilho era a situação ministerial: o presidente do Gabinete de Ministros era o Barão de Cotegipe. Dessa forma, foi menos pela falta de vontade política do que de oportunidade<sup>62</sup>.

Conclui-se que não obtendo sucesso na sua primeira candidatura, com a sua ambiciosa e reformista agenda, Patrocínio dois anos mais tarde, após adentrar como político na Câmara dos Vereadores, já estava mais ajustado ao jogo político. Seu comportamento alterado e mais resignado dessa vez, observando a política no seu interior, revela que sabia que não

---

<sup>60</sup> Aqui vale uma observação. Segundo Machado, Patrocínio deixou a *Gazeta da Tarde* após problemas financeiros no ano anterior. Em meados de 1886 ele havia se associado a Luiz Ferreira de Moura Brito, formando a sociedade Patrocínio & Brito a qual existiu até Setembro de 1887, momento ao qual Patrocínio vendeu sua parte. MACHADO, p. 35-6.

<sup>61</sup> VASCONCELOS, Op. Cit. p. 105.

<sup>62</sup> Idem. p. 110.

conseguiria aprovar projetos sozinho e precisava de apoio, além de um Ministério a favor das causas que defendia.

Os conflitos políticos no Ministério Cotegipe indicavam uma crise que resultou na renúncia do Barão João Wanderley, em março de 1888. A princesa Regente convocou para substituí-lo outro político conservador: João Alfredo Correia de Oliveira. O novo gabinete ao apresentar-se na Câmara assegurava que defendia a elaboração de uma lei que abolisse a escravidão<sup>63</sup>.

A abolição dos territórios e a sistemática estratégia de fugas coletivas orientadas duraram até 1888, quando a Câmara e o Senado aprovaram a lei da abolição por ampla maioria. A assinatura foi feita pela Regente do Trono, a Princesa Isabel, visto que D. Pedro II estava fora do Brasil<sup>64</sup>. Em 13 de Maio de 1888, a Regente sancionou, após a aprovação no Parlamento, o projeto de Lei nº 3.353. A proposta validada trouxe curtas afirmações: extinguiu a escravidão, sem nenhuma condição, *revogadas as disposições em contrário*<sup>65</sup>.

As comemorações da aprovação da lei da Abolição mobilizaram a cidade do Rio de Janeiro. Registros fotográficos capturados por Antonio Luiz Ferreira marcaram o antes e depois da assinatura, e a espera do público no Largo do Paço<sup>66</sup>. O início das celebrações da imprensa ocorreu no campo de São Cristóvão e foi uma missa que confirmava a sacralidade da abolição. Entre os presentes estavam a Princesa Regente, ministros do Império, vereadores, representantes da imprensa, autoridades religiosas. O caminho pacífico para o fim da escravidão incentivado pelos literatos da imprensa foi esboçado na promoção da imagem de uma celebração religiosa. O altar da cerimônia representava a igualdade entre as autoridades religiosas e as da imprensa e dos políticos do Império. Além disso, o altar diferenciava as autoridades sacralizadas que o compunham e o público que festejava – o povo que participou do movimento nas ruas<sup>67</sup>. A missa foi a apenas o primeiro evento simbólico. Foram organizados também eventos esportivos, como as regatas e as corridas de cavalo. De acordo com Renata Moraes:

para os organizadores da festa estava claro que as comemorações pela abolição teriam nos préstitos o seu auge. O desfile de associações e colégios pelas ruas da Corte, com a presença da população, marcou mais do que qualquer outro evento o tom pedagógico embutido nos festejos pelos seus promotores, tendo o claro propósito de dar sentido e significado à data celebrada<sup>68</sup>.

<sup>63</sup> COSTA, p.124.

<sup>64</sup> ALONSO, 2015, p. 498-501.

<sup>65</sup> VAINFAS, Op. cit. p. 464.

<sup>66</sup> MORAES, 2012, p. 42.

<sup>67</sup> Idem, 2012, p. 66.

<sup>68</sup> Idem, p. 88.

Dessa forma, os préstitos marcaram a presença da população junto aos grupos de diversas associações abolicionistas, carnavalescas, escolares e estrangeiras. Desfilaram os representantes da imprensa e em uma das comissões o guia em destaque era o abolicionista José do Patrocínio que desfilou a cavalo junto a seu filho<sup>69</sup>. Patrocínio foi colocado no centro das comemorações pela abolição também nas poesias. Oliveira e Silva, por exemplo, comparou sua luta pela Abolição à de Tiradentes<sup>70</sup>.

A promulgação da Lei da Abolição provocou um clima de conciliação nacional e de festividades na sociedade. Apesar disso, dentro da imprensa, percebeu-se uma continuidade do conflito entre abolicionismo e escravismo.<sup>71</sup> O fato de a abolição ter sido realizada sem indenização iniciou um novo debate na imprensa e no Parlamento.

Um escrito do diário de André Rebouças menciona José do Patrocínio. No dia 23 de setembro de 1888, a escravidão extinta, Patrocínio realizou uma conferência no Teatro Lucinda, no Rio de Janeiro, contra “republicanos escravocratas”<sup>72</sup>. No dia 30 do mesmo mês ele realiza outra reunião desse tipo. Tal fato revela que a atividade nos teatros também perdurou para esse líder abolicionista.

No ano seguinte, no dia 18 de maio de 1889, o abolicionista José do Patrocínio escreve um artigo que diz:

O abolicionismo teve sempre um programa. Não discutiu coletivamente a forma de governo; ameaçou o trono, ontem, como o condenará amanhã, se ele for um obstáculo à ultimação da reforma social, iniciada em 13 de maio. Não terá a Coroa aliado mais leal, nem mais dedicado, enquanto se comportar, como até agora, que, ainda malferida pelo combate à escravidão, se atira à campanha da terra e da autonomia local.<sup>73</sup>

Como mostra o trecho, além do embate da questão da indenização havia também, mesmo que um ano após a Lei, a defesa por parte de abolicionistas da continuidade da “reforma social” iniciada no 13 de Maio. José Patrocínio considerava a Abolição deveria ser apenas o início de novas mudanças na sociedade brasileira.

---

<sup>69</sup> MORAES, 2012, p. 122.

<sup>70</sup> Idem, p. 152.

<sup>71</sup> SANTOS, 2007. p. 329-330.

<sup>72</sup> REBOUÇAS, André. **Diário de André Rebouças e notas autobiográficas**. Consultando no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

<sup>73</sup> José do Patrocínio. **Cidade do Rio**, 18 de maio de 1889; Cláudia Santos, Op. Cit., 2007. p. 330.

## 2 JOSÉ DO PATROCÍNIO ENTRE A ABOLIÇÃO E A REPÚBLICA

A data de 13 de Maio de 1888 foi decisiva para a Monarquia. A abolição conquistada sem indenização aos senhores era o que almejava José do Patrocínio, André Rebouças, Joaquim Nabuco e outros aliados. Foi um momento de glória e muita comemoração nas ruas e na imprensa. Vitória dos abolicionistas. Entretanto, havia um importante grupo político que não ficara satisfeito com a lei: os proprietários de terras do Vale do Paraíba, principalmente fluminense e do sul de Minas. Os cafeicultores eram resistentes a aderir à mão de obra livre e se sentiram prejudicados economicamente pela ausência da indenização. Dessa forma, a lei alterou a relação entre a Coroa e os proprietários. O vínculo foi abalado e grande parte desse grupo se dirigiu para o lado dos republicanos<sup>74</sup>.

Nesse mesmo período, a propaganda republicana estava em crescente desenvolvimento e tinha como aliada a “mocidade militar”, também descontente com a Monarquia. Os militares, influenciados pelo positivismo, estavam insatisfeitos com a desvalorização de suas carreiras<sup>75</sup>. Estes grupos descontentes contribuíram para a perda da legitimidade da monarquia.

No contexto dos anos finais do Império houve a luta de representações entre monarquistas e republicanos<sup>76</sup>. Este embate de ideias no pós-abolição encontrava-se também entre os próprios abolicionistas que se dividiram em defender a propaganda republicana ou apoiar a continuidade da monarquia. O capítulo explora os fatores que fizeram Patrocínio desconfiar de uma República que passou a ter como aliados no pós-abolição os antigos proprietários de escravos. A valorização da figura de Isabel foi uma das tentativas da monarquia sobreviver em meio à crise que se arrastava. Patrocínio contribuiu para esta representação favorável à Princesa e a ideia de um Terceiro Reinado, o que provocou um grande descontentamento entre os republicanos. Em represália, foi chamado de “traidor”. Seus antigos amigos de trabalho também saíram da sua redação. Tudo isso se configurou numa fase complicada para o abolicionista que nas páginas da imprensa parecia estar perdendo o prestígio que tanto havia lutado para conquistar.

Portanto, o pano de fundo do capítulo é a crise e a queda da Monarquia. Como Patrocínio se inseriu neste contexto marcado pela polarização política entre maio de 1888 e 15

<sup>74</sup> GRINBERG, Keila.; MUAZE, Mariana. **O 15 de novembro e a queda da monarquia**. Relatos da princesa Isabel, da baronesa e do barão de Muritiba. São Paulo: Chão Editora, 2019. p. 106.

<sup>75</sup> Idem, p. 106.

<sup>76</sup> DAIBERT JR, Robert. **Isabel, a “redentora dos escravos”**: um estudo sobre as representações sobre a Princesa. Campinas, SP, 2001. p. 128.

de novembro de 1889, data da proclamação da República? Desde a revolta do vintém, em 1880, Patrocínio se configurava como uma liderança popular na cidade do Rio de Janeiro. Durante a campanha abolicionista, o jornalista utilizou recursos como a imprensa e o espaço público para fazer política. Ganhou projeção nacional ao realizar a campanha de libertação de territórios pelo país. Em 1887 Patrocínio era vereador e proprietário do jornal *Cidade do Rio*. No Pós-abolição estas duas funções ainda faziam parte de sua rotina. O capítulo analisa a continuidade das lutas que José do Patrocínio encarava como essenciais para o progresso do país.

## 2.1 Monarquistas versus republicanos: a luta de representações na imprensa

O apoio à Princesa Isabel para o encaminhamento da abolição foi uma parte marcante da trajetória de José do Patrocínio e que merece atenção neste capítulo. Para compreender todo esse processo, primeiramente busca-se explicar o ambiente do debate em torno dos monarquistas, republicanos e abolicionistas. Depois, o modo como a Princesa Isabel foi compreendida, representada e propagada a partir do 13 de maio de 1888. Os textos de políticos republicanos também aparecem com o objetivo de compreender melhor o rompimento de Patrocínio com o partido Republicano. Por último, enfatiza-se os desfechos das posições políticas de Patrocínio na imprensa, interpretada como contraditória pelos republicanos, em meio ao cenário de perda de legitimidade da monarquia.

A interpretação de Rui Barbosa em um “meeting” abolicionista, datado no dia 28 de agosto de 1887 que ocorreu no Rio de Janeiro, é interessante para revelar aspectos da luta de representações entre monarquistas e republicanos do período. O jornalista teceu longas críticas ao governo da Regente e a política retrógada de permanência da escravidão. Aos olhos de Rui Barbosa Isabel estaria:

Entregue as preocupações artísticas e religiosas, não atenta na desarmonia orgânica de uma sociedade prostituída pela mácula servil; não ouve os soluços da raça opressa, à beira da escravidão, que arrasta suas águas para o indefinido do desalento; e, da religião, desconhece a parte suprema: o Evangelho, a moral, a caridade, ostentadamente negados pela existência do cativo<sup>77</sup>.

Segundo Rui Barbosa, a dinastia e os estadistas se enfraqueciam ao apoiarem uma instituição condenável, ao invés de se adaptarem à “evolução liberal do país”. Ele também considerou a associação entre reforma liberal e o fim da escravidão. Como um político liberal,

<sup>77</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. 2 de Abril de 1889. **Nossa Coerência**. Volume 6. Obras completas Rui Barbosa, p. 59.

compartilhava em seu discurso a convicção de que governos liberais fazem povos moderados, enquanto governos monárquicos que insistiam contra as reformas populares não resistiam no poder. A monarquia estava ameaçada porque escolheu não ouvir a pressão do povo pelo fim da escravidão. Além disso, utilizava sua retórica para deslegitimar a religiosidade da princesa: evangelho e cativo não podiam coexistir.

De acordo com o historiador Robert Daibert Jr., durante a crise do segundo reinado a figura de Isabel personificou os problemas do sistema monárquico brasileiro. Dessa forma, as críticas à Princesa incluíam tanto fatores estruturais, como a corrupção do sistema e a escravidão, quanto questões específicas como a submissão de Isabel ao marido francês, sua religiosidade e despreparo para solucionar os entraves do país. Segundo Daibert Jr:

De modo implícito, tais questões traziam embutidas respectivamente: a relação entre a Igreja e o Império no Brasil, a insatisfação do Exército com o regime monárquico, o problema da escravidão, o nível de representatividade das elites provinciais junto ao governo, bem como o beneficiamento das mesmas. Promover a imagem pública de Isabel era, portanto, uma tentativa de responder aos problemas mais sérios a serem enfrentados pela Monarquia no final do século. Problemas estes, protelados por muito tempo e que cresciam à medida em que o Segundo Reinado parecia caminhar para o fim.<sup>78</sup>

A escravidão, a insatisfação de parte do Exército e as relações entre Igreja e Estado eram críticas que traziam sintomas dos principais problemas da Monarquia. Por outro lado, para os que defendiam a continuidade do regime monárquico, promovia-se a imagem pública de Isabel. Essa representação associou a regente ao abolicionismo mesmo quando ainda não havia aceitação para isso, como no caso da inauguração de um novo nome para o Teatro Alcasar, que após ser reformado passou a ser chamado de Teatro Santa Isabel. Na ocasião, em 1877, a princesa apareceu publicamente para o evento que contou com a homenagem à lei do Ventre Livre. A repercussão, entretanto, não foi positiva e a tentativa de engrandecê-la fracassou. A construção da figura de Isabel aliada aos interesses antiescravistas só foram aceitas no contexto da década de 1880. Buscou-se associá-la aos momentos de aprovação das leis contra a escravidão. Tudo isso ocorreu na imprensa e nos eventos forjados pela própria coroa em praça pública. No seu aniversário de 1885, a regente distribuiu cartas de liberdade em uma solenidade no Paço Municipal. Incentivou-se a interpretação da alforria como sinônimo de liberdade doada. Gradativamente sua imagem foi transformada em defensora da Abolição e os abolicionistas apelavam à Regente<sup>79</sup>.

---

<sup>78</sup> DAIBERT JR., 2001, p. 85.

<sup>79</sup> DAIBERT JR., 2001, p. 87-88.

No decurso da campanha abolicionista a vertente que incluía Joaquim Nabuco, André Rebouças e José do Patrocínio, se interessou para que o encaminhamento do processo de aprovação legal do fim da escravidão fosse conduzido por Isabel. A relação entre a herdeira do trono e esse grupo, entretanto, não se reduziu apenas a laços de afinidade uma vez que criticavam a demora para a Abolição de fato acontecer. Enquanto isso, os debates em torno da viabilidade de um Terceiro Reinado estavam expressamente vinculados ao grau de aceitação da sociedade e à imagem da herdeira de Pedro II<sup>80</sup>.

Joaquim Nabuco escreveu no jornal *O Paiz* que até o ano anterior, o aniversário da princesa era uma festa na qual se associavam apenas os amigos da família imperial. Após a Abolição, porém, o 29 de julho virou uma festa popular porque “desde o dia 13 de Maio a princesa tornou-se o ídolo do nosso povo a cuja liberdade ofereceu ao trono”<sup>81</sup>. Acrescentou ainda:

A história de 13 de Maio está no coração do povo, e nela a princesa imperial tem incomparavelmente o maior lugar [grifos meus], porque só ela tinha um trono para sacrificar à libertação da raça negra, e mais ainda porque só ela, por ser a sua família uma dinastia sujeita às leis de exceção e de exílio, que pesam sobre a tradição real, só ela se arriscou a perder a própria pátria por amor dos escravos. Nós, abolicionistas, que lutamos desde o princípio pela abolição, o que perdemos? Nada. Ganhamos tudo. Ganhamos antes de tudo o que pode haver do mais precioso na vida, o motivo de viver, uma causa. [...]<sup>82</sup>

A historiografia já demonstrou que os abolicionistas de maneira geral apoiaram o processo de mitificação da Regente que se sucedeu, tal como exemplifica a citação de Nabuco<sup>83</sup>. A Princesa foi compreendida como figura de maior protagonista da história da abolição. No campo simbólico, o 13 de Maio foi decisivo para o engrandecimento de Isabel. Patrocínio no pós-abolição apostou nessa representação. Na Revista *Ilustrada*, em Julho de 1888, a imagem reproduzida a seguir nos mostra uma criança sendo ensinada pelos pais a agradecer a sua “Redentora”.

<sup>80</sup> Idem, p. 84.

<sup>81</sup> O PAIZ. 29 de Julho de 1888. Edição 1319.

<sup>82</sup> O PAIZ. 29 de Julho de 1888. Edição 1319.

<sup>83</sup> MACHADO, Humberto Fernandes. **Encontros e desencontros em José do Patrocínio: a luta contra a indenização aos “Republicanos de 14 de Maio”**. p. 302-3

Figura 2 - Criança sendo ensinada pelos pais a agradecer a princesa Isabel



Fonte: Revista Illustrada, em Julho de 1888. Edição 504.

Bondade, caridade e humanitarismo eram elementos fundamentais do caráter de Isabel que era digna de veneração de todos os libertos. Segundo Daibert Jr., esse reforço de representação fazia parte de um “discurso pedagógico” nos periódicos que homenageavam a princesa<sup>84</sup>.

Além disso é preciso sublinhar que, se por um lado o abolicionismo no Brasil não contou com uma intensa retórica cristã, por outro, Daibert Jr. argumenta que a construção da representação de Isabel contou com as qualidades do Cristo Redentor. O que se observou na época era que as questões abolicionistas como igualdade civil a ser alcançada era associada a imagem daquele que redimiu os oprimidos: o fundador do cristianismo. Esse apelo ao cristianismo assegurou uma linguagem simbólica que foi acessível a população e promissora para a coroa, interessada em manter viva a ideia de um Terceiro Reinado. Portanto, o religioso e o político se uniram em torno da figura da Regente<sup>85</sup>.

Parte dos literatos da corte também contribuíram para a exaltação da monarquia nos momentos de comemoração da lei de 13 de Maio. De acordo com Renata Moraes, um dos membros da comissão da imprensa para os festejos era Arthur Azevedo, escritor que publicou poesias em homenagem à Regente e ao monarca D. Pedro II, considerados os grandes responsáveis pela abolição. As festas e as poesias eram oportunidades para agradecer à dinastia que identificou a importância da igualdade entre homens e promoveu o fim da escravidão<sup>86</sup>.

<sup>84</sup> DAIBERT JR, 2001, p. 122. A edição da Revista também foi citada pelo autor.

<sup>85</sup> Idem, 2001, p.113.

<sup>86</sup> MORAES, 2012, p. 145.

Dias antes da promulgação da lei da Abolição as peças teatrais já homenageavam a última discussão da Lei na Câmara, ocorrida em 10 de Maio de 1888. Nas semanas seguintes ao 13 de Maio as celebrações se intensificaram. Os teatros foram espaços privilegiados para as comemorações tal como ocorreu na campanha abolicionista. Nessa nova ocasião, as alterações foram que as cerimônias de alforria não ocorreram mais e os bilhetes das entradas eram liberados para que todos pudessem fazer parte da celebração da liberdade recém-conquistada. De acordo com Renata Moraes, os literatos da Corte construíram um canal de comunicação com o público dos teatros ao distribuírem poesias especiais para a ocasião. Os escritos poéticos também foram entregues nas ruas durante os préstitos em papéis coloridos para chamar a atenção do público e eram oferecidos como um souvenir de festa para aquele momento ser lembrado futuramente<sup>87</sup>.

Os literatos da Corte experimentaram a atribuição de registrar a Abolição de formas variadas. Enquanto as crônicas eram escritas com o objetivo de representar o que foi vivido durante as comemorações, as poesias recitadas nos espaços públicos buscavam a essência da comemoração. Dessa forma, a produção de sentidos para a abolição fomentou a memória da abolição<sup>88</sup>.

Conforme apontou Renata Moraes, em cada poesia havia uma narrativa dos acontecimentos que fixaram para os seus leitores e ouvintes os sentidos para a abolição e para a festa. Narrar os episódios e sujeitos decisivos para o fim da escravidão significava selecionar o que deveria ser lembrado e o que deveria ser esquecido. As poesias, portanto, “ensinam, narram e se transformam, juntamente com seus papéis, na materialização dos sentidos da festa e da abolição”<sup>89</sup>.

A presença dos literatos da Corte e dos abolicionistas chamavam a atenção do público nos festejos. Segundo a autora:

essas poesias, em seu conjunto, ofereceram, assim, uma interpretação clara sobre o sentido da celebração que estava em curso. Se esses literatos, de acordo com suas simpatias políticas, podiam se dividir na caracterização de seus heróis – que iam da família real aos heróis do movimento republicano –, todos eram unânimes em ver na festa um espaço para celebrar uma liberdade vista como dádiva. As poesias dão sentido ao momento da festa e seus autores investiram num projeto para dar unicidade aos significados da abolição<sup>90</sup>.

---

<sup>87</sup> Idem, 2012, p. 138.

<sup>88</sup> Idem, p. 142.

<sup>89</sup> Idem, p. 138.

<sup>90</sup> Idem, p. 153.

Portanto, a ideia de redentora dos escravos foi promovida pelos monarquistas durante a crise do Segundo Reinado principalmente nos momentos de aprovação das leis contra a escravidão. A Coroa forjou os eventos nos espaços públicos e incentivou a ideia de liberdade doada. Após o 13 de Maio a imprensa fortaleceu a associação da figura de Isabel com a de defensora da Abolição. As crônicas registravam as celebrações de Maio de 1888 e destacavam os heróis da Abolição, que podendo ser republicanos ou monarquistas, reforçavam o sentido de doação. Produzidas pelos literatos da Corte durante as festas e comemorações da lei, as poesias recitadas ou distribuídas, lidas ou ouvidas, unificaram uma mesma ideia: a liberdade como dádiva.

As celebrações da lei da Abolição perduraram décadas nas comemorações nacionais e alcançou o regime republicano. As pesquisas historiográficas recentes sobre a Abolição demonstraram que o impulsionador do movimento pelo fim da escravidão não foi a Coroa. O enaltecimento da princesa que se transformou em “redentora” silenciava o papel dos escravizados em suas ações de fugas, revoltas, dos quilombos e outras resistências que contribuíram para o combate à escravidão. Em Pernambuco, Mato Grosso, Maranhão, Rio Grande do Sul, Pará, Espírito Santo, Minas Gerais e no interior do Rio de Janeiro essas movimentações ocorreram durante o Segundo Reinado<sup>91</sup>.

Além de Isabel, as figuras do Parlamento e da grande imprensa foram anexadas ao panteão nacional, deixando os escravos, libertos e livres pobres como sujeitos distantes da memória do abolicionismo. É importante destacar que processo que culminou na Abolição contou com a liderança de negros letrados como José do Patrocínio, Luiz Gama e André Rebouças, mas incluiu também os caifases, barbeiros, capoeiras, músicos, caixeiros viajantes, libertos livres e pobres, que buscavam os seus objetivos de liberdade e cidadania<sup>92</sup>.

## 2.2 José do Patrocínio contra os neorepublicanos

Defensor da República e crítico do regime monárquico, a prioridade de José do Patrocínio era a conquista da abolição da escravidão. Em 30 de Janeiro de 1888, a partir do editorial da *Gazeta da Tarde*, José do Patrocínio desqualificava a legitimidade de Isabel para governar e a caracterizava como “senhora que se preocupa muito mais com as festas do carnaval do que com as angústias do país”. A atitude da princesa em se deslocar até aos

---

<sup>91</sup> Alonso, 2015, p. 304.

<sup>92</sup> ALBUQUERQUE, Wlamyra. **O jogo da dissimulação: Abolição e cidadania negra no Brasil.** São Paulo, Companhia das Letras, 2009. p. 332.

teatros para assistir às peças significava que ela se divertia com “as lágrimas dos escravizados”. Como vimos, o contexto ministerial de janeiro de 1888 era o do gabinete do Barão de Cotegipe, marcado por repressão e fugas. Por outro lado, a situação em fevereiro de 1888 se modificou e o tom das linhas escritas por José do Patrocínio já não era mais de afrontamento. Em 10 de Março daquele ano, data em que ascendeu o ministério João Alfredo, elogios ao político e à Isabel foram feitos pelo jornalista<sup>93</sup>. Portanto, é importante ressaltar, conforme argumentou Humberto Machado, que Patrocínio oscilou seu posicionamento com relação a regente.

A defesa de Isabel feita por Patrocínio se limitava às homenagens realizadas por ela estar conduzindo o país no momento histórico da Abolição da escravidão ou por que ele defendeu um Terceiro Reinado? Se para os seus opositores a princesa personificava os problemas da monarquia, nos resta o esclarecimento do que José do Patrocínio publicava sobre a Regente no pós-abolição. Qual forma de governo ele defendeu nesse momento? O que publicava na imprensa nesse contexto?

É preciso sublinhar que a questão da defesa de Patrocínio a um regime republicano ou monarquista nesse momento é complexa. Ela se relaciona com os acontecimentos políticos que se radicalizaram no Parlamento e na imprensa nos meses que sucederam a maio de 1888. A escravidão estava abolida por lei, mas levantava-se outro problema a ser resolvido: a indenização aos proprietários de escravos.

Em maio de 1888, Cotegipe apresentou no Senado um projeto de lei que demandava a indenização aos ex-senhores de escravos. Em menos de duas semanas após a Abolição, Paulino de Sousa também solicitou um pedido de indenização. Protocolavam subsídio para mão de obra que iria substituir o ex-escravo e o valor das propriedades as quais tiveram prejuízos. Representavam o grupo que abrangeu fazendeiros, banqueiros e comissários. Dessa forma, reclamavam que a Lei da Abolição não continha nenhuma disposição favorável ao senhor e ao seu direito de propriedade<sup>94</sup>.

Conforme já era esperado em razão de seu posicionamento na imprensa e nos teatros ao longo da campanha abolicionista, Patrocínio não defendeu a indenização, ao contrário de defensores como o Barão de Cotegipe e Paulino de Sousa, que foram os seus maiores antagonistas neste debate. Patrocínio os qualificava como homens que personificavam a “força do escravagismo” ainda não extinta. O momento era delicado e se a indenização

---

<sup>93</sup> MACHADO, Humberto Fernandes. **Encontros e desencontros em José do Patrocínio: a luta contra a indenização aos “Republicanos de 14 de Maio”**, 2010, p. 302-3.

<sup>94</sup> ALONSO, 2015. p. 362.

conseguisse votos no Parlamento, só restaria a Coroa dissolver a Câmara, o que radicalizaria os ânimos políticos em sua visão. Isso resultaria na intensificação da crise no governo e, por fim, colocaria em dúvida a continuidade monárquica<sup>95</sup>. Inclusive, em seus textos, Patrocínio chegou a se referir ao Barão de Cotegipe e defendeu que:

Para deslustrar o Terceiro Reinado, que se anuncia tendo por molde o respeito da opinião [grifo meu], S. Ex.<sup>a</sup>. Quer dar-lhe por base a indenização, que o privará dessa auréola redentora, sua maior força.<sup>96</sup>

Na interpretação de Patrocínio o Terceiro Reinado tinha viabilidade de iniciar com uma “auréola redentora”, uma vez que contava com a aceitação da opinião da população. Entretanto, precisava enfrentar obstáculos: homens públicos como Cotegipe, que ambicionavam se vingar da “heroicidade da princesa”. Dessa forma, a indenização espelhava duas realidades segundo o pensamento do abolicionista: era a manifestação de um escravismo resistente e um obstáculo ao fortalecimento que a Abolição garantiu à monarquia. Patrocínio apostava em João Alfredo, presidente do ministério abolicionista desde 10 de Março, para confrontar tal reivindicação<sup>97</sup>.

Veterano na imprensa e como comentarista de assuntos políticos, Patrocínio sabia da força política que tinham os proprietários insatisfeitos e da possibilidade desse grupo fazer aliança com os republicanos. Com habilidade, o jornalista se apressou em afirmar que caso fosse extinta a monarquia em razão da Abolição sem indenização, a República já nasceria confiscada por indenizadores: “A República que é uma nova fazenda, cujo primeiro título é a dívida antes da fundação”<sup>98</sup>. A associação entre os defensores da indenização e os republicanos é feita por Patrocínio. Apreendeu que os clubes da lavoura e os clubes dos “neorepublicanos” eram os mesmos<sup>99</sup>. A crítica não se direcionava a todos os republicanos porque eles foram divididos em dois grupos por Patrocínio: os neorepublicanos da indenização, considerados “especuladores da República”, também chamados “republicanos do 14 de Maio”; e os velhos republicanos sinceros, aos quais ele não direcionava sua crítica.

O novo posicionamento de Patrocínio com relação a princesa não ficou isento de comentários na imprensa oitocentista. O jornal *Gazeta de Notícias*, em 1 de Abril de 1889, no artigo “coisas políticas” comentou sobre os efeitos após o ato do dia 13 de Maio de 1888. A *Gazeta* primeiro pontuou a indignação das classes conservadoras como consequência direta da

<sup>95</sup> CIDADE DO RIO. 11 de junho de 1888.

<sup>96</sup> CIDADE DO RIO. 11 de junho de 1888.

<sup>97</sup> CIDADE DO RIO. 11 de junho de 1888.

<sup>98</sup> CIDADE DO RIO. 11 de junho de 1888.

<sup>99</sup> CIDADE DO RIO. 18 de junho de 1888.

“medida revolucionária”, isto é, a abolição. Depois escreveu um outro resultado ao qual a folha encarava como algo natural: a “adesão incondicional ao trono”. O maior símbolo desse grupo era José do Patrocínio<sup>100</sup>.

Nas páginas da imprensa do final do século XIX, a forma de governo a qual José do Patrocínio legitimava para o Brasil se alterou conforme a conjuntura política. Nos seus primeiros trabalhos como romancista e jornalista, ele defendeu a República. Esse momento coincidiu com o início da sua campanha pelo fim da escravidão no país. Em 1881, Patrocínio acreditava que a Abolição deveria ser imediata. Esta ideia, entretanto, não correspondia ao que políticos republicanos projetavam, o que fez com que Patrocínio entrasse em conflitos com membros do Partido Republicano<sup>101</sup>.

Em 1889, José do Patrocínio escreveu o artigo “À ponta da pena” para responder a matéria publicada dias antes no jornal *d’a província de São Paulo*. Segundo Patrocínio, colocava-se Quintino Bocaiuva como o jornalista e orador que mais fez pela abolição e pelo povo discursando nos meetings nas praças públicas. Patrocínio então critica esse tipo de memória construída em torno de Quintino Bocaiúva e defende que este só aderiu à propaganda abolicionista nos últimos dois anos, quando lhe foi garantido um salário para defender essa causa no jornal *O Paiz*. Patrocínio sugeriu que a justificativa para a defesa e associação de Quintino ao movimento abolicionista se relacionava a outro momento posterior, o triunfo da República<sup>102</sup>.

Anos depois, Quintino Bocaiúva realizou uma entrevista e respondeu perguntas sobre os acontecimentos de novembro de 1889<sup>103</sup>. Uma das interrogações feitas pelo entrevistador foi se a imprensa e a abolição não concorreram também para o advento da República. Quintino argumenta que apenas indiretamente. Dentro da imprensa, eram pouquíssimos os jornais que davam vida efêmera à causa republicana e, portanto, não podia colocar na imprensa uma influência decisiva nos acontecimentos. Quanto a Abolição disse que esta concorreu “relativamente” para o estabelecimento da República porque pela forma que ocorreu acabou dando lugar “a ódios e despeitos” contra a monarquia. Se referia aos

<sup>100</sup> GAZETA DE NOTÍCIAS. 1ª de Abril de 1889. “Cousas políticas”.

<sup>101</sup> MACHADO, Humberto Fernandes. **Encontros e desencontros em José do Patrocínio: a luta contra a indenização aos “Republicanos de 14 de Maio”**. p. 311.

<sup>102</sup> CIDADE DO RIO. 5 de janeiro de 1889. O jornalista argumenta ainda que desconfia que Quintino estivesse preocupado com a sorte dos escravos em razão da candidatura de Quintino quando a confederação queria a reeleição de Ferreira Viana para ministro da Justiça. Segundo Patrocínio, foi a partir desse momento que a unidade até então nunca violada do abolicionismo foi quebrada.

<sup>103</sup> A entrevista foi publicada pela revista *A Ilustração Brasileira* em 15 de novembro de 1909 para comemorar a data da proclamação da República 20 anos depois. A entrevista está transcrita no livro organizado por Eduardo Silva, *Ideias políticas de Quintino Bocaiúva. Cronologia, introdução, notas biográficas e textos selecionados*. Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa Rui Barbosa, 1986.

proprietários de escravos descontentes que não queriam o fim da escravidão ou não foram indenizados. Grande parte desse grupo foi recebido pelo partido republicano que “vieram espontaneamente comungar nossas ideias”. Na pergunta seguinte o entrevistador questiona “se é real o que se disse, de se terem oposto ao recebimento dessa gente no partido, muitos dos republicanos abolicionistas?” E Quintino responde: Alguns se opuseram, notadamente José do Patrocínio<sup>104</sup>.

A forte oposição que Patrocínio fazia ao Partido Republicano, através da imprensa e pelas ruas, foi confirmada pelo republicano Quintino Bocaiúva. Ambos discordavam. Na perspectiva do Republicano, o interesse primordial de seu partido era aumentar cada vez mais as suas fileiras, sem se interessar com os adversários de véspera:

Aquelas simpatias que se desagregavam do trono haviam de ir a alguma parte; nós não as chamamos, mas não era de boa política, repelí-las por um mal-entendido escrúpulo, que não havia como apurar. Antigamente, os descontentes corriam do partido conservador para o liberal, e vice-versa. Se eles abandonavam ambos, agora, e vinham para nós, é que inegavelmente já éramos uma força; por que temê-los-ei?<sup>105</sup>

Portanto, o que para Patrocínio era uma grande contradição, para Quintino Bocaiúva não passava de um ato político frequente a mudança de partido. Apesar de suspeita, a adesão dos proprietários aos republicanos era encarada como um avanço para a propaganda, de acordo com Quintino. Mirava-se a República. Em contrapartida, para José do Patrocínio, havia uma grande incompatibilidade porque eram os ex-senhores de escravos os neorepublicanos e especuladores da República.

As disputas entre Patrocínio e Quintino revelam a luta de representações entre monarquistas e republicanos. Patrocínio reconheceu a grande contribuição do jornal *O Paiz* para a campanha abolicionista. Entretanto, o trabalho abolicionista não era exclusivamente de Quintino Bocaiúva, redator chefe do jornal. Os homens que publicavam na folha que mereciam maior prestígio pela propaganda realizada era Joaquim Nabuco e Joaquim Serra. Outros nomes que marcaram presença nos meetings e nas conferências abolicionistas foram lembrados por Patrocínio. Ao final da relação nominal composta de senadores, deputados e cidadãos “mais notáveis”, ele questionava-se “Para que precisávamos nós de prestígio do sr. Quintino?”<sup>106</sup>. A última comparação feita foi com a princesa regente:

---

<sup>104</sup> QUINTINO BOCAIÚVA, 1909, p. 642.

<sup>105</sup> QUINTINO BOCAIÚVA, 1909, p. 642.

<sup>106</sup> CIDADE DO RIO. 5 de janeiro de 1889.

A abolição deve canonizar o sr. Quintino Bocaiúva e condenar ao exílio ou à pena última Isabel, a Redentora? E não se lembram de que o bom senso público vai ler o que eles escrevem e se esquecem de que tudo quanto está impresso será depoimento perante a história!<sup>107</sup>

As palavras de Patrocínio eram uma resposta ao diretor do jornal *d'a provincia de São Paulo*, Rangel Pestana, um dos primeiros nomes a se alistar ao Partido Republicano na época de sua fundação, na década de 1870<sup>108</sup>. Republicano, defendeu o regime com o apoio dos ex-proprietários de escravos. Em oposição a isso José do Patrocínio manifestou. Naquele momento, defender a imagem de Isabel como Redentora de escravos significava também o estabelecimento da monarquia como melhor forma de governo. Era o que Patrocínio publicava em seus artigos. Por outro lado, para os republicanos outros nomes precisavam ser selecionados e colocados em destaque e Quintino Bocaiúva era um deles. A associação entre República e Abolição era necessária.

### 2.3 Guarda Negra e outras formas de associativismo negro no Rio de Janeiro

A cidade do Rio de Janeiro na década de 1880 foi caracterizada pelo crescimento urbano e tinha grande parte da sua população composta por homens e mulheres descendentes de escravizados, inclusive José do Patrocínio. O abolicionista permaneceu ao lado da monarquia contra o movimento dos indenizadores quando defendeu os interesses de uma organização fundada por negros e mulatos no Rio de Janeiro, em meados de 1888, logo após a Abolição: a Guarda Negra. Segundo o jornalista, a organização era legítima na defesa da futura soberana porque foi fundada para “defender a vida da Princesa Redentora, que pareceu ameaçada, quando a lei de 13 de maio, respondeu o grito de guerra ao terceiro Reinado”. De acordo com Patrocínio, a ideia de que a Isabel corria perigo de vida e poderia ser executada só deixou de ser real quando Pedro II retornou ao trono. Esta era a justificativa de seu apoio à criação do fundo para o armamento caso um conflito viesse a ocorrer. A “milícia sagrada da gratidão” representava o interesse de ex-escravizados e libertos agradecidos pela monarquia ter livrado o país da escravidão e dispostos “não a agredir, mas a defender”. A partir do jornal *Cidade do Rio* Patrocínio legitimou a Guarda Negra como uma reação às ameaças dos republicanos e escravistas contra a princesa<sup>109</sup>.

<sup>107</sup> CIDADE DO RIO. 5 de janeiro de 1889.

<sup>108</sup> RIBEIRO, Antônio Sérgio. **Biografia de Rangel Pestana**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PESTANA,%20Rangel.pdf>

<sup>109</sup> CIDADE DO RIO. 15 de Julho de 1889.

Em um episódio no dia 30 de dezembro de 1888 o comício republicano de Silva Jardim terminou em conflito entre libertos e republicanos. Dessa forma, a criação da Guarda Negra no Pós-Abolição provocou o início de uma intensa discussão acerca da participação política do liberto na cidade do Rio de Janeiro. Portanto, como argumentou Flávio Gomes, é plausível pensar este tipo de conflito como uma tentativa de uso político por parte dos ex-escravizados, que podiam ver naqueles ataques republicanos ao Império uma forma de reversão da situação que conquistaram com o 13 de maio. Os membros da Guarda Negra pareciam compreender que a abolição apesar de concluída, precisava continuar sendo garantida<sup>110</sup>.

De acordo com Clícea de Miranda, os estudos sobre a Guarda Negra desafiam o pesquisador porque há o obstáculo em se lidar com os discursos dos testemunhos sobre o papel da instituição. Não há documentos oficiais sobre a organização e as fontes disponíveis são os jornais e os memorialistas, em sua maioria republicanos. Ambas as fontes carregam o pensamento do grupo que os testemunhos faziam parte naquele momento. Dessa forma, as definições do papel da Guarda Negra foram conduzidas tanto pelas concepções políticas quanto pelas circunstâncias históricas que se encontravam os memorialistas. A autora cita como exemplo o próprio Osvaldo Orico, biógrafo de Patrocínio, que concedeu a este abolicionista a caracterização de líder da instituição. Conforme afirmou Clícea Miranda, este biógrafo nutria uma antipatia por Isabel que podia estar relacionada à popularidade da princesa entre as classes populares no pós-abolição. A estima da regente provocada pela associação de sua imagem à ideia de redentora era percebida a partir da Guarda Negra e tudo isso incomodava os republicanos como Orico<sup>111</sup>. Por outro lado, as fontes conduziram os historiadores a concluir que a Guarda Negra foi uma organização composta por ex-escravos, leal ao regime monárquico e dedicada à proteção da Princesa Regente. Diante dessas evidências, o republicano Osvaldo Orico atribuiu à Guarda Negra um papel ambíguo e de milícia de fanáticos da rainha. José do Patrocínio era o principal deles segundo esta versão<sup>112</sup>.

É importante destacar que Patrocínio no pós-abolição afirmou que a ele foi dada a responsabilidade de publicar o artigo sobre “os primeiros abusos da liberdade por parte da Guarda Negra”. Entretanto, acreditamos que isso não foi feito em razão dele ser o líder da

<sup>110</sup> GOMES, Flávio. “No meio das águas turvas.”: raça, cidadania e mobilização política na cidade do Rio de Janeiro – 1888-1889. In: GOMES, Flávio.; DOMINGUES, Petrônio (orgs.). **Experiências. Biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição. (1890-1960)**. Editora Solo negro. 2011. p. 20.

<sup>111</sup> MIRANDA, Clícea Maria Augusto de. Memórias e Histórias da Guarda Negra: verso e reverso de uma combativa organização de libertos. **Anais... XXVI NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH – São Paulo, Julho 2011**. p. 5.

<sup>112</sup> Idem, Op. Cit., p.1.

organização e sim porque a opinião de um homem negro letrado sobre uma instituição compostas por outros homens negros era fundamental para a imprensa. Ninguém melhor do que ele para fazer uma avaliação sobre a Guarda Negra composta por ex-escravos. Sabemos também que neste período ele ainda ocupava o cargo de vereador e, portanto, tinha voz política<sup>113</sup>.

De acordo com a opinião de Patrocínio não se podia associar a Guarda Negra à ideia de que ela seria uma instituição perigosa ou inimiga da paz e da liberdade. Quem afirmou isso era “especulador”. O abolicionista reconhece o papel expressivo da Guarda para o seu grupo específico quando afirma que as influências de certos membros poderiam “sacrificar o futuro de uma raça aos seus interesses individuais”. Estes poucos membros estariam fazendo dela uma “escada para outras posições”. A questão que foi sublinhada por Patrocínio e que nos interessa é a de que havia na cidade um grande peso sobre o significado da organização para a reputação de toda população negra. A citação abaixo expõe isso:

Urge convencer aos nossos desditosos irmãos de que eles vão ser dentro em pouco condenados a um cativeiro ainda pior, do que o de ontem, o do ódio público. [...] A Guarda Negra não tinha como missão agredir, mas defender. [...]. Os que lhe estão aconselhando o contrário especulam com ela e a comprometem para sempre, o que é pouco, mas criam o ódio de raça que é tudo, quanto ao futuro dos nossos filhos”<sup>114</sup>.

Patrocínio alertou que o ódio da raça era uma consequência da falsa interpretação que os republicanos faziam sobre a função da Guarda Negra. O que entrava no jogo das ambiguidades sobre a instituição era algo muito maior do que uma mera definição do que aqueles ex-escravizados e libertos queriam ao se reunirem. As impressões desfavoráveis à Guarda Negra provocariam consequências que persistiriam na vida de todos os negros da cidade e também na próxima geração de homens de cor<sup>115</sup>.

O historiador Humberto Machado analisou as relações entre a Guarda Negra e Patrocínio e afirmou ser precipitado colocá-lo como liderança da instituição, como fez Orico. Machado concluiu que faziam parte da Guarda Negra os grupos marginalizados pela estrutura de poder contra a postura discriminadora do movimento republicano e das elites. Nas comemorações festivas da Abolição negros e mulatos homenagearam duas personalidades as

---

<sup>113</sup> CIDADE DO RIO. 15 de julho de 1889.

<sup>114</sup> CIDADE DO RIO. 15 de julho de 1889.

<sup>115</sup> CIDADE DO RIO. 15 de julho de 1889.

quais identificavam como heróis: Isabel e José do Patrocínio<sup>116</sup>. Conforme apontou Humberto Machado, para Patrocínio os componentes da Guarda Negra:

almejavam a implantação de reformas necessárias para a integração do negro no mundo dos brancos, tais como: distribuição de terras para o assentamento dos libertos no campo e ampliação de instrução básica para que o país pudesse ingressar na era do “progresso” e da “civilização”, evitando-se, assim, a marginalização dos escravos<sup>117</sup>.

Portanto, segundo o autor, a criação de segmentos como este era um efeito da ausência de condições para o exercício pleno da cidadania. Flávio Gomes acrescentou a hipótese de que possivelmente José do Patrocínio foi associado à Guarda Negra pelos seus opositores para deslegitimá-lo uma vez que as fontes não conseguiram provar as acusações sobre seu o seu envolvimento dentro da instituição<sup>118</sup>.

Estudos recentes sobre organizações negras e dissonâncias políticas após o 13 de Maio demonstraram que José do Patrocínio era a orientação para muitos negros que residiam no Rio de Janeiro nas décadas finais do século XIX. A fundação Sociedade Familiar de Dança Prazer da Violeta identificada pela historiadora Ana Flávia Pinto é um exemplo. Importante destacar que Abraham Lincoln também foi lembrado, indicando a atenção da organização aos vínculos em comum entre a experiência histórica brasileira e a de outros países. Moradores da Cidade Nova, o grupo composto por 23 pessoas de famílias de “descendentes da raça negra” se reuniram pela primeira vez numa casa na rua Presidente Barroso na noite do 13 de maio de 1888<sup>119</sup>.

Os líderes dessa Sociedade lembraram de “render as homenagens de que são dignos e saudam ao seu chefe e invicto libertador José Carlos do Patrocínio”<sup>120</sup>. Reconheceram na Abolição a última fase da Independência brasileira e demonstraram que a formação de grupos socioraciais fazia parte da dinâmica da cidade no imediato pós-Abolição. Apesar das poucas informações na imprensa, de acordo com Ana Flávia Pinto ela só apareceu apenas uma vez, pode-se presumir que esta associação de famílias negras tinha o objetivo de estabelecer um ambiente de diversão. O divertimento trazia também a memória de homens ilustres que

---

<sup>116</sup> MACHADO, Humberto. **Encontros e desencontros em José do Patrocínio: a luta contra a indenização aos “Republicanos do 14 de Maio”**. p. 313.

<sup>117</sup> MACHADO, 2010, p. 316.

<sup>118</sup> GOMES, p.11, 2011.

<sup>119</sup> PINTO, 2018, p. 311-3.

<sup>120</sup> CIDADE DO RIO. 19 de Maio de 1888. Edição 115. p.1.

compreendiam ter contribuído para a consolidação de uma Pátria livre e José do Patrocínio era um deles<sup>121</sup>.

A Sociedade Família Dança Prazer da Violeta se encaixa na noção de associativismo negro. Este conceito é compreendido como uma “dinâmica envolvendo um processo contraditório e conflitivo que combina resistência, assimilação e (re)apropriação de ações coletivas e formas organizativas para a defesa dos interesses específicos do grupo”, tal como foi proposta por Petrônio Domingues<sup>122</sup>.

Uma outra organização negra fundada na cidade do Rio de Janeiro, a Liga dos Homens de Cor, teve entre seus fundadores o próprio José do Patrocínio, no período anterior ao fim da escravidão, em 1887. De acordo com Ana Flávia Pinto, foi a sua participação que conferiu destaque e inserção política a esta associação que se articulava para defender seus direitos<sup>123</sup>. Com efeito, outros periódicos como a *Gazeta de Notícias* e o *Diário de Notícias* acompanhavam os itinerários que percorriam Patrocínio e noticiavam em suas páginas as atividades da Liga. Eles permitiram o acesso a mais informações sobre a associação que tinha sua sede localizada na rua do S. Pedro, região próxima a atual Avenida Presidente Vargas. O espaço abria todos os dias entre às 18 e 20 horas e aos domingos a partir das 17 horas. Foi utilizado para atividades de formação educacional e debates em assembleias periódicas. Os sócios prestavam contribuições coletivas que permitiam seu funcionamento. Aconteciam aulas de português, geografia e aritmética. A última atividade relacionada à Liga foi identificada pela autora em janeiro de 1890<sup>124</sup>.

A Liga dos Homens de Cor reivindicava a igualdade social e buscava legitimá-la a partir da instrução. O objetivo que definiram foi o de elevar “o nível moral dos homens de cor, e de habilitá-los pela cooperação, mutualidade e solidariedade a entrar por igual na elaboração da riqueza e do futuro brasileiro”. José do Patrocínio cumpriu com a solidariedade prometida quando colocou o seu jornal para defender Antônio Luiz do Espírito Santo, também membro da Liga, de um conflito que envolveu um político liberal que buscava a anulação da entrega do título de comendador a seu companheiro. O artigo destacou que ele foi eleito 1º suplente de juiz de paz; Presidente da Imperial Sociedade dos Artistas Brasileiros; Conselheiro da Imperial Sociedade Auxiliadora das Artes Mecânicas e Liberais e Beneficente.

<sup>121</sup> PINTO, 2018, p. 313.

<sup>122</sup> DOMINGUES, 2018, p. 254. As associações negras também defendiam a ideia de República, como foi o caso do Club Republicano dos Homens de Cor criado em junho de 1889. Cabe a investigação se Patrocínio tinha relação com ela. Ver em DOMINGUES, Petrônio. Associativismo Negro. In: SCHWARCZ, Lília.; GOMES, Flávio. (orgs.). **Dicionário da Escravidão e da Liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

<sup>123</sup> Idem, 2018, p. 314.

<sup>124</sup> Idem, 2018, p. 318-20.

De acordo com o periódico, ele só não exerceu funções de subdelegado porque “entendeu sempre que a sua cor poderia servir de pretexto a dolorosas injustiças e preferia a obscuridade ao sofrimento moral por amor e efêmeras posições”<sup>125</sup>. Apesar de não ter assinatura, é bem provável que o próprio Patrocínio tenha escrito as linhas desse texto. Denunciava também, nas entrelinhas, o preconceito pela cor que sofriam os homens negros daquela sociedade na ocupação de cargos socialmente bem conceituados.

As organizações e sociedades de auxílio-mútuo criadas pouco antes da Lei Áurea e, também as surgidas logo após a abolição e a proclamação da República passaram a ser realidade nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. Como demonstrado, algumas das experiências de associativismo na cidade do Rio de Janeiro se relacionavam direta e indiretamente a figura de José do Patrocínio. Ora como atuante, ora como referência, o fato é que se inseria nessa prática no final do século XIX como forma de expansão de cidadania. Tais grupos se conectavam devido a uma identidade racial que compartilhavam.

Se para alguns grupos socioraciais Patrocínio se configurou como um intérprete e uma liderança negra a ser seguida com orgulho, para outros, os lugares que passava a ocupar gerava incômodos que seriam apresentados a ele de forma ríspida. Patrocínio era negro e por isso sofreu acusações depreciativas de cunho racial, levantadas na imprensa antes e depois da Abolição. Ele confrontou injúrias no momento do seu casamento, por ser um homem negro que se casou com uma mulher branca. As ofensas vieram de Apulco de Castro no periódico *O corsário*. Para o jornalista, era uma contradição o defensor dos escravos que se tornou popular em razão da causa abolicionista formalizar matrimônio com uma mulher branca. Por isso, Patrocínio foi chamado de traidor de sua raça, “preto-cínico”, “crioulo fujão” e outras denominações que tinham por objetivo desqualificá-lo a partir de sua cor. Apulco de Castro segundo a conceituação da época era pardo e divergia politicamente de Patrocínio no início da década de 1880, se aproximando do Partido Republicano do Rio de Janeiro<sup>126</sup>.

Além disso, no período entre a Abolição da escravidão e a República não faltaram insultos dirigidos a José do Patrocínio. Ele respondeu às acusações que utilizavam a sua cor para desaprová-lo:

Vendo que não podiam bater-me no terreno dos princípios, porque eu tinha por mim um passado de firmeza e intransigência, ao passo que eles tinham o mais triste passado de tergiversações e dobrez, os Rangel e Quintino recorreram à difamação. Declararam-me traidor à República e como sabem que eu sou pobre e sou negro venderam-me ao Governo. [grifos meus] Já no dia imediato à abolição da

<sup>125</sup> CIDADE DO RIO. 31 de Agosto de 1888. Edição 196.

<sup>126</sup> Sobre o casamento de Patrocínio ver PINTO, Op. Cit. p. 120-6. [VASCONCELLOS, p. 80](#)

escravidão, sem que nenhuma palavra minha houvesse dito qual a orientação política futura do amigo da véspera, eu era já o último negro que se vendera. [grifos meus]<sup>127</sup>

Conforme observado neste trabalho, o período após a lei da abolição foi de luta de representação entre monarquistas e republicanos. A figura de Isabel na imprensa e a glorificação feita por Patrocínio enfureceu republicanos como Rangel Pestana. A notícia acima ocorre neste contexto de embate com este último. Ao invés de ser acusado de traidor de sua raça, era depreciado como traidor da República.

A ideia até aqui foi mostrar que José do Patrocínio apoiou a representação de Isabel como “Redentora dos escravos” e a ideia de um Terceiro reinado. O sentido que o abolicionista construiu ao perceber a aliança dos proprietários do 14 de maio com o partido republicano foi semelhante ao concebido pela Guarda Negra<sup>128</sup>. Este acordo foi decisivo para se desconfiar de uma República apoiada por homens que ainda insistiam em ser indenizados pela perda de seus antigos escravos. Essa mentalidade deveria ser deixada de lado o mais rápido possível. Esse embate ocorreu dentro do contexto de luta de representações entre monarquistas e republicanos e provocou rompimentos de Patrocínio com seus correligionários. Perdoável para alguns aliados e imperdoável para outros, principalmente para seus inimigos. Veremos agora importantes grupos que romperam com José do Patrocínio.

#### 2.4 As consequências do apoio de Patrocínio à Regente

Os acontecimentos biográficos se definem como colocações e deslocamentos no espaço social, como aponta Pierre Bourdieu. A compreensão das relações objetivas que unem o indivíduo ao conjunto de agentes envolvidos no mesmo campo é fundamental para a construção de sua trajetória. Sendo o biografado sujeito a inúmeras transformações, suas posições ocupadas também são passíveis de alteração uma vez que é ele próprio um devir. Dessa forma, a direção dos movimentos realizados que conduzem um posicionamento a outro se define no momento e no espaço considerados, na relação objetiva entre o sentido e o valor<sup>129</sup>.

<sup>127</sup> CIDADE DO RIO. 4 de Janeiro de 1889.

<sup>128</sup> Em razão da referência que a Guarda fazia à José do Patrocínio houve desconfiança sobre a hipótese do abolicionista ser a principal liderança da organização. Entretanto, as fontes não conseguiram provar essas acusações produzidas por outros jornais, provavelmente para desprestigiar o jornalista, que negou qualquer envolvimento de condução da Guarda.

<sup>129</sup> BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. de M. (orgs). **Usos e abusos da história oral**. 5. ed. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2002. p. 190.

O apoio de Patrocínio à regente resultou no rompimento com alguns de seus editores. Trabalhavam em seu jornal *Pardal Mallet*, Olavo Bilac, Luiz Murat e Raul Pompéia. Entretanto, o grupo decidiu sair da redação por considerar excessivas as atitudes de Patrocínio. A retirada de seus antigos aliados ocorreu em 14 de março de 1889. Por conseguinte, eles fundaram o periódico *A Rua* (Rio de Janeiro; 1889). Além dos mencionados, fazia parte da rede de colaboradores Guimarães Passos, Coelho Neto, Alberto de Oliveira, Gastão Bousquet, Artur Azevedo, Pedro Rabelo, Augusto Lima e outros. Neste novo veículo, *Pardal Mallet* criticava Patrocínio de “absurda idolatria” ao isabelismo. O jornal semanário teve rápida duração uma vez que a sua primeira edição foi em 13 de Abril de 1889 e a última em 20 de Julho do mesmo ano<sup>130</sup>.

A saída dos amigos de Patrocínio do *Cidade do Rio*, entretanto, não significou o término de seu funcionamento. O jornal vigorou com a colaboração dos editores assíduos Emilio Roudé e Bandeira Júnior<sup>131</sup>. Posteriormente, alguns periodistas que saíram do *Cidade do Rio* começaram a voltar a trabalhar com Patrocínio. Olavo Bilac foi um deles<sup>132</sup>.

Além dos editores e redatores, outro importante grupo que rompeu com Patrocínio em virtude de sua fidelidade ao Terceiro Reinado foram os republicanos. Rui Barbosa participou de um meeting na Bahia no dia 31 de maio 1888. Discursou:

A evolução da Regência veio ainda a tempo de mostrar que o trono não é o irmão siamês do cativo. Mas essa mutação política, que abolicionistas eminentes, não sei por que justiça, ou por que lógica, têm agradecido à munificência da realeza, [grifos meus] é simples ato da vontade nacional, alumiada pela propaganda abolicionista; é obra da atitude da raça escrava, rebelada contra os feudos pela invasão do evangelho abolicionista na região tenebrosa das senzalas; é resultado, enfim, do clamor público, agitado pelas circunstâncias que acabarão por encarnar a escravidão no ministério mais impopular do segundo reinado, e entregá-lo às iras da questão militar. [...] Essas glorificações imperialistas do cetro, emplumado com a glória dos resultados espontâneos da evolução nacional na política do Estado, é, ainda, a última cena chinesa da educação dos espíritos pela escravidão, [grifos meus] influenciando insensivelmente na mentalidade dos seus próprios inimigos<sup>133</sup>.

O trecho acima é interessante por duas razões. A primeira é o profundo incômodo que as palavras de Rui traziam com relação aos “abolicionistas eminentes” que agradeceram a Isabel pela extinção da escravidão. Embora não tenha citado nomes, podemos inferir a

<sup>130</sup> Magalhães Jr não detalhou se o jornal *A rua* voltou a circular após a suspensão em de julho de 1889. MAGALHÃES JR. **Olavo Bilac e sua época**. Rio de Janeiro. Ed. Americana. 1974. p. 113.

<sup>131</sup> Este assinava por “Flag Júnior”. O entendimento de quem estava por trás desta assinatura foi revelado em edições posteriores. CIDADE DO RIO. 31 de Dezembro de 1895. Edição 321 e CIDADE DO RIO. 13 de Novembro de 1895. Edição 273.

<sup>132</sup> MAGALHÃES JR, 1974, p.113-119.

<sup>133</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. 2 de Abril de 1889. **Nossa Coerência**. Volume 6, Obras completas de Rui Barbosa, p. 59.

desaprovação na atitude de abolicionistas, que incluíam José do Patrocínio, em aproximar em demasia a relação entre a Abolição e a Regente. Não fazia sentido o grande peso dado a Isabel porque, apesar do fim da escravidão demonstrar a evolução na política do Estado, não cabia a ela ser glorificada. Portanto, Rui se posicionava contra um processo de mitificação da Regente. Em segundo lugar, o argumento que o republicano nos oferece ao se contrapor a essa ideia é de extrema relevância. Em seu discurso, ao invés do peso dado à Isabel, a abolição da escravidão era uma vitória conquistada devido à vontade nacional, a propaganda abolicionista, a raça escravizada e ao clamor público. Destaca-se que sublinhar o valor da população na campanha esvaziava ainda mais a legitimidade da monarquia, atitude que nesse caso também pode ser encarada como parte de uma propaganda republicana feita por Rui Barbosa na imprensa.

Mais à frente, escreveu que homenagear a princesa “pela glória de resultados espontâneos” significava “a última cena chinesa da educação dos espíritos pela escravidão”. Portanto, o Império representava a escravidão e não a Abolição. O único mérito da regente era estar de “olhos abertos” as evidências e em não se opor ao que já era “fato consumado”. Percebe-se a crença de que o país não precisava ficar perplexo quanto ao resultado, já que a assinatura da lei era previsível. A legislação não veio como surpresa. Esperava-se pela deliberação.

Como vimos, essas diferenças na construção de narrativas fizeram parte da luta de representação política entre monarquistas e republicanos. Os republicanos preocupavam-se ao assistirem a regente ser ovacionada por parte da imprensa monarquista e nas ruas. Silva Jardim também se manifestou contra o abolicionista, dessa vez de forma mais direta pois citou seu nome. José do Patrocínio era um “traidor do partido a que dissera pertencer”<sup>134</sup>.

Em meio a esta conjuntura, Patrocínio utilizava sua pena para demonstrar que as difamações na imprensa eram comuns. Não esperava, entretanto, ser sacrificado pelos que já haviam sofrido este tipo de desonras. Ele não supunha que as depreciações viessem direcionadas por Quintino Bocaiúva e o jornal que este dirigia, *O País*. Distinguia o republicano como o maior responsável pelo descrédito que ele enfrentava e evocava a divergência de posicionamento na eleição de Ministro da Justiça no início do ano<sup>135</sup>. A

<sup>134</sup> Citado por MACHADO, Humberto. **Encontros e desencontros em Jose do Patrocínio**, 2010. p. 312.

<sup>135</sup> CIDADE DO RIO. 3 de Novembro de 1888, Edição 247. Patrocínio e a Confederação Abolicionista apoiaram a candidatura de Ferreira Viana e esperava a mesma apreciação dos republicanos. Contudo, o partido apresentou o candidato Quintino Bocaiúva conforme demonstrou a edição do dia 23 de Abril de 1888 do jornal Cidade do Rio. Em sua interpretação dos fatos, a honra que foi conferida à Patrocínio foi verificada pelos republicanos do *O País* como exorbitante e por isso “dizia só o que não podia esconder”. O restante era omitido e silenciado.

popularidade e notabilidade que José do Patrocínio adquiriu após a Abolição também era uma das causas para as intrigas, como podemos observar abaixo:

Era demais a honra que eu recebia. A *Gazeta de Notícias* dedicava-se a sua primeira página, a Escola Militar dava-se uma pena, para que eu escrevesse com ela o primeiro artigo da pátria livre; grande número de corporações traziam-me coroas de louros, brindes de todo o gênero; cidadão, senhores obsequiavam-me e finalmente as crianças do Club Abolicionistas Infantil faziam da minha casa o museu do seu troféu de combate. Era natural que tamanha aclamação popular, tão espontânea quanto inesperada, melindrasse a vestir-se com as penas alheias e a chamar seus os sacrifícios dos correligionários<sup>136</sup>.

A glória de José do Patrocínio foi popularmente reconhecida. Dois meses após essas declarações, os conflitos com Quintino Bocaiúva permaneceram. O que Rui Barbosa, Silva Jardim e Quintino Bocaiúva tinham em comum eram o republicanismo. Patrocínio também respondeu à imprensa republicana que publicava frases dele contra o reinado de Pedro II proferidas durante a campanha abolicionista. O jornalista rebateu escrevendo que se quisesse esconder tais declarações não as teria publicado em seu próprio jornal. Também falou sobre a Guarda negra defender a monarquia e argumentou que a opção republicana não era atrativa para os libertos. De acordo com Patrocínio:

A razão é essa república não ter conseguido iludir a maioria dos cidadãos de 13 de maio e seus irmãos pelo sangue. Eles entendem, que os negros devem seguir os advogados que acertavam causas contra eles no fora desta corte, os filantropos que surravam e vendiam seus irmãos, os propagandistas que ainda agora chamam de pobre lavoura a súcia que estando com a jurisdição da polícia, no interior, recruta os seus credores de salários e emprega contra os libertos a fraternidade de pólvora e bala. Raposa desdentada e plagiária, essa república afaga os libertos e diz mal deles ao mesmo tempo. Os que dão vivas aos cometas de comandita e açougueiros políticos são muito bons; os que veneram Isabel a Redentora são capoeiras e assalariados<sup>137</sup>.

Portanto, se a monarquia tinha adeptos inclusive de ex escravizados era em razão da República não ter conseguido enganar “a maioria dos cidadãos de 13 de maio e seus irmãos de sangue”. Ao mesmo tempo, Patrocínio desmente que seu objetivo fosse servir ao imperador ou à sua filha: “eu quero servir, mas a minha pátria”. No entanto, o projeto de República que ele enxergava estar se formando não era uma opção para o abolicionista. Podemos identificar que ele se referiu aos republicanos como “partido de caluniadores”, “escória republicana”, “república de malandros”, “mercenários da lavoura”, entre outros

---

Desprestigiado pelo republicanismo na imprensa, Patrocínio se manifestou colocando os motivos de sua desonra para além daquela eleição.

<sup>136</sup> CIDADE DO RIO. 3 de Novembro de 1888. Edição 247.

<sup>137</sup> CIDADE DO RIO. 2 de Novembro de 1888.

apelidos pejorativos. Reclamou que seu valor jornalístico era nulo porque diante das críticas parecia que um homem não podia viver do seu trabalho<sup>138</sup>. Além disso, Patrocínio publicou no mesmo artigo as seguintes linhas:

Cumpr-me repetir mais uma vez, o que tenho dito: “com a história na mão, eu condeno o reinado do Sr. D. Pedro II. A minha dedicação à Isabel a Redentora é filha exclusivamente da extraordinária coragem, da inaudita abnegação de que ela deu provas em 13 de Maio. Se em vez de ser a herdeira do Sr. D. Pedro II fosse uma pessoa qualquer do povo, que assumindo o governo facilitasse a decretação da igualdade civil de todos os brasileiros, eu a serviria do mesmo modo. Somente, no primeiro caso, a minha veneração é maior, porque a Sra. D. Isabel arriscou muito mais. No segundo caso seria o povo quem com essa pessoa far-se-ia soberano; no primeiro foi a mulher soberana que restituiu ao povo a sua soberania. O que vejo em Isabel Redentora não é a filha do Sr. Pedro II, mas um de Estado, que numa curta interinidade, resolveu o maior problema da pátria pensando mais no respeito que devia ao povo, do que no interesse da sua dinastia.<sup>139</sup>

A partir destas afirmações, Patrocínio deixou claro suas ideias e pensamento. A explicação detalhada era para que não restassem dúvidas sobre os seus motivos, principalmente como abolicionista, em apoiar a monarquia naquele momento de vitória. Ao fabricar em seu artigo o argumento que Isabel tinha mais respeito pelo povo do que pela permanência do poder nas mãos de sua família ele dava legitimidade ao Terceiro Reinado.

Considero que essa oscilação política de um republicano apoiar a monarquia neste curto período de tempo não é suficiente para classificá-lo como “fanático” tal como concluiu anos mais tarde Osvaldo Orico<sup>140</sup>. A interpretação do autor sobre a personalidade de Patrocínio nos parece correta quando aponta seu temperamento combatido. Isso é possível concluir a partir das suas publicações já analisadas e do próprio abolicionista, que reconhecia o seu forte posicionamento sobre os eventos políticos. Em suas palavras “Não sei me dedicar a meio: amo ou odeio, estimo ou desprezo, morro ou mato. Nunca fiz meia oposição, nem dei meio apoio”<sup>141</sup>. A inclinação para monarquia não foi bem recebida pelo seu biógrafo republicano, que teceu críticas a sua postura que julgava exagerada, como podemos observar nas linhas abaixo:

Com o correr dos tempos, entretanto, os abolicionistas-monarquistas e os abolicionistas-republicanos se foram distanciando até formar duas correntes distintas. Muito ocorreu para essa divisão e para a quebra da harmonia entre as duas correntes o fanatismo de Patrocínio pela Regente. Querendo associá-la

<sup>138</sup> CIDADE DO RIO. 2 de Novembro de 1888.

<sup>139</sup> CIDADE DO RIO. 2 de Novembro de 1888.

<sup>140</sup> Palavra utilizada também por Evaristo de Moraes, como demonstrou Orico. p.149.

<sup>141</sup> CIDADE DO RIO. 2 de Novembro de 1888.

definitivamente à obra da abolição, o líder negro fez-se apóstolo e sustentáculo do Trono, excedendo-se na maneira com que o divinizava<sup>142</sup>.

A biografia *O tigre da abolição*, de Osvaldo Orico, interpretou que só havia duas apostas possíveis para concluir a abolição: criticar Isabel ou louvá-la. Patrocínio já havia feito a primeira e meses antes da abolição optou pela segunda, oferecendo incondicional dedicação à ideia de “redentora”. Por outro lado, as relações que eram harmônicas entre abolicionistas monarquistas e abolicionistas republicanos, no período da propaganda pelo fim da escravidão, se tornaram frágeis e até agressivas. Portanto, Patrocínio foi apontado como vendido e traidor pelos republicanos<sup>143</sup>.

O jornalista que durante a campanha pela Abolição da escravidão no país, nas décadas de 1870 e 1880, defendia a República se tornou um defensor da monarquia antes da assinatura da Lei da Abolição. Com o fim da escravidão, Patrocínio modificou seu pensamento político e prestou apoio incondicional à monarquia. Se o jornalista no início da campanha abolicionista afirmava que a abolição deveria ser feita antes da República, por que quando a circunstância finalmente se realizou ele apoiou a monarquia? Certamente, o contexto era outro e dois fatores o motivaram. Patrocínio não esperava romper com o partido republicano e nem uma resistência a lei que fosse abolir a escravidão. Entretanto, esses acontecimentos se desenrolaram e a luta pela sua maior causa, o fim da escravidão, foi continuada mesmo após o 13 de maio. Patrocínio continuava querendo garantir a vitória da sua causa. Após o Treze de Maio a luta de representações entre monarquistas e republicanos se imbricou ao processo de mitificação da figura da Princesa. Apesar dessa mudança e defesa do regime monárquico não ter se perpetuado até a sua morte, ela marcou em definitivo sua trajetória política e a imagem de traidor foi cristalizada pelos seus opositores republicanos<sup>144</sup>. (MACHADO, p. 316).

Portanto, a perda de aliados políticos quando Patrocínio optou pela monarquia também foi identificada nesta pesquisa como fator determinante na sua trajetória política. Era como se a reputação do abolicionista na imprensa estivesse sendo colocada em dúvida. A imagem de um Patrocínio monarquista possivelmente ecoou também entre os editores que reconheciam seu importante papel na campanha abolicionista. José do Patrocínio assimilava a luta de representações entre monarquistas e republicanos. Nos anos de 1888 e 1889 preferiu reiterar a linguagem simbólica construída por monarquistas. Antes Isabel do que os republicanos do 14 de maio, pensava ele. Podemos, portanto, afirmar que o abolicionista contribuiu para a ideia

<sup>142</sup> ORICO, 1977, p.149.

<sup>143</sup> ORICO, 1977, p. 149-151.

<sup>144</sup> MACHADO, Humberto Fernandes. **Encontros e desencontros em José do Patrocínio**: a luta contra a indenização aos “Republicanos de 14 de Maio”, 2010. p. 316.

de um terceiro reinado. Este apoio, por outro lado, custou caro a Patrocínio, que rompeu com membros do partido republicano, personalidades importantes da propaganda na imprensa e que até então não eram seus rivais. Homem negro e liderança popular na luta pelo fim da escravidão, Patrocínio também legitimou, por um período de tempo, as atividades da Guarda Negra<sup>145</sup>, organização que entrou em conflito com os republicanos na capital da Corte. Contudo, como veremos, a linguagem simbólica forjada pelos monarquistas e o esforço da representação de Isabel como redentora dos escravos não foi suficiente para evitar a queda do regime monárquico.

## 2.5 A figura da República substituiu a da Redentora

Após um ano da lei da Abolição, Patrocínio nos ofereceu informações do seu ponto de vista sobre o cenário político e social que se encontrava o país. Naquele momento, interpretou a lei como simples e célebre, mas reconhecia que não tinha nenhuma preocupação econômica ou social. Os vocábulos como “Progresso”, “Paz” e “Humanidade Civilizada” eram constantemente acionados no momento do Pós-Abolição. O panorama que traçou em maio de 1889 era que não havia uma “desordem”. Para o jornalista, havia um grande contraste entre a postura dos proprietários que defendiam a indenização e os libertos com relação a questão do trabalho. Os ex senhores ainda não aceitavam a ausência de um ressarcimento e por isso se insurgiam para se vingar. Dessa forma, tornavam-se “o pesadelo nacional”. De modo distinto, os ex escravizados, apesar de suas vidas terem sido marcadas pela dor e pela humilhação, se esqueciam do passado e partilhavam uma paz profunda. Portanto, a conduta digna de admiração era a dos libertos que tinham a capacidade de superar o passado e aceitar nova ordem ou, nas palavras de Patrocínio, “o vasto templo de progresso e de paz”<sup>146</sup>.

A partir da declaração abaixo, podemos perceber que em seu discurso ele ponderou que a melhor opção para o país após o período de três séculos de escravidão era a tranquilidade:

Não nos assustam as exigências do melhor; essa insaciabilidade de progresso e de bem estar, que desorienta a imprensa e alucina o parlamento, é natural. [...] Daremos um novo exemplo ao mundo, resolvendo pelo mesmo processo todas as nossas questões de autonomia nacional. Olhemos para a natureza e aprendamos a sua eterna lição. O sereno, quase imperceptível no ambiente, leva a humidade mais longe do que a mais impetuosa torrente.<sup>147</sup>

<sup>145</sup> A Guarda Negra será um dos temas do próximo capítulo.

<sup>146</sup> CIDADE DO RIO. 13 de maio de 1889.

<sup>147</sup> CIDADE DO RIO. 13 de maio de 1889.

Havia na retórica de Patrocínio a tentativa de tornar o país um exemplo para o mundo. Na mesma edição, Bandeira Júnior ressaltou aspectos semelhantes aos de José do Patrocínio:

Em um ano apenas, desapareceram todos os ressentimentos, se ressentimentos houve [grifos meus], calaram-se todas as vozes dissonantes no concerto de aplausos, e hoje, ricos e pobres, grandes e pequenos, capitalistas e proletários, artistas e militares, padres e poetas, políticos amigos e adversários, todos em cordial conagração, saúdam com sincero entusiasmo o primeiro aniversário do dia em que a pátria ficou completa e realmente livre<sup>148</sup>.

Bandeira Jr. destacou a harmonia social que se encontrava o país no Pós-Abolição, o esquecimento da escravidão e, mais a frente, o grande respeito que a nação adquiria com a medida. A sociedade comemorou a vitória da Abolição. Além disso, em seu texto trouxe a ideia de que ainda era prematuro selecionar o indivíduo que mais tenha batalhado pela Abolição uma vez que ela havia sido uma luta coletiva. Elencar todos os nomes heroicos era impossível. Entretanto, ao final da publicação não deixava de homenagear o papel decisivo de Isabel.<sup>149</sup>

Na mesma edição, a riqueza resultante de três séculos de escravidão era associada por Patrocínio ao trabalho dos ex escravizados. Além disso, segundo a sua perspectiva, o Pós-abolição inaugurou o “novo cidadão”. Nesse novo momento, os ex escravizados eram socialmente reconhecidos por oferecerem a permanência da produtividade nacional e os lucros dos mercados. O trabalho oferecido pelos negros era compreendido como “o capital eterno da civilização”. O “novo cidadão” não causava transtornos porque não reivindicava terras e nem promovia desordens. Ele reconhecia o seu direito à liberdade e oferecia à sociedade o amor e o trabalho. Dessa forma, Patrocínio anunciava que o novo cidadão e o homem civilizado se aproximavam nas suas condutas direcionadas à sociedade.<sup>150</sup>

Na perspectiva dos abolicionistas, a escravidão era identificada como atraso e responsável pela interdição do crescimento econômico, uma vez que anulava a modernização agrícola, comercial e industrial do país. Nas comemorações da Abolição, não interessava destacar as lutas dos escravizados ou a violência do sistema escravista. De maneira oposta, os abolicionistas intelectuais como José do Patrocínio buscavam sublinhar a gratidão dos ex escravizados destacando a harmonia entre todas as classes sociais por formarem uma sociedade de homens livres. O encaminhamento da abolição terminou por contentar as vontades dos proprietários visto que estes solicitavam às autoridades dos municípios cafeeiros

---

<sup>148</sup> CIDADE DO RIO. 13 de maio de 1889.

<sup>149</sup> CIDADE DO RIO. 13 de maio de 1889.

<sup>150</sup> CIDADE DO RIO. 13 de maio de 1889.

do Vale do Paraíba medidas para que os libertos se adaptassem as novas condições. Trocou-se a violência do chicote pela coação através das leis que obrigaram o liberto a trabalhar para os antigos proprietários. Sanções econômicas e jurídicas foram feitas contra os antagonistas. O pretexto era acabar com a vadiagem e com o ócio.<sup>151</sup>

O mês de Junho de 1889 marcou o fim do “ministério da abolição”, como ficou conhecido, chefiado por João Alfredo. Este era um político muito homenageado por Patrocínio por ter colocado a pauta política acima do partido conservador. A apresentação de um novo gabinete, chefiado por Afonso Celso de Assis Figueiredo, em 11 de junho, foi um dos motivos para o rompimento de Patrocínio com a monarquia, conforme apontou Magalhães Jr. Afonso Figueiredo já havia sido ministro da Fazenda e foi responsável pela criação do imposto sobre o preço das passagens dos bondes. Como vimos, o aumento da quantia resultou na Revolta do Vintém, a qual Patrocínio participou ativamente pelas ruas do Rio de Janeiro. Pelo menos duas sátiras em verso foram publicadas no *Cidade do Rio* sobre a troca do líder ministerial, uma delas nomeando o visconde de “Afonso Vintém”. Outro indício nítido de rompimento com o regime foi a saída do redator chefe e monarquista Bandeira Jr. do *Cidade do Rio*, no dia seguinte da posse, alegando incompatibilidade ideológica<sup>152</sup>.

No dia 14 de Julho de 1889, data em que se comemora a República em alusão à tomada da Bastilha na Revolução Francesa, ocorreu um distúrbio no Rio de Janeiro. Enquanto os estudantes republicanos celebravam a República na rua do Ouvidor, a Guarda Negra interrompeu o ato. Patrocínio soube do evento pelos depoimentos colhidos pela polícia e descreveu o episódio como conduta violenta. A organização que defendia em seu jornal desde o ano anterior não seria capaz de realizar esse tipo de atrocidade. Patrocínio responsabilizou um grupo que pretendia utilizar a Guarda para “escada para as posições”. Embora não tenha citado nomes, a organização não era mais a mesma. Àquela altura Patrocínio não enxergava mais sua utilidade porque Isabel não corria mais perigo por duas razões: Pedro II já havia restabelecido seu governo e “a evolução política que se operou” resultou no desaparecimento da sua causa<sup>153</sup>. Este posicionamento de Patrocínio combinava-se com a sua nova fase que substituiu a figura da Redentora pela da República<sup>154</sup>. Portanto, o seu retorno ao republicanism não poderia vir acompanhado do posicionamento de aprovação das atividades

<sup>151</sup> MACHADO, Humberto Fernandes. *Imprensa e Identidade do ex escravo*. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco.; BESSONE, Tânia Maria da C. **História e imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A: FARPERJ, 2006. p. 143.

<sup>152</sup> MAGALHÃES JR. tenta aprofundar a discussão sobre o republicanism de Patrocínio em 1889, 1972. p. 261.

<sup>153</sup> CIDADE DO RIO. 15 de Julho de 1889.

<sup>154</sup> MACHADO, 2010, p. 316.

da Guarda Negra. Pelo menos não nas páginas da imprensa. Além disso, é provável que o debate sobre a indenização nesse período já tivesse abrandado.

Ao buscar explicações sobre a desafeição ao regime monárquico que predominou sobre a simpatia por D. Pedro II no momento da proclamação, a autora Maria Tereza Mello argumenta que a nova cultura democrática e científica na década de 1880 gerou uma “disposição mental para o novo regime”. No final do Oitocentos estava socialmente difundido no Brasil um quadro de disposição mental para o novo. A palavra orientação era reforma, que no plural tinha sentido de “acelerar o advento do télos, de qualquer maneira inevitável, segundo entendiam, do progresso-civilização”. O recurso dos privilégios e o emperramento da máquina estatal levavam a crer que as reformas eram inalcançáveis no regime monárquico. Após o fim da escravidão a Monarquia somente conseguiria sobreviver pela força uma vez que se tornara um sistema que não se via no futuro<sup>155</sup>.

Conforme observamos no primeiro capítulo sobre a campanha abolicionista, a década de 1880 foi caracterizada pela politização da sociedade. A rua foi o principal cenário desse fenômeno e revelava a representação popular. Abolição e República foram disputadas na rua, ressignificada como parte da vida política na cidade. Teatros, comícios, meetings fizeram parte do cotidiano da famosa rua do Ouvidor. Os préstitos carnavalescos que marchavam pela capital da corte também exemplificam formas de fácil leitura a serem visualizadas pelo povo no espaço público. Os desfiles trouxeram o tema da crise da monarquia nos “carros das ideias” que estampavam a liberdade, uma mulher com um barrete frígio e outros símbolos da república. Era comum nesses espetáculos figuras anedóticas e personalidades importantes de fatos ocorridos no ano anterior<sup>156</sup>.

Maria Tereza Mello argumentou que o povo pode ter absorvido uma ideia de crise da Monarquia por meio de “sinais visuais e auditivos” ou por novas semânticas que se manifestavam na linguagem. As ruas e as revistas ilustradas atingiram um público maior do que apenas os que eram alfabetizados. As conversas nas ruas, as reuniões nas confeitarias, os clubes, os rumores e a leitura em voz alta também. A praça pública era percebida como o verdadeiro espaço da representação nacional. O conjunto da população desafeiçoou-se do regime monárquico porque percebeu sua decadência. Dessa forma, a ampliação do espaço público resultou na desestabilização da Monarquia na medida em que os acontecimentos

---

<sup>155</sup> MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A República consentida**: cultura democrática e científica no final do Império. Rio de Janeiro: Editora FGV: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Edu), 2007. p. 92.

<sup>156</sup> MELLO, Maria Tereza Chaves de. A modernidade republicana. **Tempo. Revista do Departamento de História da UFF**, v. 3, p. 25-41, 2009. p. 26.

políticos, econômicos e sociais do país, as ideologias e teorias, ganhavam sentido pela oportunidade de avaliação da opinião pública<sup>157</sup>.

A imprensa e os livros operados pela intelectualidade realizaram uma deslegitimação simbólica e teórica do regime na medida em que enfrentaram seus maiores sustentáculos: o monarca, a religião e o romantismo. Outra linguagem foi formada com temas da agenda liberal. A propaganda republicana foi vitoriosa porque conseguiu produzir novas semânticas, sendo a assimilação de República à palavra democracia a principal delas. Com o termo democracia vinha junto outras bandeiras progressistas de ideias avançadas e que expressavam evolução. Dessa forma, a República foi conquistando as consciências. Os defensores da monarquia, por outro lado, não foram capazes de inibir que essas marcas de futuro se imbricassem ao termo república. Os próprios monarquistas faziam parte daquele novo repertório intelectual. Além disso, o passado também foi buscado pelos republicanos que lembravam de movimentos de rua no ambiente de renascença liberal. Essa recuperação do pretérito forjava uma tradição republicana brasileira<sup>158</sup>.

Após o polêmico posicionamento de José do Patrocínio à monarquia e a conseqüente perda de aliados políticos, o jornal *Cidade do Rio* voltou a se dedicar à campanha republicana. Com frequência o periódico se utilizou de exemplos de outros países que configuravam modelos a serem seguidos. Portanto, uma das repúblicas muito mencionada estava em solo sul-americano, a Argentina. No ano de 1889 o jornal também se aproveitou de recursos imagéticos e caricaturas contemporâneas, sempre carregadas de símbolos como a figura feminina e o barrete frígio mencionado na imagem. Podemos observar a imagem abaixo:

Figura 3 – Índigena representando o Brasil segurando as mãos da República



Fonte: *Cidade do Rio*, 9 de Julho de 1889. Edição 151.

<sup>157</sup> MELLO, 2007, posição 154.

<sup>158</sup> Idem, 2007, posição 168.

Na legenda, havia o seguinte diálogo:

Brasil – Cumprimento à República Argentina e não sei por que razão só agora vejo que esse barrete lhe assenta muito bem.

República: - Pois, amigo, em você assentaria melhor.

O Brasil, desenhado pela figura do indígena, elogia a nova forma de governo republicana do seu vizinho, representada pela imagem feminina de pés descalços e com vestes romanas. Em Roma, a mulher já era símbolo de liberdade<sup>159</sup>. A República então aconselha o Brasil a tomar o seu caminho. O curto diálogo convidou os leitores da folha a pensar a possibilidade de uma República brasileira. Nesse contexto, apesar de muito expressiva e presente em quase todas as edições, a propaganda republicana já estava sendo feita pelo jornal *Cidade do Rio* ainda que de forma moderada. Era preciso respeitar a legalidade e o poder imperial. No dia 16 de Julho saíram da porta do Teatro Santana o imperador D. Pedro II e sua esposa. No mesmo momento, um grupo de republicanos levantou “vivas à República”. O jornal ao relatar o evento compreendeu que tal manifestação pública foi um desacato ao Imperador. A declaração foi considerada “ato de irreverência e hostilidade” ao monarca. O incômodo que o ocorrido gerou não foi por considerar crime o grito de viva a República. A atitude foi exposta como uma “grosseria escusada faltar com a cortesia ao soberano” porque era uma atitude condenável “empregar a própria liberdade como coação à liberdade de terceiro”. Dessa forma, apesar do posicionamento assumido pelo jornal a favor da forma de governo Republicana, era preciso respeitar a lei para garantir o êxito da propaganda. Se o povo não podia ser coagido ou ameaçado de vexame, o maior representante do Estado também não poderia<sup>160</sup>.

Portanto, o atraso da escravidão precisava ser esquecido e Patrocínio colocava os escravizados como agentes desse esquecimento. Dessa maneira, ele associou o “novo cidadão” como responsável pela riqueza do país como forma de argumentar que o Brasil estava caminhando para ocupar o mesmo nível das nações civilizadas. Isso em razão das festividades serem momentos de euforia para as lideranças abolicionistas. No entanto, é preciso sublinhar que José do Patrocínio em diversos editoriais continuava denunciando as violências que ocorriam nas fazendas e que chegavam a seu conhecimento.

No aniversário de dois anos do *Cidade do Rio*, alguns esclarecimentos foram feitos. O periódico comentava sobre a crise monárquica “certo de que as instituições vão se

<sup>159</sup> CARVALHO, José Murilo. **A formação das Almas**: o imaginário da República no Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. p. 79.

<sup>160</sup> CIDADE DO RIO. 16 de Julho de 1889, Edição 157.

decompondo por si mesmas”. Intitulava-se “folha republicana” que não obedecia sem exame “à direção dada à propaganda republicana” e que “é republicana da República e não dos republicanos”. Sobre as antigas desavenças com o partido republicano, a folha estava:

pronta a correr com ele todos os perigos do combate, sem tréguas, por todos os meios e com todas as armas ao adversário comum – o império. [...] Somos antes de tudo partidários do oportunismo revolucionário; desse sistema de combate político que arma os braços as consciências, e que dispensa quase sempre os primeiros porque a vitória é ganha pela segunda. [...] o dia de amanhã é da República, e, então, como nos dias da abolição, temos certeza de que o povo nos reconhecerá como um dos filhos que mais tem procurado contribuir para a sua liberdade e para o seu progresso<sup>161</sup>.

O Partido republicano e José do Patrocínio após muitas desavenças políticas tinham um inimigo em comum: o Império. Uma República deveria ser proclamada em nome da Liberdade e do Progresso.

## 2.6 José do Patrocínio é o proclamador civil da República

Em Setembro de 1889, o General Manuel Deodoro da Fonseca regressou ao Rio de Janeiro após passar uma temporada de trabalho na Bolívia. Sua volta mereceu as boas-vindas no jornal de Patrocínio. A participação de Deodoro no movimento abolicionista que deslegitimou a escravidão foi destacada. Para a folha *Cidade do Rio* a questão militar foi o “golpe de morte” mais profundo que enfraqueceu o Ministério escravista de Cotegipe, em 1887. Além disso, o jornal sublinhou que “foi na pessoa de Deodoro que se concentrou a grande rebelião contra a crueldade negreira, o grande combate de cuja vitória nasceu a abolição, com a subida do gabinete João Alfredo ao poder”<sup>162</sup>.

Não foi por acaso que a questão militar a qual se referia Patrocínio no contexto de crise da Monarquia trazia a figura do General Deodoro. Os oficiais superiores que tinham lutado na guerra contra o Paraguai, apesar de não estarem vinculados a propaganda republicana, apoiaram o que José Murilo de Carvalho denominou “deodorismo”. A República para esse grupo seria o ato final da questão militar e a melhor alternativa para a queda do regime governado por uma elite que desrespeitava os militares. Não havia por parte do

<sup>161</sup> CIDADE DO RIO. 28 de Setembro de 1889.

<sup>162</sup> CIDADE DO RIO. 13 de Setembro de 1889.

deodorismo um projeto elaborado de República visto que se buscava posição de poder e maior prestígio para o Exército após a guerra<sup>163</sup>.

Um mês após a proclamação, Patrocínio narrou os eventos no *Cidade do Rio* com vários detalhes do que havia testemunhado. Patrocínio contou que no dia 12 de novembro recebeu um aviso do então ministro da guerra, Benjamin Constant. Dois dias depois, foi a vez do Chefe de Esquadra Wandenkolk avisá-lo que a Revolução estava na eminência de ocorrer. Ele afirmou que se surpreendeu apenas com o dia do ocorrido uma vez que o evento foi antecipado em razão de um boato promovido pelo tenente-coronel Sólon e pelo capitão Mena Barreto sobre a prisão de Deodoro da Fonseca na noite do dia 14. Por esse motivo, a segunda brigada se armou para defender seus chefes e efetuar o “movimento civilizador”. O abolicionista estava em Petrópolis e, no dia seguinte, se dirigiu ao Rio de Janeiro. Como os trabalhos na redação de seu jornal não podiam ser interrompidos, Patrocínio contou com o apoio de Olavo Bilac para ficar redigindo a folha enquanto ele se encaminhava em direção ao campo da Aclamação para se reunir com o povo e, em suas palavras, “disposto a concorrer com a minha palavra e com a minha vida em prol da Revolução”. Como Deodoro da Fonseca se encontrava dentro do Quartel General, Patrocínio, na companhia de Emilio Rouéde e Hortencio Mello, retornou à redação do *Cidade do Rio* para espalhar boletins “convidando o povo a vitoriar o Exército e Armada e com ele a República”. Como podemos observar abaixo, o republicano José do Patrocínio, mais uma vez em sua trajetória contava que estava junto ao povo comemorando o ato que marcaria a história do país:

Pouco depois, das janelas da Cidade do Rio dirigi a palavra aos revolucionários, que desfilando processionalmente pela rua do ouvidor, anunciavam ao povo o seu triunfo. Escusado é dizer qual a nossa alegria. As salas da redação foram invadidas pelo Povo, que festejava com as mais entusiásticas aclamações o advento da República. Muitos de nossos correlegionários, vieram abraçar-nos e confraternizar conosco, reatando assim as nossas relações interrompidas<sup>164</sup>.

No seu relato não havia mais dúvidas sobre as intenções políticas republicanas do proprietário do *Cidade do Rio*. Aclamado, Patrocínio era reconhecido pelo povo como Republicano convicto e de referência. Amizades que tinham se desfeito foram rapidamente reatadas<sup>165</sup>. Às três da tarde, outro boato foi compartilhado: a República não tinha sido proclamada. Foi então que nos trouxe o seguinte diálogo entre seus companheiros:

<sup>163</sup> CARVALHO, 2017, p. 40.

<sup>164</sup> CIDADE DO RIO. 14 de Dezembro de 1889.

<sup>165</sup> Essa convicção vai ser questionada pelo próprio Patrocínio um mês depois, quando reclamou de um esquecimento de seu nome.

- façamos um grande movimento popular, aconselhou o Dr. Aníbal Falcão  
 - Assaltemos a câmara dos deputados e o senado e façamos com que o povo signifique por atos eloquentes, que se reinvestiu da soberania, ponderou Emilio Rouéde  
 - Acho mais regular, observei eu, convidar o Povo a acompanhar-nos à Câmara Municipal e aí proclamar solenemente, pacificamente, mas decisivamente a República. [...]  
 Dentro de uma hora, às 3 e meia da tarde, partimos da redação da Cidade do Rio, e acompanhamos pelo povo, invadimos a Câmara Municipal, onde proclamei a República e fiz hastear a bandeira, que simbolizava o faustoso acontecimento.  
 Marcamos para as 6 horas da tarde a entrega da moção e 7 horas da noite, depois de percorrer várias ruas, ao som da Marselhesa, cantada por milhares de vozes estacionamos em frente à casa do marechal, a quem dirigi a palavra, externando o voto do Povo<sup>166</sup>.

A moção a que se refere José do Patrocínio foi redigida por Annibal Falcão e Pardal Malltet, entregue pelo povo à Deodoro, Benjamin Constant e Wandenkolk. Estas eram personalidades politicamente importantes no momento e Patrocínio mostrava que contava com credibilidade por parte delas. Percebemos em seu relato da Proclamação da República como um ato do povo e feito pelo povo. Apesar do encaminhamento ter sido feito pelas forças armadas, o que poderia gerar confusões na imprensa internacional, a finalidade era tornar o acontecimento pacífico. Elementos de caráter cívico como o hasteamento de bandeiras e o hino da Marselhesa foram rememorados em sua narrativa. Além disso, percebemos o interesse em estar no centro dos acontecimentos da instalação da República. Com este objetivo, ele se batizou de o “Proclamador Civil da República” e saiu da redação do *Cidade do Rio* para marchar junto ao povo até a Câmara Municipal, onde era vereador. No dia 16 de novembro foi publicado o decreto do Governo Provisório estabelecendo a institucionalidade da República. Entretanto, o reconhecimento da Câmara Municipal no processo revolucionário não foi mencionado. Ocorria uma discussão entre os vereadores sobre a ratificação ou não do ato de Patrocínio como proclamador da República na Câmara Municipal. Patrocínio não demorou a reagir ao esquecimento:

Como vários cidadãos tivessem estranhado a formula dos decretos do Governo provisório – *O Exército e Armada, em nome da Nação*, visto como o governo não havia procurado investir-se civilmente da governação nacional, [grifos meus] eu, de acordo com os Srs. João Clapp e Dr. Nobre, resolvi escrever uma carta ao Sr. Dr. Benjamin Constant, ministro da guerra, insinuando que a Câmara Municipal, aderindo à Revolução estava pronta a receber oficialmente a palavra de honra do Governo provisório, comprometendo-se a bem servir a nação<sup>167</sup>.

<sup>166</sup> CIDADE DO RIO. 14 de dezembro de 1889.

<sup>167</sup> CIDADE DO RIO. 14 de dezembro de 1889.

Patrocínio expôs que era fundamental que o Governo Provisório fizesse um Termo de Juramento de “bem a servir a nação”. Foi então que escreveu uma carta ao ministro da guerra, Benjamin Constant, para propor o juramento, prontamente aceito na Câmara Municipal. A moção anexada no artigo foi votada entre os vereadores e tinha em suas bases a ideia de que a Câmara reconhecia a nova ordem do governo e aderira ao movimento e ao Governo Provisório. Para os representantes do município, esse reconhecimento era fundamental, afinal, eles se responsabilizavam “pela manutenção da paz, das liberdades públicas, dos direitos do cidadão, do respeito às obrigações da Nação, quer no interior, quer no exterior”<sup>168</sup>.

Conforme demonstrou Rita de Vasconcelos, outros jornais como *Novidades* e *o Paiz* também relataram a presença de Patrocínio junto ao povo onde ocorreu uma votação popular para a escrita de uma moção que proclamava a República. A narrativa dos fatos nos traz um Patrocínio preocupado em se defender das acusações de monarquista ou falso republicano que vinha recebendo após a sua conciliação com o republicanismo. Esse reconhecimento era reforçado ao nos dizer que correligionários republicanos procuravam seu jornal<sup>169</sup>.

No trecho abaixo, Patrocínio resume como ocorreu a queda da Monarquia e a Proclamação da República:

Nem uma barricada para escudar a realeza, nem um rebate de sinos da catedral para despertar o alarma no acampamento dos velhos legionários. E deste modo submergiu um regime de mais de meio século de duração como desapareceu a Monarquia francesa, sem que fosse preciso demolir a martelo o edifício: bastou um pé de vento [grifos meus]. E a República, que se achava acampada na fronteira, transpôs imediatamente a linha divisória, entrando pelo país adentro, aclamada, vitoriosa, nos braços do povo. [grifos meus]<sup>170</sup>

Portanto, sobre o 15 de novembro Patrocínio nos traz uma narrativa pacífica e popular. Bastou apenas “um pé de vento” para derrubar a monarquia. A República era requisitada pela sociedade e era um dos elementos para se alcançar o mundo da civilização.

A construção de uma versão oficial dos fatos visava estabelecer um mito de origem da República. Isso porque o ato de sua instauração conservava um valor simbólico incontestável. Patrocínio não foi o único a produzir uma narrativa sobre os eventos de 15 de novembro de 1889. A definição histórica de uma versão oficial foi uma luta travada que escondia disputas de poder. Ao construir sua própria narrativa do momento inaugurador da República, Patrocínio também se anunciava como participante do fenômeno que José Murilo de Carvalho

<sup>168</sup> CIDADE DO RIO. 14 de dezembro de 1889.

<sup>169</sup> VASCONCELOS, 2011, p. 138.

<sup>170</sup> CIDADE DO RIO. 18 de Novembro 1889.

denominou “guerra dos vivas”: quem deu vivas a quê ou a quem, em qual hora exata? Patrocínio fez parte desta disputa. Dias após o evento, foram criadas representações do 15 de novembro nos jornais. Destacamos a que José do Patrocínio aparece levantando uma bandeira republicana:

Figura 4 – José do Patrocínio comemora a Proclamação da República



Fonte: O Mequetrefe, Rio de Janeiro, nº 486, p.1, novembro de 1889. (CARVALHO, 2017, p. 87).

Segundo Carvalho, José do Patrocínio não era um herói convincente. Uma das explicações para isso estava na bandeira hasteada por ele que se configurou como um símbolo infeliz. No prédio da Câmara, ele hasteou a bandeira do Clube Republicano Lopes Trovão, que era uma reprodução da bandeira americana. Quatro dias depois, alterou-se a bandeira por uma versão positivista. Além disso, também destacou outros dois fatores. Patrocínio não poderia ser um herói convincente após criticar em tão alto grau os republicanos. Este, inclusive, teve sua popularidade ainda mais reduzida entre os republicanos por suas ligações com a Guarda Negra<sup>171</sup>.

Por outro lado, Patrocínio também lamentou o “esquecimento forçado” de seu nome. Seu lugar foi constrangido ao lado das “obscuridades resignadas”, ou seja, homens que foram deixados de lado na memória da Proclamação, por ele considerada um resultado de um

<sup>171</sup> CARVALHO, 2017, p. 55

“movimento civilizador”. Ele apontou, entretanto, o que o salvaria do esquecimento: a História<sup>172</sup>.

O jornalista contou ainda que, após o evento, se retraiu por contra própria. Desde a propaganda abolicionista considerava-se um renegado e dissidente do partido republicano. O número de inimigos que tinha dentro do partido devido às suas acusações de estarem esses homens defendendo “a hedionda pirataria exercida sobre a alma humana” fez com que ele facilmente reconhecesse que o 15 de novembro não poderia lhe fazer justiça: “Eu havia ferido homens do partido republicano e não era de presumir que eles esquecessem o passado, que revivia nas cicatrizes”<sup>173</sup>.

Portanto, Patrocínio sabia que a publicação de seus artigos intensificou os embates na imprensa contra os republicanos, seja para defender a Guarda Negra, seja para defender a figura de Isabel como redentora. A imagem de um Patrocínio republicano foi afetada e deslegitimada. Apesar de fazer esta autoavaliação coerente, ele tentou estar entre os nomes de homens importantes que fizeram a República que ele mesmo chamou de “Revolução”.

Patrocínio continuava a dar explicações sobre os seus posicionamentos e escolhas. O Marechal Deodoro foi citado para exemplificar que na hora do evento, da ação, em nome de uma grande causa, não é relevante a opinião política. Deodoro combateu uma dinastia que o respeitava. Na sua perspectiva, ele se colocava como semelhante ao Marechal porque também entrou em combate por uma grande causa: reagiu contra a propaganda que trazia a eloquência pela República, mas que ao mesmo tempo visava explorar o trabalho e traçar o caminho da oligarquia. Com esse regime o país não teria igualdade política e o salário do trabalhador seria pago “em ameaça”<sup>174</sup>. A lógica que se buscava construir com esta argumentação era que: se Deodoro era monarquista e podia proclamar a República em 1889, Patrocínio que era republicano podia também defender um terceiro reinado no imediato pós abolição. A opinião política pode ser circunstancial, mas a verdadeira causa não. Deodoro visualizou as falhas profundas provocadas pelo Segundo Reinado, enquanto Patrocínio desconfiava dos grupos que objetivavam conduzir a formação da República. Ele suspeitava da transição da forma de governo e de qual República seria erigida. Arriscava que o que seria projetado no futuro próximo seria uma República sem igualdade política e acompanhada de coação para o trabalhador<sup>175</sup>.

---

<sup>172</sup> CIDADE DO RIO. 14 de Dezembro de 1889.

<sup>173</sup> CIDADE DO RIO. 14 de Dezembro de 1889.

<sup>174</sup> CIDADE DO RIO. 14 de Novembro de 1889.

<sup>175</sup> CIDADE DO RIO. 14 de Dezembro de 1889.

Em outro escrito revelou que se indignava com a propaganda republicana que defendeu a espera da morte de Pedro II para realizar a troca das instituições. Provocava seus opositores e se colocava como um homem que tinha pressa para ver a República prontamente. Traçamos que o regresso do apoio de Patrocínio ocorreu por volta de julho de 1889. Os esclarecimentos em seu jornal continuavam sendo necessários naquele novo momento republicano. Ele afirmava que sempre foi republicano e justificava suas ações após a Abolição. Dois elementos foram destacados. Primeiro esclareceu que a aliança com o 13 de maio ocorreu em razão de ter acreditado que a Princesa iria “preparar a incorporação social do proletariado brasileiro e assim restituir ao povo a sua soberania”. Com Isabel, a autonomia de cada cidadão parecia estar perto de ser finalmente garantida. Essa apreciação, entretanto, logo foi descartada quando Pedro II voltou a governar. Quanto a este, não sobraram esperanças de rumo positivo para o país. No segundo elemento apontado, ele associou seu posicionamento a representação da Princesa. Patrocínio não queria que Isabel fosse condenada pela propaganda republicana. Ele defendia que ela não era uma ameaça à liberdade e a dignidade da nação<sup>176</sup>.

Este assunto sempre voltava a ser tema de seus artigos. A melhor explicação para isso talvez estaria no fato de que não era sua intenção encerrar a sua carreira política com o cargo de vereador. Patrocínio na República, que ora reclamava de esquecimento, ora se colocava como republicano notável, ainda concorreria a três mandatos a deputado federal. Sua luta política não havia chegado ao fim e a permanência das tentativas nos dão esse indício. Ele conjecturava que poderia avançar em sua carreira política, o que significava assumir cargos ainda não comumente ocupados por homens negros. Afinal, a República idealizada por ele era democrática.

As tentativas dos adversários de José do Patrocínio de enfraquecer o seu discurso caracterizando seu perfil político de interesseiro e instável são indícios de sua forte presença no cenário político da capital do país. A circulação de seu nome entre jornalistas e políticos, seja para caluniá-lo, seja para defendê-lo, contribuíram para dar significado às suas crenças. Portanto, pode-se atribuir um sentido positivo ao tratamento dado a ele na medida em que sua imagem política estava sendo constantemente acionada<sup>177</sup>.

O período entre a Abolição e a Proclamação da República foram turbulentos. Apesar de José Patrocínio ter oscilado em seus posicionamentos neste intervalo, os sentidos que construiu para justificar essas mudanças estavam de acordo com a sua trajetória política de não alinhamento com os antigos senhores de escravos. O grupo de indenizadores se tornaram

<sup>176</sup> CIDADE DO RIO. 31 de Dezembro de 1889.

<sup>177</sup> VASCONCELOS, 2011, p. 134.

um obstáculo para a República idealizada por Patrocínio desde a década de 1870, quando iniciou sua carreira na imprensa. Era preciso garantir a Abolição sem indenização, tal como já havia sido decretada por lei. Juntamente com outros homens negros preferiu apostar na Monarquia e no Terceiro Reinado, o que resultou na perda de sua legitimidade pelos republicanos. Apontado como traidor e vendido, Patrocínio continuou trabalhando no jornal *Cidade do Rio* mostrando as contradições do partido republicano. Polêmicas, insultos e difamações caracterizaram o embate entre os republicanos ilustres e Patrocínio. Com a queda do ministério da abolição e início do gabinete de Ouro Preto, o abolicionista modifica sua estratégia e regressa ao republicanismo meses antes da Proclamação. O jornalista publica seu testemunho dos eventos do 15 de novembro e se coloca no centro dos acontecimentos proclamando a República na Câmara Municipal e hasteando a bandeira do Clube Lopes Trovão. Patrocínio queria ser lembrado como um herói civil republicano. Com efeito, as duas grandes causas da vida de José do Patrocínio, Abolição e República, triunfaram.

### 3 JOSÉ DO PATROCÍNIO NA REPÚBLICA DO SÉCULO XIX

José do Patrocínio na imprensa e os homens do primeiro ministério do governo enfrentaram desafios nos primeiros meses. Era um momento de muitas modificações institucionais e quem acreditava na República se esforçava para validar o novo regime. Entre os republicanos havia a convicção de que o mal do Brasil era a Monarquia. Para a construção da cidadania era necessário a igualdade política. Estar em uma República significava para eles usufruir de um local onde os interesses públicos se sobrepujassem aos privados e pessoais. Entretanto, esta retórica do respeito à coisa pública não era tão clara para os homens que mantinham algumas tradições e costumes da monarquia. A permanência do pagamento de pensões e ordenados dos senadores do Império e dos conselheiros do Estado foram atos do governo provisório. As demais medidas deste governo, que teve 15 meses de duração, foram questões federativas. As províncias passaram a ser chamadas de Estados federados e o país passou a ser denominado República Federativa dos Estados Unidos do Brasil. Havia preocupações com a manutenção da ordem pública, já que o governo provisório não ficou apartado de críticas<sup>178</sup>.

Nos seus primeiros anos de existência a República foi caracterizada por um período de instabilidade e de ausência de um projeto político nítido para o novo ordenamento. O ministério do governo provisório de Deodoro possuía uma composição muito variada. O paulista Campos Sales ficou responsável pela pasta da justiça; o baiano Rui Barbosa assumiu sua função como Ministro da Fazenda; Quintino Bocaiúva foi admitido na pasta das Relações Exteriores e Aristides da Silveira Lobo no Ministério do Interior; Benjamin Constant Botelho de Magalhães assumiu a pasta da Guerra e Eduardo Wandenkolk foi empossado na Marinha; Demétrio Ribeiro, do Rio Grande do Sul, presidiu a pasta da Agricultura. Segundo Margarida Neves, estes nomes juntos demonstravam uma necessidade de comportar “do mais alto escalão do primeiro governo da República, representantes de tendências muito diferentes e das mais variadas latitudes republicanas”<sup>179</sup>. Desta maneira, os interesses nem sempre convergiam.

José do Patrocínio concorreu à eleição para vereador da Câmara Legislativa do município neutro em 1886 e foi eleito. Além da Confederação Abolicionista, destaca-se que o

<sup>178</sup> FLORES, Elio Chaves. A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. *In*: FERREIRA, Jorge.; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O tempo do liberalismo excludente**: da Proclamação da República à Revolução de 1930. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2016. p. 52-54.

<sup>179</sup> NEVES, 2016, p. 34-5.

partido republicano do Rio de Janeiro liderado por Quintino Bocaiúva apoiou sua campanha eleitoral. Os republicanos reivindicavam autonomia política e administrativa da Câmara Municipal. Naquele ano muitos políticos se dedicaram a lutar contra o decreto 9602, que ficou conhecido como o Regulamento Negro. Publicado em 12 de junho de 1886, o decreto alterou dois artigos da Lei dos Sexagenários e anexou o Município Neutro à Província do Rio de Janeiro, favorecendo o tráfico de escravos entre as duas esferas. Conforme observou Vasconcelos, o Regulamento Negro fortificou sua campanha eleitoral<sup>180</sup>.

Em dezembro de 1889, semanas após a Proclamação da República, a Câmara dos Vereadores foi extinta e foi criada para assumir a sua ocupação legislativa um Conselho Municipal de Intendentes, instituição que reuniria os poderes Executivo e Legislativo<sup>181</sup>. Patrocínio e os outros vereadores perderam os seus cargos, mas ele não deixou de realizar um “discurso de renúncia” em seu jornal. Nele, o político destacou:

Cidadão. - eleito vereador, na vigência de um sistema de governo, que, desautorando a instituição municipal, fê-la cair no maior desprestígio, desempenhei, entretanto, as funções municipais porque presumia encarnar um protesto permanente e contínuo, contra o aniquilamento da força democrática tão necessária à constituição e vida dos povo civilizados.

A Revolução moralizadora de 15 de novembro, devendo operar radicalmente a transformação política e social de nossa pátria, precisa de encontrar da parte de todos os que representam as desprestigiadas Instituições do Império a melhor boa vontade, para que essa transformação se opere sem que o poder público tenha necessidade de recorrer a meios coercitivos para apressar, pela demolição necessária, a reconstrução imediata da pátria. [grifos meus]

Recebi o mandato municipal de um eleitorado hoje suprimido é que já não exprime, nem por ficção a vontade nacional, visto como o Governo provisório já ampliou o direito de voto à generalidade dos cidadãos. Todas as funções emanadas da eleição pelo sistema de 1 de janeiro de 1881, estão virtualmente cassadas, porque já não representa o voto da maioria eleitoral de hoje<sup>182</sup>.

Através da perda de seu cargo construiu o sentido de reconstrução do país. Por isso, ele pensava que as manifestações contrárias às mudanças seriam inoportunas. Vereadores que como ele perderam seus cargos não deveriam desaprová-la. O papel que os representantes políticos do tempo do Império deveriam desempenhar era de colaboração para o estabelecimento de um novo governo pautado na transformação política e social. As palavras de Patrocínio demonstravam a sua expectativa positiva com relação ao governo

<sup>180</sup> VASCONCELOS, 2011, p.101.

<sup>181</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Administração pública municipal: a estrutura e os titulares: da Comissão de Intendência à Prefeitura do Rio (1889 – 2012). – Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio/Casa Civil/ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2014. p. 20. O Decreto nº50 A foi criado em 07.12.1889.

<sup>182</sup> CIDADE DO RIO. 30 de novembro de 1889.

provisório. Ele também lembrou o momento da eleição em 1886, quando teve apoio tanto dos abolicionistas, quanto dos republicanos. Segundo Patrocínio:

Pensando assim restituo ao município o cargo de vereador, porque penso interpretar as intenções dos que me elegeram, para representar o pensamento abolicionista e republicano, ambos vitoriosos, sendo que a organização da República, pela adesão espontânea da maioria da nação, foi confiada ao Governo provisório, com poderes ditatoriais até a Constituinte, [grifos meus] e que o obriga a empossar-se de todas as funções legislativas e administrativas, para exercê-las brevemente e de modo que possa assumir toda a responsabilidade perante a nação e iniciar pela unidade de vistas e rapidez de ação, a reforma política e social, pela qual se responsabilizou a República. [grifos meus]<sup>183</sup>

Os poderes ditatoriais do governo provisório não eram questionados por Patrocínio. Ele definiu o limite de duração: a gestão provisória e ditatorial deveria permanecer até o estabelecimento de uma nova constituição. Escrever que a República era responsável pela reforma política e social, como se fosse um sujeito, era uma forma de precisar a Deodoro e aos membros do novo ministério que os objetivos compartilhados durante a propaganda teriam que ser concretizados pelo governo. Nesta notícia é evidente que Patrocínio achava necessário uma nova Constituição que daria configuração a reforma política e social pois era preciso se desfazer das desprestigiadas instituições do Império.

As próprias lideranças republicanas confiavam em dois preceitos supremos: a unidade nacional e a ordem pública. Considerava-se que o que resguardaria esses interesses seria a cooperação da República com as corporações armadas<sup>184</sup>. Patrocínio aguardava a Constituição para cumprir a função de ordenar o regime. Esse período de espera foi importante para o governo que visava garantir estes dois princípios após o êxito do dia 15 de novembro.

Dessa forma, Patrocínio também legitimava essa estratégia de aliança com os militares para alcançar a próxima e fundamental etapa: a Assembleia Constituinte. Os “poderes ditatoriais”, nas palavras de Patrocínio, eram necessários diante de um cenário instável e sem projeto político nítido. A função do governo provisório seria garantir a estabilidade para criação de um código de leis que iria ordenar e sistematizar a República. É evidente que Patrocínio tentaria fazer parte do grupo dos eleitos para essa elaboração histórica. O fôlego para a carreira política, portanto, não terminou com a renúncia a seu cargo de Vereador, o que nos permitiu continuar acompanhando sua trajetória. A espera de Patrocínio por uma nova legislação incluía a intenção de participar como deputado na Assembleia Constituinte que se

<sup>183</sup> CIDADE DO RIO. 30 de novembro de 1889.

<sup>184</sup> BOCAIUVA, 1909. p. 643.

formaria, mas para isso acontecer, ainda teria que ser eleito. O Abolicionista, republicano e jornalista negro continuaria tentando encontrar espaço na República recém-proclamada.

### 3.1 A defesa da República

A imprensa no final do século XIX era caracterizada pelo trocadilho, quadrinhos satíricos, anedotas, chiste e estes escritores e poetas mais jovens faziam dela um espaço de criatividade. De acordo com a historiadora Isabel Lustosa, para o grupo de jornalistas que defendiam a República a sátira ou as crônicas humorísticas críticas não se encaixavam nas representações do homem que estava sendo considerado um herói para aquele momento fundador. Dessa forma, os mitos do herói salvador da Pátria e da República eram mais apropriados para poetas parnasianos do que as pequenas crônicas de humor. A caricatura nas páginas da *Revista Illustrada*, por exemplo, entregava o seu apoio à Deodoro<sup>185</sup>. De acordo com a autora:

Com a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, os vilões saem de cena. Começa o ciclo dos heróis e, para estes, a caricatura não é a expressão mais adequada. O enfermiço marechal Deodoro da Fonseca, por exemplo, se verá, nas páginas da *Revista Illustrada*, glamorizado, rejuvenescido e cheio de vitalidade. Ora aparece separando a Igreja do Estado ora ao lado de Benjamin Constant, a cortar as cabeças da hidra das intrigas<sup>186</sup>.

Segundo Lustosa, Deodoro sempre recebeu a consideração da imprensa jovem e frequentadora das calçadas da rua ouvidor: Guimarães Passos, Luiz Murat, Coelho Neto, Pardal Mallet, Emílio de Menezes e José do Patrocínio<sup>187</sup>. De acordo com Leonardo Pereira, havia outro aspecto sobre essa geração letrada uma vez que os escritores mencionados eram considerados “boêmios”. Entretanto, esta classificação sugeria algo além de uma algazarra estudantil e significava que eles possuíam “uma certa postura de ação e pensamento que lhes daria a marca que tentavam imprimir ao grupo”. O destaque era a luta no início da década de 1880 da causa abolicionista: “a escravidão seria um anacronismo imperdoável e a República, a imagem acabada do progresso” como demonstrou o autor<sup>188</sup>.

---

<sup>185</sup> LUSTOSA, Isabel. O texto e o traço: a imagem de nossos primeiros presidentes através do humor e da caricatura. In: FERREIRA, Jorge.; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2016. p. 296.

<sup>186</sup> Idem, Op. Cit, p. 294.

<sup>187</sup> Idem, p. 295.

<sup>188</sup> PEREIRA, Leonardo A. M. Barricadas na Academia: literatura e abolicionismo na produção do jovem Coelho Neto. **Tempo, Revista do Departamento de História da UFF**, Niterói, v.5, n.10, p.15-37. 2000, p.8.

Coelho Neto, por exemplo, foi um escritor que começou a publicar nos jornais pela primeira vez aos dezessete anos, em 1881, na coluna “a pedidos” do *Jornal do Comércio*. Mais tarde, ao se tornar estudante da Faculdade de Direito de São Paulo passou a participar de círculos estudantis abolicionistas e a defender o fim da escravidão. Em 1884, Coelho Neto abandonou o plano de ser advogado e decidiu definitivamente pela carreira de literato. No ano seguinte, Neto já trabalhava com Patrocínio na *Gazeta da Tarde*<sup>189</sup>.

Em 1890, o casamento de Coelho Neto tendo Deodoro e Patrocínio como testemunhas também nos atesta o apoio ao governo republicano por parte desses jovens. No dia 23 de Julho de 1890 foi noticiado pelo *Cidade do Rio* que o casamento havia ocorrido no dia anterior. Henrique M. Coelho Neto e Maria Gabriella Brandão casaram-se em solenidade civil na residência de Alberto Brandão. A cerimônia contou com duas testemunhas populares naquele período:

Às cinco horas da tarde, o Sr. Dr. Salvador Muniz de Aragão, revestido da sua toga de magistrado, declarava casados civilmente os noivos. Foram testemunhas do ato o generalíssimo Chefe do Governo Provisório, pela noiva, e José do Patrocínio, jornalista, pelo noivo<sup>190</sup>.

O adjetivo escolhido pelo *Cidade de Rio* para se referir a Deodoro, “generalíssimo”, reafirmava o seu apoio ao governo provisório. José do Patrocínio e Deodoro naquele momento de celebração se encontravam lado a lado. Terminado o ato do casamento, a cerimônia continuou em outro ambiente. Os noivos e os convidados se dirigiram à Igreja matriz da Glória para a cerimônia religiosa. Quando a celebração acabou, todos retornaram à casa do pai da noiva para um grande banquete. Após desfrutarem dos sons da clarineta e do piano, de apreciarem as danças, os convidados puderam assistir o chefe do governo provisório da República erguer um brinde aos noivos e aos seus pais. Coelho Neto retribuiu o brinde à Deodoro da Fonseca. Além disso, como não era intenção do jornal listar todos os presentes no dia do matrimônio, foi feito um resumo para enfatizar que os convidados faziam parte de um grupo notável:

Basta dizer que a sociedade era a mais seleta, representando o Exército, as letras, a imprensa, o comércio e o funcionalismo congregou-se na morada desse homem ilustre<sup>191</sup>.

---

<sup>189</sup> Idem, Op. cit, p. 12.

<sup>190</sup> CIDADE DO RIO. 25 de Julho de 1890. Edição 167.

<sup>191</sup> CIDADE DO RIO. 25 de Julho de 1890. Edição 167.

Além da imprensa, os homens que faziam parte do Exército, das letras, do comércio e do funcionalismo eram elencados como setores substanciais para o período. Patrocínio estava próximo a este seleto grupo que possivelmente o ajudaria a conquistar cargos políticos a partir do sufrágio. As descrições detalhadas dos banquetes demonstram a importância das alianças e do apoio dado ao governo provisório. Estar ao lado do proclamador da República em um casamento para poucos convidados caracterizaria também maior admiração pelos seus leitores.

As notícias nos jornais descrevem um Patrocínio enérgico nos encontros com seus aliados políticos. Acumulando anos de experiência na imprensa da capital da República, ele discursava e defendia seus princípios. No dia 15 de fevereiro, ele estava presente em um jantar oferecido por Demétrio Ribeiro, ex-ministro da agricultura do governo republicano<sup>192</sup>. O ministro da Marinha, Anibal Falcão, também participou do evento. Segundo o jornal *O Paiz*:

O ilustre jornalista orou brilhantemente, descrevendo o que é a vida na imprensa, as suas lutas, as suas incoerências, os seus crimes [...] saudou a imprensa sul-rio-grandense, representada pelo Sr. Cesar, e a república com todas as liberdades, a liberdade bancária e a do trabalho e a liberdade de imprensa, porque cada cabeça de jornalista que cai é um marco em que se assenta a libertação do povo. Ao concluir a ardente peroração de seu discurso, o Sr. Patrocínio foi abraçado pelos convidados e longa e estrepitosamente saudado.<sup>193</sup>

Como podemos observar, para José do Patrocínio, a imprensa na década de 1880 possuiu um grande papel na campanha pela Abolição da escravidão. Na década seguinte, como temos demonstrado, a associação sobre o papel das lutas na imprensa foi feita por ele em favor dos princípios republicanos. O embargo ao trabalho de qualquer jornalista significava um agravo à libertação do povo. A imprensa continuava a ter uma função social fundamental de garantir a liberdade de pensamento.

Em 1890, Patrocínio insistiu nas próximas oportunidades de continuar fazendo parte daquela sociedade seleta dos jantares não apenas como jornalista, mas como político e parte daquele governo. José do Patrocínio publicou *o Manifesto ao eleitorado da corte* em seu jornal, no dia 9 de Setembro de 1890, quando se candidatou a deputado federal. O documento é grande e ocupou uma página inteira da edição daquele dia. Momento de grande agitação

---

<sup>192</sup> Estes eventos apareceram tanto no jornal *Cidade do Rio* quanto no *O Paiz* como “banquetes” visando enaltecer as figuras presentes.

<sup>193</sup> O PAIZ. 17 de Fevereiro de 1890.

política devido a convocação da eleição para a Assembleia Constituinte já que os deputados eleitos poderiam ter a responsabilidade de reorganizar os interesses e prioridades do governo.

No Manifesto, Patrocínio relembra as suas lutas pela Abolição e pela República. Sua cooperação com a propaganda republicana durou entre 1877 e 1888, período que ajudou a fundar escolas e clubes. Essa parte de sua vida, entretanto, estava sendo negada e esquecida. Reforçava a sua versão que explicava o rompimento com o Partido Republicano. A Assembleia de 1890 também iria eleger o primeiro presidente da República. Patrocínio começava a sua propaganda política da seguinte forma:

Tenho um nome que é mais a colaboração generosa do Povo do que o fruto do meu sacrifício, mas desvaneço-me de haver correspondido a tão extraordinária distinção conservando, intacto, o depósito de patriotismo e de sentimentos democráticos, que a civilização brasileira confia ao espírito e ao coração de seus filhos. Nunca estive senão ao lado da justiça e do direito, e, desde que emergi da obscuridade de meu nascimento à flor das revoltas ondas políticas, nadei sempre na direção dos ideais do meu século, por mais violentas que fossem as correntezas de ódios e de preconceitos a vencer. [grifos meus]

Poucas individualidades tem sido tão discutidas em nossa pátria, mas o desencontro da opinião contemporânea no julgamento da minha conduta, não me surpreende a mim, nem surpreenderá no futuro.

Por uma fatalidade [grifos meus], desde o início da minha vida pública, fui obrigado a assumir posições singulares.

Republicano, tive de combater, desde logo, a maioria do meu partido com a mesma veemência com que de 1877 a 1888 dei batalha ao império.

O meu ideal político impunha-me a sagrada conscrição nas fileiras do abolicionismo. Considerei esta a preliminar de probidade republicana: a igualdade política deve ser a integrante da igualdade individual e civil, de que está barbaramente espoliado mais de um milhão de homens.

Esta orientação, de que dissentiram alguns chefes e a maioria dos meus co-religionários, constituiu-me beligerante contra o meu próprio partido.<sup>194</sup>

A partir de sua narrativa percebe-se que não foram poucas as suas divergências com os republicanos. Patrocínio revelou que a igualdade política era necessária para a igualdade individual e civil, fato que não agradava a maioria dos republicanos. Ele compreendia que essa dupla igualdade era fundamento tanto do abolicionismo quanto do republicanismo. Ele também considerava que os seus ideais políticos estavam de acordo e respaldadas pelo que acontecia no mundo. Patrocínio reafirmava que também mirava a democracia. Entretanto, os ideais daquele século a serem atingidos ainda eram evitados pelos políticos brasileiros que examinavam com preconceito e ódio as sugestões de igualdade política e democracia.

Outra crítica, e talvez a principal delas, ao partido republicano foi a sua aliança com os senhores de escravos. Nas eleições que se seguiram ao 13 de maio ficou evidente para Patrocínio que havia um grande problema em curso: dois fazendeiros oligarcas ou

<sup>194</sup> CIDADE DO RIO. 9 de Setembro de 1890.

“neorepublicanos” eram os candidatos apoiados pelo partido republicano no Senado<sup>195</sup>. Patrocínio sugere ainda que era a oligarquia que financiava este partido, que por isso havia se tornado “mercenário do escravismo”. Ao dizer que o Partido republicano “nunca teve meios para custear uma imprensa próspera para a defesa de suas ideias”, Patrocínio sugere que era a oligarquia que financiava este partido e que por isso havia se tornado “mercenário do escravismo”. Havia ainda a questão da indenização, como podemos observar abaixo:

Devíamos, pois, resistir aos republicanos em nome da República; para salvar a Revolução cumpria dar combate aos revolucionários.  
 Não era só o nosso relacionamento a Isabel, a Redentora, o motivo da nova aliança; ela firmava-se pela fatalidade mesma das coisas. [grifos meus]  
 O governo negando-se à indenização, servia à moral; defendendo a inviolabilidade do salário honrava o trabalho e salvava o direito, completando assim a nossa obra: a incorporação moralizada de mais de um milhão de proletários à sociedade brasileira. O partido republicano aliando-se de novo ao escravismo [grifos meus], que ele galvanizada, com o mágico poder do seu nome, adiava a questão social, complicava e escurecia para sempre os horizontes da pátria.  
 O abolicionismo não era só a supressão do escravo; era a extinção da oligarquia e do feudalismo territorial. [grifos meus] Só a ignorância ressupina dos diretores do partido republicano, a má fé impenitente, com que até agora nos perseguem, não compreenda o nosso programa, que ainda hoje está de pé. [grifos meus]<sup>196</sup>

Conforme o próprio abolicionista nos informa, a “fatalidade mesma das coisas” no início de sua vida pública foi, portanto, o rompimento com o partido republicano. Sua trajetória ficou marcada por sua associação frequente aos republicanos com o escravismo e a oligarquia. Dessa forma, no governo republicano, em 1890, José Patrocínio ainda se distanciava deste partido que o acusou de *isabelista*. Era importante naquele momento de eleição para a Assembleia Constituinte deixar evidente seus posicionamentos e as razões de suas decisões no passado recente:

Chamaram a minha atitude coerente, apostasia. Eu já não era um republicano, mas um isabelista, porque exaltava, como até hoje exalto, como exaltarei sempre essa heroína da abnegação, que lembra, Codrus, o grego, suicidando-se para salvar a liberdade de Atenas.

Como foram bastante covardes para sacrificar o negro as suas ambições partidárias, os meus detratores fazem agora crer que, eu sacrifiquei na última hora a minha aliada, que a entreguei a voragem da Revolução, com o sangue frio hediondo com que os traficantes alijavam a carga viva de mártires, quando viam perto o cruzeiro da Inglaterra. [grifos meus]

Eu não fui isabelista, não porque não me julgasse com o direito de sê-lo, mas porque fazendo política experimental não julguei o ato de 13 de maio, que eu já expliquei, uma prova suficiente para acreditar democraticamente o império. Emprazei a minha consciência para julgar o império na questão capital da indenização. Leal, estive ao

<sup>195</sup> Patrocínio não citou os seus nomes e nem o ano da eleição.

<sup>196</sup> CIDADE DO RIO. 9 de Setembro de 1890.

lado do ministério João Alfredo, que presidido por um modelo de honra, soube viver e morrer abraçado a sua bandeira da não indenização<sup>197</sup>.

O ministério conservador de João Alfredo foi defendido por Patrocínio porque garantiu a não indenização. Enquanto o “ministérios da Abolição” era exaltado, os críticos de Patrocínio, e membros do Partido Republicano, renunciaram a população negra para atingir seus objetivos partidários. Dessa forma, em seu discurso de propaganda Patrocínio avaliou que este partido não se comprometia com o negro.

Além disso, Patrocínio no Manifesto republicou um artigo seu, que tinha escrito em 20 de agosto de 1889 no *Cidade do rio*, e ironizou “eis como era isabelista antes de 15 de novembro”. O conteúdo era a respeito do marido de Isabel, o Conde d’Eu, e sua família, que segundo Patrocínio eram “conspiradores seculares” e perigosos. O artigo fortalecia seu argumento de que não era um devoto da princesa como era acusado na imprensa.

No dia 18 de Setembro de 1890 José do Patrocínio comunicou aos seus leitores que havia perdido a eleição para Deputado Constituinte. Aparentemente as disputas que se abriram naqueles anos finais do Império se tornaram fatalidade também na República. Ele escreveu um artigo sobre a sua derrota:

Estou fora do congresso, não estou fora da opinião Nacional, e na imprensa, e na tribuna popular, hei de continuar a manter-me com a dignidade e o patriotismo que me levaram já até a honra dos sufrágios dos distintos cidadãos que acabam de dar-me os seus votos<sup>198</sup>.

Com essa declaração afirmava que poderia fazer política não apenas nos órgãos institucionais do Estado, mas em outros locais também, como fez durante a campanha abolicionista. Apesar da derrota, neste manifesto Patrocínio se expressou confiante e otimista com relação ao regime recém instaurado. Sem conseguir a desejada função de deputado federal, em pouco menos de um mês viajou para a Europa acompanhado de sua esposa e seu filho e só retornaria um ano e meio depois. Antes disso ainda participou de pelo menos mais dois banquetes, que foram noticiados no *Cidade do Rio*. No dia 6 de Outubro de 1890 foi o próprio Patrocínio e sua esposa que ofereceram o jantar ao tenente Coronel Galvão, que também era senador, e a Luiz Murat, deputado estadual pelo Rio. E de acordo com Patrocínio,

<sup>197</sup> CIDADE DO RIO. 9 de Setembro de 1890.

<sup>198</sup> CIDADE DO RIO. 18 de Setembro de 1890.

compareceram o governador do Estado do Rio, a comissão do centro do Partido operário, representantes da imprensa e oficiais do exército, armada e guarda nacional compareceram<sup>199</sup>.

No dia 8 de Outubro de 1890 realizou-se um grande jantar como evento de despedida para José do Patrocínio, que viajaria para a Europa dias depois. Um evento com o número superior a cem convidados precisava de uma comissão encarregada de organizar a celebração. Campos da Paz, Paula Ney, o capitão tenente Orozimbo Banito e Serpa Júnior foram os idealizadores. O “banquete”, assim denominado, foi destaque nas primeiras páginas dos jornais da Corte<sup>200</sup>. Foram detalhadamente divulgados o cardápio do evento, em francês, e os brindes que cada homem presente levantou. Os brindes dos convidados se dirigiram à imprensa, ao exército e à armada, às letras e às artes, à religião, ao comércio e à indústria, ao governo provisório. O jornal *O Paiz* descreveu o evento com detalhes:

Três focos de luz elétrica, colocados no fundo do salão e assestados para a mesa, davam grande brilho ao salão. O edifício achava-se primorosamente enfeitado; nas paredes do salão viam-se de envolto com bandeiras e galhardetes e arbustos, escudos com os seguintes dizeres: memória aos abolicionistas mortos, ao povo, a magistratura, a classe operária [grifos nossos], as letras e artes, ao exército e armada, a imprensa, a ciência, ao comércio e a indústria, à república, ao feliz regresso de José do Patrocínio e sua família à nação brasileira e ao generalíssimo chefe do governo provisório. Tocou durante toda a festa a banda de música do regimento policial e, por ocasião do brinde de honre, foi executado o hino nacional<sup>201</sup>.

Os banquetes destacavam através de bandeiras e símbolos o papel de grupos substanciais para a sociedade brasileira. Os operários foram mencionados tanto pelo jornal *O Paiz* quanto pelo *Cidade do Rio* nestas duas últimas notícias que informavam dois eventos diferentes. Os operários foram representados nos dois eventos pela “comissão do centro de partido operário” e como “classe operária” nas paredes, enfeites e bandeiras do edifício do Real Clube Ginastico Português. O nome de José Augusto Vinhaes<sup>202</sup>, líder operário que conseguiu se eleger para a Constituinte, também aparece entre os presentes.

A *Gazeta de notícias* além de descrever o evento, dedicou uma seção para falar sobre José do Patrocínio antes de sua viagem à lazer e seu embarque no navio *La Plata*.

<sup>199</sup> CIDADE DO RIO. 7 de Outubro de 1890.

<sup>200</sup> GAZETA DE NOTÍCIAS. 10 de Outubro de 1890, Edição 283. O Paiz, edição 3090. Cidade do Rio, edição 10.

<sup>201</sup> O PAIZ. 10 de outubro de 1890. Edição 3090.

<sup>202</sup> Segundo José Murilo de Carvalho, Vinhaes foi tenente da Marinha e na Câmara propunha aumentos salariais, protestava contra a carestia, defendia a ampliação do voto e criticava a ação da polícia nas greves de natureza política, como a dos ferroviários. Era um líder que funcionava como intermediário entre os operários e o governo que buscou organizar a atividade operário a partir de partidos, movimentos grevistas e ação parlamentar. *In*: CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. 4. ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2019. p. 50.

Nome intimamente ligado à história da nossa política e do nosso jornalismo, José do Patrocínio é um desses vultos que dispensam prolongados comentários. [grifos meus] Sobre ele e sobre a sua vida tem-se concentrado constantemente a atenção pública. E não há um só brasileiro que o não conheça e não lhe tenha admirado, pelo menos, a pujança do talento, nunca desmentido. Individualidade que sofre o marulhar constante das críticas as mais violentas e mais descontraídas, [grifos meus] ele é como esse navio a cujo bordo vai partir, e que, parecendo insignificante e fraco na imensidão das planícies atlânticas, sabe, entretanto, vencer essa imensidão e ancorar no porto do seu destino. [...] todos os seus verdadeiros amigos aguardam a sua volta para vê-lo outra vez no mais forte combate, a batalhar pela grandeza da pátria brasileira.<sup>203</sup>

O que todas estas notícias nos demonstram é a esperança pelo seu regresso. As linhas da imprensa pareciam não trazer as derrotas e os fatos que levaram Patrocínio a viajar com a sua família para a Europa. A Gazeta de Notícias revelou que Patrocínio resistia às violentas críticas que para este jornal eram incompatíveis com a incontestável individualidade de seu talento. Apesar de nos apresentar um homem admirado por todos, as palavras do artigo acima não trouxeram a conclusão de que as críticas ao jornalista eram grandes o suficiente para não elegê-lo à função de deputado constituinte. Se por um lado a metáfora do navio revelava que a sua trajetória de vida tinha um objetivo final, por outro, a expectativa de “*vencer essa imensidão e ancorar no porto de seu destino*” se manifestava apenas enquanto horizonte e futuro diante da recente derrota.

A respeito desta viagem, Magalhães Jr. registrou que o retorno de Patrocínio da Europa só aconteceu por volta de 1 ano e 4 meses, em 21 de fevereiro de 1892. Entretanto, verificamos em várias edições de jornais da imprensa a presença de Patrocínio participando das festas do 13 de maio e de outros eventos do ano de 1891<sup>204</sup>. Também encontramos que em 28 de Maio de 1891 ele voltou à Europa segundo os jornais *Diário de Notícias e Novidades*. Dessa forma, não foram apenas duas viagens de Patrocínio ao continente europeu como apontou Magalhães Jr. Foram pelo menos três. Patrocínio não realizou longas viagens e não perdeu tantos acontecimentos do país como apontou o autor<sup>205</sup>. Talvez o equívoco do autor tenha ocorrido devido a notícias do próprio jornal de Patrocínio, que afirmavam que ele visitaria vários países europeus e não regressaria ao Brasil em menos de um ano, o que não se tornou realidade<sup>206</sup>.

<sup>203</sup> GAZETA DE NOTÍCIAS. 10 de outubro de 1890, Edição 283.

<sup>204</sup> NOVIDADES. Edição 89; O PAIZ. Edição 3355.

<sup>205</sup> Não conseguimos localizar a partir da imprensa o dia de retorno de Patrocínio da viagem que iniciou em outubro de 1890. Como as edições do jornal *Cidade do Rio* do ano de 1891 e 1892 não constam na Hemeroteca Digital para a consulta de pesquisadores, ficou ainda mais difícil localizar.

<sup>206</sup> CIDADE DO RIO. 27 de novembro de 1890 ed51.

Por mais que ele tenha sido representado na imprensa como homem intimamente conectado a história política, exaltado por todos, naquele momento Patrocínio tinha acabado de perder uma eleição. Ele desejava fazer parte do primeiro governo republicano. Contudo, a batalha é uma contenda demarcada. Para José do Patrocínio, ela consiste exatamente no posto da imprensa. Sua viagem à Europa depois de apenas 3 semanas do resultado da eleição e antes da Constituição ser finalmente elaborada talvez demonstre insatisfação e decepção com o que conseguiu alcançar: o encargo no jornal ainda era pouco para alguém que queria fazer parte da política institucional. Se por um lado, a trajetória do abolicionista e republicano nos mostra sua participação em teatros e espaços públicos discursando inúmeras vezes para quem quisesse ouvi-lo, é também característica de José do Patrocínio o grande valor dado à atuação política a partir das instituições.

Além disso, apesar do manifesto eleitoral publicado em seu jornal ter revelado suas ideias, elas não vieram conectadas a um projeto político. Sua escrita era carregada de representações, mas não de propostas. Não sabemos se José do Patrocínio esperava para apresentar aos brasileiros projetos que dessem direcionamentos as suas concepções quando tivesse conquistado o cargo político. A atuação na imprensa e no Congresso eram performances bastante diferentes que pressupunham discursos distintos. Apesar da derrota da eleição, em 1890, Patrocínio se expressou confiante para permanecer em ação na imprensa e otimista com relação à República.

### **3.2 A Constituição republicana e a renúncia de Deodoro**

Em dezembro de 1890 grande parte da imprensa reclamava da demora do Congresso em redigir o documento final da Constituição. Ansiava-se pela celeridade das discussões e o fim dos longos discursos dos deputados. O jornal *Cidade do Rio* afirmou que por mais que desejasse apreciar o primeiro código de leis republicanas, era importante que os eleitos não se precipitassem. A edição de 30 de dezembro na sessão “Pelo Congresso” revelou que ainda estava sendo decidido sobre a inelegibilidade dos sacerdotes. O posicionamento do jornal era a permissão do voto a esse grupo porque o contrário seria uma medida opressiva e antipatriótica. Se fosse adotada, outras especificações como banqueiros e diretores de empresas, também deveriam ser excluídas, já que teriam negócios com o governo. De acordo com o editor:

Poucos serão os eleitos que não tenham negócios dependentes do governo. Muitos senhores representantes não serão francamente banqueiros, capitalistas, comerciantes, não entrarão, enfim, sem relutâncias no jogo, nas especulações da bolsa, mas particularmente jogarão, procurarão argumentar os seus capitais, tendo negócios, embora indiretamente, com os ministros e ninguém lhes poderá ir às mãos por isso. Porque a uns concedem-se tais regalias, tais favores e a outros consideram-se suspeitos, não podendo ocupar cargos na representação nacional? É outra especialização de classe que vexa o que faz periclitir o regime de igualdade pregado quando se proclamou o 15 de novembro. Todo cidadão eleitor é elegível – é o que está de acordo com a forma republicana, com a organização democrática, o que é consentâneo com a lógica e com o bom senso. Se o representante não cumpre com os seus deveres, se procede mal, o responsável é ele, os culpados são os que elegeram. Que tem o país a ver com isso? Que tem a coletividade com estes desvios de uma parcela de sua soberania, se esse fato não põe em perigo as instituições?<sup>207</sup>

Apesar de ser pouco provável em razão de sua viagem, as palavras acima poderiam ter sido redigidas por Patrocínio, que se colocava em defesa da organização democrática. Descobriu-se mais tarde que o voto dos sacerdotes o qual o jornal defendia não foi permitido visto que a decisão foi pelo não alistamento de religiosos de ordens monásticas, companhias ou congregações. Não se tornaram nem eleitores e muito menos elegíveis.

Segundo o historiador José Murilo de Carvalho, apesar da expectativa, a constituição de 1891 promulgada em 24 de fevereiro não produziu as modificações esperadas e a instauração do governo do país por seus cidadãos ainda demoraria a acontecer. A exigência da renda de 200 mil réis da última lei eleitoral do império, de 1881, foi eliminada. Entretanto, o critério de exclusão dos alfabetos permaneceu na República. As mulheres, os soldados, os membros de ordens religiosas e os mendigos também foram dispensados do direito de votar. Dessa forma, em 1894, quando ocorreu a primeira eleição para presidente da República votaram apenas 2,2% da população<sup>208</sup>. A grande expectativa também de José do Patrocínio para assistir e fazer parte da instauração dos princípios republicanos democráticos no Brasil a partir da primeira Constituição não se tornou realidade.

O código legislativo tinha inspiração na carta constitucional norte-americana: federalismo, presidencialismo e estabelecimento dos três poderes – O Executivo, Legislativo e Judiciário. Além disso, definiu a alfabetização como critério de votação e estabeleceu a separação entre o Estado e a Igreja<sup>209</sup>. Outras novidades eram o direito de *habeas corpus*,

<sup>207</sup> CIDADE DO RIO. 30 de dezembro de 1890.

<sup>208</sup> CARVALHO, 2013, p.40.

<sup>209</sup> NEVES, 2016, p. 35.

inexistente anteriormente, e a cláusula pétrea que proibia qualquer tentativa de retorno à Monarquia<sup>210</sup>.

Durante a pesquisa algumas lacunas com relação às fontes se manifestaram. As edições do *Cidade do Rio* nos anos de 1891 e 1892 não constam no acervo da Biblioteca Nacional. Dessa forma, não conseguimos analisar as percepções imediatas do jornal principalmente no que diz respeito à primeira constituição republicana logo após a sua criação. Dificilmente o jornal deixou de circular uma vez que não há qualquer menção sobre a suspensão das publicações na última edição de 1890. Patrocínio se encontrava na Europa quando a Constituição foi promulgada.

Era de costume do jornal *Cidade do Rio* relembrar fatos importantes que tinham conexão com a história política do país. Dessa forma, a percepção sobre a Constituição republicana pôde ser feita em caráter posterior, a partir do dia que marcou sua promulgação. Em 24 de fevereiro de 1893, o jornal de propriedade de José do Patrocínio evocava as primeiras impressões sobre a carta e o seu momento de inauguração:

Houve a 24 de Fevereiro, uma esperança que iluminou a alma brasileira. Declarados os direitos dos cidadãos, firmada a sua liberdade, pelo pacto da garantia, - parecia que uma nova era de prosperidade, de paz, de segurança e de justiça ia fazer esquecer a longa fase em que o Brasil tinha alegado ao peso do governo absoluto. Essa esperança falhou<sup>211</sup>.

Dessa maneira, a posição do jornal *Cidade do Rio* era que a data de promulgação da Constituição não deveria ser motivo de festa nos primeiros anos de governo republicano. Não pelo seu conteúdo, mas pela sua invalidez em virtude de ela não ser respeitada pelos dois primeiros presidentes do país.

Além disso, dentre as dificuldades do início da década de 1890 algumas foram de ordem econômica. Em janeiro de 1890 o governo provisório promoveu uma grande reforma financeira e bancária. Esta política facilitou a criação de bancos que poderiam emitir papel moeda sem lastro em ouro e prata com objetivo de conceder empréstimos para financiar novas indústrias na forma de sociedades anônimas. Estas, poderiam captar recursos privados para a venda de ações. Rui Barbosa, ministro da Fazenda, era o responsável pelo programa. É importante mencionar que esta política emissionista foi iniciada pelo Visconde de Ouro Preto, como apontam os analistas do período. Entretanto, o plano econômico de reforma do governo republicano de emitir três vezes mais papel e dinheiro do que o existente foi um fracasso e

---

<sup>210</sup> CHAVES, 2016, p. 55.

<sup>211</sup> CIDADE DO RIO. 24 de fevereiro de 1893.

resultou em atividades especulativas na Bolsa de valores<sup>212</sup>. O surgimento de empresas fantasmas, inflação e desemprego foram outros efeitos. Em razão dessa conjuntura, o plano depois foi pejorativamente chamado de “encilhamento”.

Além da situação econômica, contribuíram para o agravamento da instabilidade dos primeiros anos de República alguns fatores de ordem política. A primeira eleição republicana foi indireta e disputada pela chapa de Deodoro da Fonseca, candidato à presidência, e Eduardo Wandenkolk, vice-presidente. A segunda chapa era composta por Prudente de Moraes, para presidente, e Floriano Peixoto para vice. Os mais votados foram os candidatos de chapas opostas, o que era permitido. Deodoro com 129 votos e Floriano que recebeu 153<sup>213</sup>.

Este primeiro governo constitucional atravessou diversas tensões políticas que culminaram na renúncia de Deodoro, que ficou no governo apenas 9 meses:

As constantes desavenças entre a autoridade militar do Executivo e as posturas civilistas da maioria dos congressistas evoluíram para o impasse político e a perda de legitimidade da governança. De modo que, no decorrer dos oito meses de regime constitucional, o marechal se sobrepôs ao presidente, com frequentes discussões e deposições de ministros e apelos para medidas administrativas não condizentes com a República imaginada pouco tempo antes<sup>214</sup>.

A crise se intensificou quando Deodoro nomeou o Barão de Lucena, antigo político fiel à monarquia, para ser ministro. Os republicanos paulistas e os históricos não aprovaram. A imprensa também não. De acordo com Elio Flores, o presidente perdeu legitimidade na medida em que não conciliou os interesses das autoridades militares do executivo com as lideranças civis do Congresso. Como tentativa de solucionar a crise, no início de novembro Deodoro da Fonseca dissolveu o Congresso e decretou estado de sítio por 60 dias. Em seguida, publica *O manifesto à nação*, republicado nas páginas da imprensa<sup>215</sup>.

Os atos do poder executivo foram divulgados na imprensa: O ato do dia 3 de novembro declarou Estado de Sítio no Distrito Federal e na cidade de Niterói e a permanência da ordem pública; enquanto o do dia 4 dissolveu o Congresso Nacional que o elegera para a presidência<sup>216</sup>. A imprensa também se manifestou. Em razão das edições do *Cidade do Rio* do ano de 1891 não estarem disponíveis na Hemeroteca Digital, outros periódicos foram

<sup>212</sup> NETO, José Miguel Arias. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. In: FERREIRA, Jorge.; DELGADO, Lucilia Almeida Neves. (orgs.). **O tempo do liberalismo excludente**: da Proclamação da República à Revolução de 1930. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2016. p. 211.

<sup>213</sup> FLORES, 2016, p. 55.

<sup>214</sup> Idem, Op. Cit., p. 56.

<sup>215</sup> Idem, Op. Cit., p.56.

<sup>216</sup> FLORES, 2016, p.56.

consultados. A edição da *Gazeta de Notícias* comentava a renúncia de Deodoro com críticas ao desrespeito à Constituição:

O Congresso cometeu erros, principalmente de caráter político; mas erro mais grave do que todos esses foi anula-lo, mutilando para isso uma Constituição que apenas começava a ser executada.

Iludiu-se o Congresso, julgando que podia chamar a si um poder que de há muito não residia nas assembleias legislativas e que ultimamente havia sido conquistado pela força armada. Iludiu-se o poder Executivo, supondo que lhe era fácil violar fundamentalmente a Constituição, base do novo regime<sup>217</sup>.

A *Gazeta de Notícias* condenava tanto o Congresso quanto Deodoro da Fonseca. A ação do executivo foi considerada mais incorreta porque a dissolução do poder legislativo foi encarada como uma violação à constituição recém promulgada. Portanto, a República se iniciava com desarranjos administrativos.

Conforme observou Elio Flores, o ato de Deodoro violou os dispositivos da Constituição que tratava das atribuições do Congresso. A declaração em Estado de Sítio em pontos do território nacional só poderia ser realizada pelo Executivo Federal caso o Congresso não estivesse reunido. No dia seguinte, foi exatamente o que o presidente fez ao dissolver o poder legislativo<sup>218</sup>.

Ainda no dia 4 de novembro Deodoro lançou o manifesto “*O presidente da República aos brasileiros*” apresentando justificativas para os atos do poder executivo. Como resposta, os Congressistas lançaram outro manifesto “*A nação brasileira*” para repudiar as medidas de Deodoro<sup>219</sup>. A pressão de militares e civis agravou as tensões políticas. No Rio de Janeiro, uma greve de ferroviários se instalou. Além disso, na capital federal o almirante Custódio de Melo liderava a Revolta da Armada com canhões dos navios que estavam ancorados na Baía de Guanabara contra a capital da República. Somado a isso, a crise no Rio Grande do Sul se intensificou após a deposição de Júlio de Castilhos. A situação poderia chegar a uma guerra civil. Deodoro então, em 23 de novembro, escolheu renunciar e seu vice, Floriano Peixoto assumiu seu lugar<sup>220</sup>.

No período entre outubro de 1890 e maio de 1891 muitos acontecimentos marcaram a República. José do Patrocínio, entretanto, estava viajando e não presenciou nenhuma delas de perto. Não estava no Brasil no primeiro aniversário da República e nem quando foi promulgada a primeira constituição republicana.

<sup>217</sup> GAZETA DE NOTÍCIAS. 24 de novembro de 1891. Edição 328.

<sup>218</sup> FLORES, Op. cit., p. 57.

<sup>219</sup> RESENDE, 2016, p. 108.

<sup>220</sup> NEVES, 2016, p. 36.

### 3.3 José do Patrocínio no desterro

Na esfera federal o Congresso foi reestabelecido e normalizado como uma das primeiras medidas do governo de Floriano Peixoto. Utilizando-se também da retórica de manutenção da ordem pública, o presidente depôs governadores de Estado que apoiaram Deodoro. Após observar que as tropas federais participavam do processo de deposições estaduais, alguns governadores renunciaram<sup>221</sup>.

Floriano Peixoto se tornou o símbolo do republicanismo mais radical. Ele conseguiu apoio entre os defensores de um projeto político antiliberal e militarizante. Estes partidários florianistas ficaram conhecidos como jacobinos, tal como alguns dos defensores de Deodoro<sup>222</sup>. Entretanto, as oposições à Floriano também são significativas. De acordo com Maria de Resende:

Floriano enfrenta, ao assumir o poder, reação dos radicais deodoristas, chamados jacobinos – por associação com o grupo radical da Revolução Francesa –, e manifestações de oposições de civis e militares, visando ao retorno de Deodoro. Sofre, também, oposição da imprensa e de parlamentares que questionam a legalidade constitucional de sua permanência no poder em cumprimento do restante do mandato de Deodoro e defendem a realização de eleições<sup>223</sup>.

Dessa maneira, a imprensa, setores militares e os parlamentares pressionavam Floriano por novas eleições. Além disso, em uma carta datada de 31 de Março de 1892, 13 generais pediam eleições presidenciais. No dia 6 de Abril todos foram demitidos dos cargos comissionados e passados para a reserva como militares aposentados<sup>224</sup>.

José do Patrocínio estava no Brasil e tinha chegado de viagem em fevereiro do ano de 1892. Outros jornais publicaram o seu regresso da Europa em 1892. Ele passou a assistir de perto a gestão de Floriano. A *Revista Ilustrada* comemorava o retorno de Patrocínio da Europa com sua esposa e seu filho.

Chegou da Europa o grande jornalista José do Patrocínio. O motivo que o faz voltar aos nossos braços é o atual estado de coisas, a péssima orientação política do governo, que tudo vai derruindo por terra. O emérito jornalista vem, pois, depô-lo com meia dúzia de penas vibrantes, à moderna. E, conseguindo o seu desideratum,

<sup>221</sup> RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: (orgs.). FERREIRA, Jorge.; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Tempo do Liberalismo excludente:** da Proclamação da República à Revolução de 1930. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p.108.

<sup>222</sup> Idem, 2016, p. 109.

<sup>223</sup> Idem 2016, p. 109.

<sup>224</sup> FLORES, 2016, p. 61.

deixando a nossa querida Pátria em mãos mais capazes de conduzi-la à glória, voltará novamente para Paris<sup>225</sup>.

Como podemos observar, Patrocínio é representado pela *Revista Ilustrada* como jornalista ilustre que voltou ao país para tentar melhorar a situação em que se encontrava a República. O patriotismo e a valentia são características associadas a Patrocínio. A própria imprensa colocava Patrocínio no seio de uma nova batalha e concedia confiança a ele. Dessa vez, a contenda era contra o presidente Floriano Peixoto e sua arbitrariedade<sup>226</sup>.

No dia 9 de abril uma manifestação em homenagem a Deodoro foi convocada pela Imprensa para ocorrer no dia seguinte. Homenagear o ex-presidente era evidentemente uma atitude pública antiflorianista. O evento foi dissolvido e parte dos presentes foram considerados inimigos da República. Os envolvidos e suspeitos foram detidos enquanto Floriano decretava o Estado de Sítio<sup>227</sup>. Dentre os envolvidos estava José do Patrocínio que cumpriria sua pena no desterro no Amazonas.

Apesar da lacuna documental das edições dos dois anos, o *Cidade do Rio* detalhou os acontecimentos do dia 10 de abril de 1892 um ano depois:

Foi convocada anonimamente uma representação ao Marechal Deodoro. [...] Ao deixar o poder ele se havia mostrado usuário do sangue brasileiro. O seu desprendimento pelas ambições do poder, a certeza de sua probidade, a nobre altivez com que ele se declarava simples cidadão, pronto a morrer pelo governo civil, afervoravam a administração pública, e convidavam a gratidão nacional a fazer em vida a apoteose desse homem [grifos meus], que se tornava maior fora do poder. O convite para a manifestação carecia de cunho partidário. Ninguém esperava mesmo que ela se realizasse.

Pela atitude de deputados e senadores prestigiosos no Congresso, o governo tinha certeza de que seria discutida a constitucionalidade da permanência do vice-presidente; sabia mais que a sua mensagem seria recambiada sem debate, porque não havia maioria para aprovar as deposições dos governadores, por ordem do governo central. Era preciso, pois, descobrir um meio de iludir as dificuldades e este foi encontrado no pretexto fútil da manifestação de 10 de abril. Contra todos os princípios constitucionais, entendeu-se que o estado de sítio, que é julgado pelo Congresso, podia suspender as imunidades dos representantes da Nação, e empregada a força contra direito, o Congresso foi desfalcado até dar maioria ao governo. Era preciso também apavorar a imprensa, condenando à prisão e desterro as suas avançadas<sup>228</sup>.

Apesar das palavras acima revelarem uma intenção apartidária e pacífica, os efeitos do dia 10 de abril foram rígidos e marcariam a trajetória do jornalista republicano. Como podemos observar, o jornal trouxe a insatisfação de senadores e deputados que queriam

<sup>225</sup> REVISTA ILUSTRADA. Edição de março de 1892.

<sup>226</sup> REVISTA ILUSTRADA. Edição de Março de 1892. Outra folha que noticiou sua chegada foi a Gazeta de Notícias, em 22 de fevereiro de 1892, edição 53.

<sup>227</sup> FLORES, 2016, p. 61.

<sup>228</sup> CIDADE DO RIO. 10 de abril 1893.

discutir a constitucionalidade do governo e naquele momento Floriano estava ciente disso. Portanto, segundo Patrocínio a manifestação foi apenas um pretexto para que o presidente aliviasse as dificuldades ocasionadas pela oposição. Ao decretar Estado de Sítio optava pela força e não pelo direito. A imprensa não passaria inatingida e foi culpada com a medida de condenar à prisão e desterro algumas de suas lideranças. Ainda de acordo com a folha:

O atentado consumou-se e ficou impune. A anistia das vítimas veio de volta com a dor algoz e o Congresso não teve sequer a coragem de reivindicar a sua inviolabilidade ante o poder executivo. [grifos meus]

Desde então, não houve mais direito, porque a lei havia sido assassinada. [grifos meus] O industrialismo de nossa época, diametralmente oposto à heroicidade dos mártires, deixou correr a revelia da Nação a causa dos sacrificados de 10 de Abril, e a alma nacional viu-se abrigada a retrair-se em todo o país, uma vez que não havia garantias e a Constituição era simplesmente uma vivandeira das forças do vice-presidente da República. [grifos meus] [...]

Para nós outros, os sacrificados pelo ato despótico, o dia 10 de abril não é sequer um ressentimento. Vale muito mais a nossa pátria. Pela sua liberdade, prisão e desterro é muito pouco. [grifos meus]. Temos certeza de que amanhã o nosso exemplo será uma barricada contra novos tiranos. Cada cidadão há de ver no nosso esquecimento das amarguras sofridas pelo bem do Brasil, o melhor exemplo cívico<sup>229</sup>.

O 10 de abril é descrito como o dia em que os homens envolvidos naquele evento tiveram que se sacrificar pela pátria e pela liberdade. Os sacrificados deveriam servir de exemplo para futuras lutas contra os novos tiranos pela liberdade da nação. O dia marcou o assassinato da lei e o Congresso tinha parcela de culpa por deixar impune as ações do poder executivo, de acordo o jornal *Cidade do Rio*. Recusou-se o termo presidente e Floriano ainda era o nomeado como vice-presidente.

É importante identificar os diferentes usos da representação de Deodoro pelo jornal *Cidade do Rio*. Para defender os envolvidos no conflito de 10 de abril, a estratégia foi enaltecer Deodoro como homem nobre e superior ao presidente Floriano. A preferência pelo antecessor era marcante e evidente. Entretanto, em outras edições do mesmo ano, 1893, Deodoro também foi considerado um ditador que violou a Constituição, como demonstra as linhas abaixo:

A ditadura pode vencer a constituição recentemente promulgada, e, de novo, sobre a nossa honra caiu a vergonha da escravidão política. Logo depois, a esperança tronou a alentar-nos. Restabelecida a lei, vingada a afronta feita a constituição, um governo, que para si mesmo fabricou o rótulo enganador de governo da legalidade [grifos meus], prometeu dias de paz e de dignidade ao país. E não há já quem não saiba como foi cumprida essa promessa. A constituição, se fosse a velha de Syracuse, teria preferia ficar com a primeira ditadura receando o advento da outra [grifos meus]<sup>230</sup>.

<sup>229</sup> CIDADE DO RIO. 10 de abril 1893.

<sup>230</sup> CIDADE DO RIO. 24 de fevereiro de 1893.

A oposição à Floriano era mais intensa e o jornal de José do Patrocínio além de fazer uma série de publicações sobre a opressão à liberdade de imprensa, também criticava a posse ilegal do governante após a renúncia de Deodoro. A realidade da República no Brasil estava longe de ser democrática como Patrocínio esperava e se assemelhava muito mais à Ditadura.

De acordo com Osvaldo Orico, o *Diário Oficial* relatou os fatos do dia 10 de abril de forma favorável ao governo e esta era a narrativa oficial. Segundo o autor, esta versão trouxe o entendimento de que a manifestação foi comandada por um grupo de sediciosos que professavam discursos violentos contra o governo enquanto se dirigiam em desordem do centro da cidade para a residência de Floriano. Apareceram destacados os nomes de José Joaquim Seabra, deputado federal, e Pardal Mallet, redator do jornal *O combate*. Eram os dois que lideravam e incitavam o grupo a depor Floriano do cargo da Presidência. A manifestação foi definida como crime de lesa-pátria porque as investidas eram antipatrióticas e anárquicas, segundo o governo. No dia 13 um decreto assinado por outros políticos indicava que o grupo praticou atos de conspiração e sedição segundo o Código Penal<sup>231</sup>.

Os biógrafos de Patrocínio não deixaram de mencionar a sua experiência no desterro. Segundo Osvaldo Orico, Augusto Vacquerie na França se utilizava dos jornais para suplicar ao governo brasileiro que o vencedor do 13 de Maio voltasse a capital da República. O biógrafo afirmou que o grupo que defendia a libertação de Patrocínio se estendia à Europa<sup>232</sup>. Osvaldo Orico entrevistou José Joaquim Seabra para compor sua análise. A solicitação de suspensão do decreto para o Supremo Tribunal foi feita no dia 18 por Rui Barbosa, que defendeu o habeas-corpus dos degredados. Na sustentação oral de sua petição, ele exaltou José do Patrocínio:

O homem que nas primeiras celebrações do 13 de maio, toda a imprensa desta capital exaltava como o libertador dos escravos. [grifos meus] Ah! Que palavras teve então para ele a mocidade! Que continências, o Exército! E que distinção, o alto jornalismo! Agora bastou que o aceno do poder lhe pusesse um sinal de suspeita, para que essas flores se transformassem em detritos. Mas que sociedade é esta, cuja consciência moral mergulha em lama, ao menor capricho da força, as estrelas de sua admiração?<sup>233</sup>

Rui Barbosa lembrava aos representantes do Supremo Tribunal quem era José do Patrocínio: o libertador dos escravos. Patrocínio é evidenciado como o abolicionista que tem

<sup>231</sup> ORICO, 1977, p. 218.

<sup>232</sup> ORICO, 1977, p. 222.

<sup>233</sup> Discurso no Supremo Tribunal Federal, 23 de abril de 1892. Um trecho desse discurso encontra-se em ORICO, 1977, p. 221.

ainda a admiração de toda a imprensa, do Exército e da sociedade. Sendo assim, não poderia ser um preso político o homem de tamanha importância para a história política da nação. Patrocínio é defendido por sua legenda heroica abolicionista.

Em seguida, Rui Barbosa conseguiu visitar os presos que no 21 de abril partiram no navio *Alagoas*. A decisão final do Supremo ocorreu no dia 23 e o pedido de habeas corpus de Rui foi negado<sup>234</sup>. Os presos políticos continuariam a experimentar uma série de privações, como observou a Revista Ilustrada na edição de Julho, “comendo mal, dormindo em charcos, sofrendo moral e fisicamente”. Segundo a própria revista, esta descrição foi baseada em uma carta de José do Patrocínio que relatou também a impossibilidade de chegada a Cucuí devido às inundações do Rio Negro<sup>235</sup>.

A libertação de José do Patrocínio aconteceu meses depois conforme demonstrou Magalhães Jr.:

A Câmara dos deputados aprovava em terceira discussão o projeto de anistia, mandando-o para o Senado. Aí a tramitação seria rápida. Aprovado, Floriano o sancionava com a data de 5 de agosto. A anistia não envolvia apenas os que estavam comprometidos nos acontecimentos do dia 10 de Abril como, ainda, os que tinham participado da sedição de 19 de janeiro nas fortalezas de Santa Cruz e da Laje<sup>236</sup>.

José do Patrocínio retornou para o Rio de Janeiro em agosto de 1892. A experiência da prisão no Amazonas não significou uma mudança na postura do jornalista. Ele continuou escrevendo na imprensa e fazendo oposição ao governo de Floriano. Na verdade, foi até além: se candidatou a deputado federal no ano seguinte.

Após o desterro Patrocínio continuou a atuar na imprensa. Aos seus leitores ele também apresentava o seu posicionamento sobre eventos cotidianos que ocorriam na cidade do Rio. Em fevereiro de 1893, ele publicou uma série de artigos na coluna “A política”, na primeira página do seu jornal *Cidade do Rio*. Em um desses escritos denunciou um caso ocorrido no dia 19 de fevereiro durante as corridas do Hipódromo Nacional com o alferes de polícia Sr. Américo Valladares de Cerqueira. Ele protestava contra a leve pena deste alferes que havia sido recentemente acusado de outro crime e já estava trabalhando no Hipódromo sendo “encarregado de garantir a ordem”. Segundo Patrocínio a pena que Américo Valladares cumpriu “foi muito benévola para o crime de humilhar o cidadão ao ponto de reduzi-lo à condição dos antigos escravos”<sup>237</sup>. De acordo com Patrocínio, o crime era de “apalmatoar

<sup>234</sup> MAGALHÃES JR., 1972, p.294.

<sup>235</sup> Idem, 1972, p. 295.

<sup>236</sup> Idem, 1972, p. 296.

<sup>237</sup> CIDADE DO RIO. 21 de fevereiro de 1893.

cidadãos”. Portanto, apalmatoar se tratava de castigos físicos que remetiam a escravidão, regime ao qual Patrocínio se dedicou para abolir. As práticas violentas não faziam mais sentido em uma sociedade de homens livres. Conforme argumentou:

Se apalmatoar cidadãos é crime tão leve que dois meses e meio depois, o oficial pode condenar espectadores despreocupados as patas do seu cavalo; se ele merece da polícia confiança, bastante para garantir o direito de uma multidão, que se febricitava pelo jogo; que esperança nos pode ficar a nós outros, míseros cidadãos que temos o dever de andar desarmados e de entregar a nossa vida a lei e a semelhante autoridade policial?<sup>238</sup>

O caso gerou polêmica na imprensa e Patrocínio escreveu que não sabia se se tratava da mesma pessoa. Esta notícia, entretanto, é um exemplo da permanência da atividade de Patrocínio comentando assuntos cotidianos tal como fazia na década de 1880. Ela também trouxe à discussão e defendeu que os castigos físicos ficaram no tempo da escravidão.

Além disso, a renúncia de Deodoro também agravou a crise no Rio Grande do sul. A região atravessou um período de instabilidade política quando Júlio de Castilhos abandonou o governo do estado dois dias depois da renúncia do presidente, em 14 de novembro. Um triunvirato assumiu, mas logo depois passaram o governo. Entre novembro de 1891 e junho de 1892 outros quatro governos diferentes assumiram o Estado. A situação da região era de insegurança e conflito partidário. De um lado, os republicanos castilhistas queriam retomar o poder aliando-se ao florianismo. Do outro, o partido Federalista recém-fundado tinha como líder Gaspar Silveira Martins. No início do ano de 1893, a situação se agravou com Júlio de Castilhos na presidência do estado e os gasparistas fazendo oposição ao seu governo. O líder dos republicanos prometeu salvar a República dos federalistas, que logo invadiram o estado com o contingente de 3 mil homens. Nomes pejorativos foram criados pelos dois lados: os chamados “maragatos” eram os federalistas e os “pica-paus” eram os castilhistas. A Revolta Federalista (1893-1895) foi uma guerra civil e terminou apenas em meados de 1895, já no governo do presidente Prudente de Moraes. O jacobinismo florianista, entretanto, permaneceu<sup>239</sup>.

José do Patrocínio escreveu sobre os acontecimentos no Rio Grande do Sul:

A sucessão de 23 de novembro foi ocasionada pela revolução rio-grandense. Deodoro não querendo prolongar e tornar mais intensa a efusão de sangue brasileira, julgou melhor comprar a paz da República pela renúncia do poder. [grifos meus]

<sup>238</sup> CIDADE DO RIO. 21 de fevereiro de 1893.

<sup>239</sup> FLORES, 2016, p.73-79.

São os mesmos de ontem os revolucionários que, hoje, se batem na fronteira. Sobre os ombros e as espadas do general e dos chefes rio-grandenses subiu ao poder o Sr. Vice-presidente da República e, entretanto, esses homens são malsinados como “monarquistas” e o Dr. Julio de Castilhos considerado o ponto de apoio, a esperança do governo. [...]

O sr. Julio De Castilhos é a sombra do Sr. Floriano Peixoto.

Não pode decentemente merecer o apoio e a defesa de um governo constitucional um dos sequazes do golpe de estado e que o defendeu com as armas na mão.

Não capitulou, foi vencido: e, entretanto, serviu-o hoje a força federal para desafrontá-lo da derrota e da defesa da ditadura, e o mesmo homem invocado contra esta é o braço que sustenta a vindicta<sup>240</sup>.

O jornal *Cidade do Rio* criticava o autoritarismo dos castilhistas que promoviam o terror e oprimia os federalistas, obrigando jornais como o *Rio Grande*, que era republicano, a suspender a sua publicação por receio. Na visão de Patrocínio, a crise no Rio Grande do Sul foi uma das causas da renúncia de Deodoro da Fonseca, preocupado em garantir estabilidade no país. Depois da saída do presidente, Patrocínio denunciava na imprensa que a situação no Sul se agravou ainda mais, como podemos observar abaixo:

Não se pode, a esta hora, saber qual é a cotação de morticínio na praça de sangue do Rio Grande do Sul. Os corretores da morte procuram, a fina força, fazer a alça dos seus títulos no Itamaraty, pouco se importando com a honra do nome brasileiro. Para justificá-los diante da covardia e da falta de patriotismo do presente, apregoa-se que os revolucionários são sebastianistas<sup>241</sup>.

Na imprensa, o jornal também discordava da narrativa dos fatos promovida pelo *O País* e outros periódicos, que associavam os federalistas a um movimento sebastianista ou monarquista. Para o jornal de Patrocínio tudo não passava de uma série de mentiras infundadas e acusações sem provas. Os revolucionários não eram sebastianistas como se caluniava e Patrocínio demonstrou isso a partir de dois exemplos se colocando em defesa dos acusados. Além disso, reafirmou diversas vezes que associar os federalistas a um movimento sebastianista era estratégia política dos opositores, como demonstra a citação abaixo:

O golpe vai certo ao coração do partido federalista, acusado de sebastianismo, porque aliena dela todas as simpatias dos bons republicanos. [...]

Um boato de que os emigrados batiam-se pela restauração, e de que a anunciada invasão agitava na fronteira a bandeira monarquista, partiu não se sabe de quem, nasceu não se sabe como. [grifos meus]

O perigo das maquinações sebastianistas foi o pretexto de que se serviu o governo republicano para desfechar sobre a constituição e sobre a República o golpe de 3 de novembro, e de todas as outras violências e de todos os outros abusos que tem maculado a pureza da causa democrática.

O sebastianismo é um fantasma. No dia em que se tiver a certeza de uma conspiração ameaça a República, chamem às armas todos os republicanos e todos

<sup>240</sup> CIDADE DO RIO. No seio da morte, 22 de fevereiro de 1893.

<sup>241</sup> CIDADE DO RIO. Sebastianistas, 19 de fevereiro de 1893.

nós iremos morrer, defendendo-a. Mas, não se faça desse perigo imaginário uma arma traiçoeira e um pretexto vergonhoso<sup>242</sup>.

Os três primeiros anos da década de 1890 foram marcantes na trajetória de José Patrocínio. Os abusos constitucionais dos governos republicanos de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto foram exibidos em seus escritos. As interrupções como ida a Europa após a derrota eleitoral e a perseguição que resultou no desterro no Amazonas não significaram o silenciamento de Patrocínio. Seus retornos eram seguidos de novas questões, regionais ou nacionais, para serem discutidas. A imprensa era o seu espaço privilegiado. No Pós-Abolição, Patrocínio ainda era conhecido e representado como libertador de escravos e um indivíduo singular que poderia através de sua pena conduzir glória à Pátria, tal como fez ao ser um dos líderes do movimento abolicionista brasileiro. Seu nome na imprensa acompanhava a conquista da liberdade dos escravizados.

A República em seus primeiros anos, entretanto, foi um período de grande instabilidade política, econômica e social. Diante de conflitos, o presidente Deodoro renunciou e o seu sucessor, Floriano Peixoto, optou por desrespeitar a constituição republicana e enquadrar severamente os seus opositores. Patrocínio era um deles e assim como outros críticos da política florianistas foi preso. A falta de liberdade e a censura do governo não era apoiada pela imprensa, que mais uma vez, representou Patrocínio como alguém que se sacrificou pela República no 10 de abril.

### 3.4 As candidaturas de Patrocínio nas eleições de 1893 e 1895

Em razão de uma vaga que foi deixada por Aristides Lobo, Patrocínio teve uma nova oportunidade de eleição em 1893. O cargo foi disputado por 9 candidatos. A contenda de José do Patrocínio continuava a ser contra o presidente Floriano Peixoto. Destaca-se também que naquele ano o *Cidade do Rio* sofreu ataques de florianistas jacobinos. Até mesmo a vida de Patrocínio foi ameaçada algumas vezes<sup>243</sup>. Em 2 de Março de 1893, o jornalista publicou seu manifesto político:

o poder presidencial se empossou da mais franca ditadura, apagando proporcionalmente o capítulo constitucional dos direitos e garantias de cidadão e reduzindo os poderes legislativo e judiciário ao triste papel de satélites de sua órbita discricionária. Ao confisco da autonomia e independência dos poderes constitucionais, seguiu-se o da própria fortuna particular.

<sup>242</sup> CIDADE DO RIO. 18 de fevereiro de 1893

<sup>243</sup> VASCONCELOS, 2011, p.116.

Em síntese, eis a nossa situação: desigualdade de arbítrios na carreira militar; humilhação e miséria no funcionalismo civil; sacrifício frio e desumano do povo. A Constituição, finalmente, não passa de uma vasta claraboia, vistosa à distância pela luz que refrange, mas por onde entra triunfalmente o sol do despotismo, levando a insolação e a morte a quem se julgava garantido debaixo dela.

Se o povo honrar-me com o seu mandato, a minha posição na Câmara dos Deputados será a que tenho tido na imprensa: a de representante intransigente dos seus direitos e operário dedicado da grandeza nacional<sup>244</sup>.

De acordo com seu manifesto político, Floriano era um ditador que não respeitava a Constituição e Patrocínio se colocava como um futuro deputado que iria representar os direitos do povo. Naquele momento, os poderes legislativo e judiciário estavam impedidos pela Ditadura de cumprirem os seus respectivos papéis. Caso fosse eleito para membro do legislativo, Patrocínio tentaria modificar essa situação. É interessante perceber também que ele não se define apenas como representante do povo e sim como operário esforçado para engrandecer o país.

Entretanto, Patrocínio não conseguiu a vaga. O vencedor foi Teixeira de Souza que reuniu 820 votos. Patrocínio ficou em quarto lugar com 131 votos atrás também de Barata Ribeiro e Vilela Tavares<sup>245</sup>. Algumas observações sobre o pleito eleitoral são indispensáveis. Conforme apontou Rita Vasconcelos, a convocação dos mesários selecionados foi realizada sem publicação prévia e tempo hábil para que os colaboradores se organizassem. Foi um erro do Conselho de Intendência Municipal que resultou no impedimento de eleições nas paróquias da Gávea, Glória, Candelária, Campo Grande, Espírito Santo, Guaratiba, Santa Cruz e Irajá. Outros equívocos ocorreram. No dia da eleição, por exemplo, a secção do 2º distrito do Engenho Velho não funcionou devido a recusa de seus inquilinos. As cópias de alistamento eleitoral foram trocadas pelo Conselho, fato que confundiu os eleitores que não sabiam onde votar. Em razão desses erros, inúmeros eleitores foram à imprensa protestar através de abaixo assinados. Além disso, os jornais *O Paiz* e *Gazeta Nacional* noticiaram o grande número de abstenções no dia do pleito<sup>246</sup>.

Portanto, a eleição de 1893 foi caracterizada por problemas e dificuldades que impediram a confiança quanto a veracidade do resultado do processo eleitoral. Podemos traçar alguns motivos que levaram Patrocínio à derrota. Primeiro porque as eleições foram marcadas por fraudes eleitorais. Segundo em razão das falhas cometidas nas seções eleitorais das freguesias que não permitiram a integridade do processo eleitoral. A última razão foi o próprio desempenho de Patrocínio, com número de votos insuficiente. O fato relevante,

<sup>244</sup> CIDADE DO RIO. Manifesto 2 de Março de 1893.

<sup>245</sup> VASCONCELOS, 2011, p.119.

<sup>246</sup> Idem, p.118.

portanto, é pensar que mais uma vez ele não havia conquistado o tão almejado cargo de deputado. Não conseguiu o cargo, mas o quarto lugar no pleito provavelmente contribuiu para que ele, dois anos depois, tentasse aquela função novamente.

De acordo com Magalhães Jr. o ano de 1893 ainda contaria com os artigos polêmicos de Patrocínio publicados no *Cidade do Rio* o associavam a Revolta da Armada o fizeram tomar precauções. Mesmo após a sua experiência no desterro como preso político, o jornalista não se calava. Patrocínio em setembro de 1893 se colocava a favor do Almirante Custódio de Melo e contra os atos de Floriano Peixoto. O limite para uma autocensura foi a eclosão desta Revolta, quando o seu antigo amigo da Gazeta da Tarde, Luiz Murat, solicitou asilo em seu domicílio. Entretanto, o esconderijo de Patrocínio foi a casa de seus sogros, em São Cristóvão<sup>247</sup>. Isso tudo era necessário em razão do aumento das tensões da Revolta da Armada e também da Revolução Federalista. Patrocínio só saiu de seu esconderijo quando Prudente de Moraes assumiu seu mandato na presidência da República<sup>248</sup>.

José do Patrocínio precisou se esconder porque a propaganda antigoverno naquele momento se tornou mais perigosa, conforme observou Angela Alonso. A ameaça aos opositores se intensificou. De acordo com a autora:

De fins de 1893 até 1897, as críticas à República se esfumaram. Monarquistas de pena desertaram da crítica incisiva e se refugiaram em biografias, autobiografias, livros de história e de memória, ensaios. Formas mais seguras de emitir opiniões em termos de guerra civil<sup>249</sup>.

Dessa maneira, Patrocínio não podia arriscar e apostou no afastamento da imprensa devido às circunstâncias políticas desfavoráveis aos opositores assíduos do presidente. Conforme apontou Magalhães Jr., o local do refúgio era um “ninho florianista” já que seu sogro e seu cunhado, Ernesto Sena, apoiavam o presidente. No caso de Patrocínio, entretanto, as relações familiares que possuíam foram mais decisivas. José do Patrocínio não foi o único a se refugiar neste período. Como observou Magalhães Jr., do seu círculo de convívio também

---

<sup>247</sup> A comprovação que José do Patrocínio tinha vivido escondido por meses foi contada por ele mesmo em artigo no *Cidade do Rio* na edição de 13 de Maio. Esta foi a fonte consultada por Magalhães Jr. em seu livro. Entretanto, não conseguimos ter acesso a essa fonte pela falta de sua disponibilidade para consulta no site da Biblioteca Nacional. Foi nesse mesmo período que Patrocínio começou a levar a sério seu projeto de aeróstato, segundo o trecho transcrito por Magalhães Jr.

<sup>248</sup> MAGALHÃES JR, 1972, p. 303.

<sup>249</sup> ALONSO, Angela. Arrivistas e decadentes: o debate político-intelectual brasileiro na primeira década republicana. *In: A República Revisitada: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro [recurso eletrônico]* (orgs.). VISCARDI, Claudia M. R.; ALENCAR José Almino. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016. p. 49. (Série História.)

se esconderam Olavo Bilac e Emílio Rouède. Rui Barbosa foi para a Argentina e depois para a Europa, retornando ao Brasil após a morte de Floriano Peixoto<sup>250</sup>.

Portanto, na primeira década republicana a cidade do Rio de Janeiro atravessou transformações de natureza social, política e cultural. Para as camadas excluídas do jogo político, a Proclamação da República trouxe consigo expectativas de renovação política. Muitas agitações tomaram conta da cidade nestes primeiros anos. Funcionários públicos, ferroviários, marítimos, cocheiros, operários, militares, pequenos proprietários e outros setores promoveram agitações que ecoaram em todo país. Um dos grupos que foram perseguidos por Sampaio Ferraz, chefe de polícia, foram os capoeiras. Muitos foram presos e deportados para Fernando de Noronha. A República também demonstrou-se violenta quando expulsou os estrangeiros, anarquistas em grande número<sup>251</sup>.

As expectativas abertas pela Proclamação da República atingiram também os homens de letras. Inicialmente, os intelectuais do Rio apoiaram o governo provisório com grande entusiasmo, tal como fez José do Patrocínio. A relação entre homens de letras e antigos propagandistas da República foi estremecida com a subida de Floriano à Presidência da República. Essa diferença ficou nítida quando esses escritores, jornalistas e poetas foram perseguidos. Conforme apontou Carvalho, o grupo percebeu a incompatibilidade entre o que acreditavam, uma República das letras e o que vivenciavam, a República da Política<sup>252</sup>.

Em março de 1894, após o término do governo de Floriano Peixoto as novas eleições tiveram como resultado a vitória de Prudente de Moraes e seu vice Manuel Vitorino. Pela primeira vez na República o poder passava às mãos dos civis e a posse ocorreu no dia da Proclamação da República, 15 de novembro de 1894. Prudente de Moraes mostrou-se favorável a um acordo de paz para que a Revolução Federalista no sul do país finalmente terminasse. Em agosto de 1895 o acordo é feito com o apoio da maioria do Senado e com o destaque da articulação política de Campos Sales<sup>253</sup>.

A última eleição a qual Patrocínio concorreu foi em 1895. A vaga de deputado federal foi deixada por Lopes Trovão e além de Patrocínio concorriam apenas outros dois candidatos, Timoteo da Costa e Henrique Alves Carvalho. Como demonstraram os jornais, neste período

---

<sup>250</sup> MAGALHÃES JR, 1972, p. 304.

<sup>251</sup> CARVALHO, 2019, p. 22.

<sup>252</sup> Idem, p. 25.

<sup>253</sup> RESENDE, 2016, p. 111. Prudente de Moraes ainda enfrentaria outra revolta no interior da Bahia em 1896: a Revolta de Canudos. Era um movimento que tinha como características a oposição à República e ao jacobinismo.

Patrocínio representava para muitos eleitores a oposição política a um florianista e suas ações jacobinas: Francisco Glicério<sup>254</sup>.

Francisco Glicério, que já havia sido ministro da Agricultura do governo provisório e deputado, foi o grande dirigente da campanha eleitoral de Prudente de Moraes. O Partido Republicano Federal (PRF), fundado em 1893, era chefiado por Glicério e apoiou Prudente de Moraes como candidato da eleição presidencial de 1894. A expectativa era formar um partido de projeção nacional com grande representação no Congresso. Aristides Lobo, Quintino Bocaiúva e Manuel Vitorino tiveram participação efetiva nesta nova agremiação partidária<sup>255</sup>.

Os operários dos Arsenais de Guerra e da Marinha e os empregados municipais defenderam a candidatura de José do Patrocínio uma vez que se opunham ao Partido Republicano Federal (PRF) e a Francisco Glicério, como demonstrou Vasconcelos:

O que estava em discussão era o julgamento das ações do governo. Ser oposição significava, no entender de Patrocínio e seus aliados, uma ação cívica e patriótica contra o abuso de poder depreendido pelo governo autoritário atrelado a Francisco Glicério. O governo assumia uma imagem negativa, bem distante de uma república democrática e cidadão tão propagada pelos republicanos durante a vigência da monarquia. [...]

A estratégia utilizada por Patrocínio para se eleger era reforçar a sua identidade de patriota defender do bem público e ao mesmo tempo atacar o governo, neste caso autoritário e monopolista<sup>256</sup>.

Durante o regime monárquico, a propaganda republicana ressaltava a relevância dos conceitos de liberdade de pensamento e igualdade política. Nesta campanha, Patrocínio utilizava a imprensa e as conferências nos teatros para reafirmar que “antes de tudo o Brasil precisa construir um novo partido que facilite o revezamento constitucional da opinião do poder”<sup>257</sup>. Referia-se ao Partido Republicano Federal. Essa não era a intenção da maioria dos votantes, que escolheu justamente um candidato deste partido: Timoteo da Costa. Portanto, novamente, o resultado foi a derrota de Patrocínio na eleição de 1895.

Américo Freire analisou a trajetória de três políticos para compreender a complexidade do político na Primeira República: Lauro Sodré, Irineu Machado e Augusto Vasconcelos. Este último foi apontado pela imprensa como o líder do “sindicato da fraude”. Ele também enfrentou duras críticas de Patrocínio. Conforme aponta Freire:

<sup>254</sup> VASCONCELOS, 2011, p.122.

<sup>255</sup> RIBEIRO, Antônio Sérgio. Verbete Glicério, Francisco. Dicionário da Elite política republicana 1889-1930. Disponível em: FGV <https://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica/3>. Acesso em: 22 set. 2021.

<sup>256</sup> VASCONCELOS, 2011, p. 123.

<sup>257</sup> CIDADE DO RIO, 7 de outubro de 1895.

A manifestação enfática de jornalistas de prestígio era mais do que denúncia: expressava também um sinal de declínio de lideranças e grupos que estiveram à frente do movimento que pôs abaixo o regime imperial, como o próprio Patrocínio, mas que, com o decorrer do tempo, foram perdendo espaços de poder para políticos de perfil mais local e com capacidade de arregimentação e manutenção de clientelas seguras. Na região do “triângulo”, Vasconcelos e seu grupo, ao lado de exercerem o papel de chefes políticos tradicionais em suas relações pessoais com os “clientes”, mantinham também forte influência na intermediação entre os serviços públicos e a população. Dessa forma, produzia-se o cruzamento entre o poder privado e o público, dando margem à constituição de um padrão político híbrido, complexo, típico do que o historiador português Fernando Farelo bem designou como “clientelismo de transição”<sup>258</sup>.

É fundamental ressaltar que a apuração das eleições as quais Patrocínio concorreu foram muito criticadas na imprensa. As denúncias de fraudes eram frequentes, o que nos levam a ponderar tais derrotas políticas. Dessa forma, a trajetória de Patrocínio também alcança o tema da validade das eleições e dos perfis dos candidatos que conseguiam se eleger naquele momento. Nas eleições que o jornalista concorreu, venceram aqueles que estavam dentro de uma lógica mais segura para o governo.

Como essas sucessivas derrotas de Patrocínio na República foram enquadradas e apropriadas pelos seus principais biógrafos? A ideia de declínio de Patrocínio está presente na biografia escrita por Osvaldo Orico, *O Tigre da Abolição*. A obra é dividida cronologicamente em 6 partes: Berço, Escalada, Ação, Irradiação, Apoteose e Declínio. Estas duas últimas chamam a atenção em razão de promoverem uma ideia de oposição em seus capítulos. A apoteose de Patrocínio corresponde ao período da vitória da promulgação da lei que extinguiu a escravidão no Brasil. Esta parte refere-se ao seu apogeu diante de tantos “vivas” ao herói da Abolição. O “cativeiro da glória” significava o prestígio adquirido por José do Patrocínio no êxito consolidado da sua luta antiescravista. Por outro lado, o último capítulo representa o seu declínio no Pós-Abolição. Este enquadramento feito por Osvaldo Orico, entretanto, se mostra pouco adequado às experiências vivenciadas por Patrocínio após o 13 de Maio de 1888. As derrotas eleitorais na República não foram suficientes para afirmar que Patrocínio viveu um ostracismo no Pós-Abolição porque sua atividade enquanto jornalista permaneceu assídua até a sua morte.

Vítima de hemoptise, em janeiro de 1905, o abolicionista morreu. O falecimento ocorreu em sua residência no Engenho de Dentro e seu velório foi um grande acontecimento que teve duração de 14 dias. Estavam presentes a Irmandade da Igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Quando se noticiava sobre a morte de Patrocínio, *Gazeta de Notícias*

<sup>258</sup> FREIRE, Américo. Os três personagens da Primeira República. In: VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro.; ALENCAR, José Amino. (orgs.). **A República revisitada: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro**. Porto Alegre: EDIPUCSRS, 2016.

*foi* o único jornal que não rememorou sua legenda abolicionista e evocou na sua trajetória de vida “um homem de imprensa”. No início do século XX, portanto, havia nos periódicos duas formas de se lembrar de Patrocínio: abolicionista ou jornalista. Essa dicotomia também ficou clara nos seus cortejos fúnebres. Um deles foi organizado pela “comissão central da imprensa” composta por Dermeval da Fonseca e Olavo Bilac e outro pela “comissão permanente da Confederação abolicionista” constituída por Ernesto Senna e Serpa Jr. Essa disputa, como observou Silva, era também política e a memória vitoriosa foi a que evidenciou a sua legenda abolicionista<sup>259</sup>.

Conforme foi demonstrado nesta dissertação, seu nome era constantemente citado na imprensa, seja por seus apoiadores, ou por seus opositores. Patrocínio não viveu um “ostracismo” na República, uma vez que ele ainda publicava na imprensa, circulava entre políticos e literatos brasileiros ou estrangeiros. A própria perseguição a Patrocínio quando estava desterrado em Cucuí, no Amazonas, e, também no momento posterior, ao qual precisou pedir exílio aos seus sogros, demonstraram a relevância política que ele adquiriu por anos de atividade política na imprensa.

---

<sup>259</sup> SILVA, Ana Carolina Feracin da. **De “papa-pecúlios” à Tigre da Abolição:** a trajetória de José do Patrocínio nas últimas décadas do século XIX. Tese (Doutorado). Universidade de Campinas, UNICAMP, 2006. p. 198-9.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Homem negro, José do Patrocínio ultrapassou as barreiras impostas pela sociedade. Realizou articulações política nos espaços públicos, na imprensa e na Câmara dos Vereadores. O jornal que dirigiu estava atento às discussões parlamentares, municipais e as atividades do Presidente da República. A “Semana política”, coluna que escreveu desde antes da Abolição, permaneceu sendo divulgada no periódico *Cidade do Rio*. Dessa forma, foi demonstrado, Patrocínio atingiu o espaço privilegiado da imprensa da capital republicana. A mudança de regime não modificou o seu trabalho nos jornais. O tema dos seus escritos permanecia o mesmo: o uso que estava sendo feito das instituições por homens influentes da República. Mesmo após a sua prisão, continuou escrevendo e assinando como Proudhomme na coluna “Semana Política”. Portanto, Patrocínio manteve-se politicamente ativo na República. A sua escrita não foi praticada sem polêmicas e farpas trocadas, uma característica dele e da própria imprensa do período.

O pós-abolição é também um período de luta de representações. Para os republicanos as causas da existência do regime escravista no Brasil até aquele momento pertenciam ao Império. Os monarquistas convictos, por outro lado, se orgulhavam e defendiam que a Abolição da escravidão foi feita por Isabel, a futura rainha do Terceiro Reinado que planejavam. Os partidários dessas duas formas de governo se apropriaram da Abolição para sustentar seus posicionamentos. O 13 de Maio era um momento chave na história política do país porque incluía o país no caminho para se tornar uma nação civilizada.

No Império, o ministério conservador de João Alfredo foi apoiado por Patrocínio porque garantiu a não indenização aos proprietários de escravos. Em sua perspectiva, enquanto este era exaltado como o “ministério da abolição”, os membros do partido republicano renunciaram à população negra para atingir seus objetivos partidários. Patrocínio não considerava que a igualdade política e a democracia eram bandeiras do partido porque enxergava a falta de comprometimento com a população negra egressa da escravidão. Por outro lado, o partido se empenhava no julgamento de sua própria conduta na imprensa, por vezes carregada de preconceito e ódio.

Homem da fala e da escrita, dos espaços públicos e na imprensa, Patrocínio na República se empenhou em ser ouvido. Foi derrotado em todos os cargos que concorreu no novo regime, em eleições com pleitos duvidosos. Na imprensa carioca ele continuou a escrever artigos sobre a política do país. Se no governo provisório Patrocínio estava encantado com a República que nascia, nos dois primeiros governos eleitos pela Assembleia

Constituinte essa característica progressivamente se esvazia. A preferência de Patrocínio era por Deodoro da Fonseca, mas ainda assim, considerava este também um ditador. Para ele, a *República da Espada* significou uma ditadura dupla. Foi perseguido por Floriano Peixoto e desterrado para o Amazonas após o episódio de 10 de abril de 1892 que homenageava o primeiro presidente, em oposição ao segundo. Apesar de não ser um evento armado, Patrocínio e outros participantes foram presos e libertados apenas em agosto daquele ano.

Quando retornou da Europa em 1892, Patrocínio foi colocado no meio de uma nova batalha contra Floriano Peixoto. Segundo seus apoiadores, ele era um líder capaz de conduzir a nação à glória. Essa representação ainda existia mesmo na República devido ao seu histórico de militante. Naquele momento era preciso fazer oposição ao presidente que assumira de forma inconstitucional.

A partir dos artigos escritos com o tema da Revolta Federalista novamente foi observada a polarização política no uso do termo “sebastianista” ou monarquista por florianistas com a intenção de acusar e desqualificar as críticas que estavam sendo feitas ao governo. Patrocínio compreendeu que os homens que estavam sendo denominados de monarquistas eram muitas vezes republicanos que criticavam as ações do governo. Por isso, para o jornalista o sebastianismo era uma sombra e um perigo imaginário.

A diversidade de concepções sobre a República não contou com a tolerância de Floriano Peixoto. Os diferentes usos da imagem de Deodoro da Fonseca foi uma estratégia de Patrocínio para enfraquecer a figura de Floriano. Deodoro ora aparece como Ditador, ora como o governante nobre da República que merecia toda a gratidão do país. Patrocínio combateu a falta de liberdade do “Marechal de ferro” a respeito das diferenças políticas e partidárias. O empenho político de José do Patrocínio para ser oposição dentro das instituições do governo para representar a sua ideia de República foi pouco ressaltado nas biografias. Desde a sua primeira candidatura ele propunha rupturas com o modelo econômico da grande propriedade exportadora. Também almejava uma República democrática e batalhava para alcançá-la. Portanto, a presente pesquisa obteve a conclusão de que as narrativas que ressaltaram a sua campanha pela libertação dos escravos nos jornais e por seus biógrafos contribuíram para legitimar a concepção de ostracismo ou declínio no regime republicano.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ALONSO, Angela. Arrivistas e decadentes: o debate político-intelectual brasileiro na primeira década republicana. In: VISCARDI, Maria Ribeira Cláudia.; ALENCAR, José Almino. **A República revisitada: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016. (Série História)

BARBOSA, Marialva. Imprensa, poder e público: os diários do Rio de Janeiro (1880-1920). **Revista Brasileira de Comunicação**, São Paulo, n. 2, p. 87-102, jul. / dez. 1997.

BARBOSA, Rui. **Obras Seletas**. Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do>. Acesso em: 22 set. 2021.

BOCAIÚVA, Quintino. Como se fez a República: um “interview” com o general Quintino Bocaiúva (A ilustração brasileira, 15 de nov. 1090). In: SILVA, Eduardo. **Ideias políticas de Quintino Bocaiúva. Cronologia, introdução, notas biográficas e textos selecionados**. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p.183-191.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CIDADE DO RIO (1888-1890; 1893; 1895).

COSTA, Emília. **A abolição**. 8. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

DAIBERT, Robert. **Isabel, a “Redentora dos Escravos”**: um estudo das representações sobre a Princesa. Campinas, SP, 2001.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1881; 1889)

DOMINGUES, Petrônio. Associativismo Negro. In: SCHWARCZ, Lilia.; GOMES, Flávio. (orgs.). **Dicionário da Escravidão e da Liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

FLORES, Elio Chaves. A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. In: FERREIRA, Jorge.; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2016.

FREIRE, Américo. Os três personagens e a história da Primeira República. In: VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro.; ALENCAR, José Almino. (org.). **A República revisitada: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016. (Série História).

GAZETA DE NOTÍCIAS (1881; 1886; 1889-1892)

GAZETA DA TARDE (1881; 1883-1884)

GOMES, Flávio. No meio das águas turvas: raça, cidadania e mobilização política na cidade do Rio de Janeiro – 1888-1889. In: GOMES, Flávio.; DOMINGUES, Petrônio (orgs.). **Experiências. Biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1960)**. Editora Solo negro, 2011.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. O Motim do Vintém e a Cultura Política do Rio de Janeiro 1880. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 10, n. 20, p. 211-232, 1990.

GRINBERG, Keila.; MUAZE, Mariana (org.). **O 15 de Novembro e a queda da monarquia: Relatos da princesa Isabel, da baronesa e do barão de Muritiba**. São Paulo: Chão Editora, 2019.

LUSTOSA, Isabel. O texto e o traço: a imagem de nossos primeiros presidentes através do humor e da caricatura. In: FERREIRA, Jorge.; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2016.

MACHADO, Humberto Fernandes. Imprensa e Identidade do ex-escravo. In: NEVES, Maria Bastos P.; MOREL, Marco.; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. **História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

MACHADO, Humberto Fernandes. **Encontros e desencontros em José do Patrocínio: a luta contra a indenização aos “Republicanos de 14 de maio**. Linguagens e práticas da cidadania no século XIX, 2010.

MACHADO, Humberto Fernandes. **Palavras e Brados: José do Patrocínio e a Imprensa Abolicionista do Rio de Janeiro**. Niterói: Editora da UFF, 2014.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. **A vida Turbulenta de José do Patrocínio**: Rio de Janeiro, INL, 1972.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raymundo. **Olavo Bilac e sua época**. Rio de Janeiro: Americana, 1974.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A República Consentida: cultura democrática e científica no final do Império**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Eduar), 2007.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. A Modernidade Republicana. **Tempo** - Revista do Departamento de História da UFF, v. 13, p. 25-41, 2009.

MIRANDA, Clícea Maria Augusto de. **Memórias e Histórias da Guarda Negra: verso e reverso de uma combativa organização de libertos**. **Anais... XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, julho 2011.

MORAES, Renata Figueiredo. **As festas da Abolição: o 13 de maio e seus significados no Rio de Janeiro (1888-1908)**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2012.

MORAES, Evaristo de. **A campanha abolicionista (1879-1888)**. Disponível em: <<https://ufdc.ufl.edu/AA00012014/00001>>. Acesso em: 22 set. 2021.

NETO, José Miguel Arias. Primeiro República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. In: FERREIRA, Jorge.; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2016.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge.; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2016.

NOVIDADES (1891)

O PAIZ (1886; 1888; 1890-1891)

ORICO, Osvaldo. **O Tigre da Abolição**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

PATROCÍNIO, José do. **Coletânea de artigos**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1996.

PEREIRA, Leonardo Affonso Miranda. Barricadas na Academia: literatura e abolicionismo na produção do jovem Coelho Netto. **Tempo** - Revista do Departamento de História da UFF, Niterói, v. 5, n. 10, p. 15-37, 2000.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **José do Patrocínio: embates sobre raça, abolição e ciência**. In: *Escritos de liberdade: Literatos Negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2018.

REBOUÇAS, André. **Diário de André Rebouças e notas autobiográficas**. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 1880-1888

RESENDE, Maria Efigênia Lage de Resende. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge.; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2016.

RIBEIRO, Antônio Sérgio. Verbete Glicério, Francisco. **Dicionário da Elite política republicana 1889-1930 site FGV**. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica/3>>. Acesso em: 22 set. 2021.

SANTOS, Cláudia Regina Andrade dos. Abolicionismo e visões de liberdade. **Revista IHGB**, Rio de Janeiro, 2007. p. 329-330.

SILVA, Ana Carolina Feracin da. **De “papa-pecúlios” à Tigre da Abolição: a trajetória de José do Patrocínio nas últimas décadas do século XIX**. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VASCONCELOS, Rita. **República sim, escravidão não: o Republicanismo de José do Patrocínio e sua vivência na República**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2011.